

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Três de Abril de Dois Mil e Vinte e Cinco

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Bom dia a todas e a todos. Encontram-se presentes na sala setenta e três senhores Deputados a quem eu cumprimento e aos senhores Presidentes de Junta, ao senhor Presidente da Câmara, senhora Vice-Presidente, senhores Vereadores, técnicos da autarquia aqui presentes, as meninas da língua gestual e o público em geral. Dar conhecimento de substituições. Do grupo municipal Pela Guarda: falta Luísa Margarida Santos, substituída por Telmo Filipe de Carvalho Vaz. Do grupo Municipal do PSD: falta Dulcineia Catarina Moura, substituída por Sara Cristina Paulo Ramos; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por Rodrigo Pires Basteiro; falta Pedro Jorge Lourenço Nobre, substituído por António José Venâncio Gonçalves; falta Alina Rosa Coelho Louro, substituída por António Pereira de Andrade Pissarra; falta Guilherme de Azevedo Guimas, substituído por José Alexandre Pires; falta Ana Rita Ventura Brissos, substituída por Maria Teresa Alves Paula. Do grupo municipal do Partido Socialista: falta Ana Mendes Godinho, substituída por Liliana Palos Almeida; falta Maria Manuela Cardoso Almeida Fernandes, substituída por Gonçalo Daniel Saraiva Marques; falta Rui Pedro Torres Ribeiro, substituído por Nélia Faria. Relativamente aos senhores Presidentes de Junta: falta o Presidente da Junta de Freguesia de Jarmelo São Pedro, António Santos, substituído pelo Secretário Tiago Pinheiro Ramos; falta o Presidente da Junta de Freguesia da Benespera, Patrick Joaquim, substituído pelo Secretário Alexandre Matos; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha, Edgar Rodrigues, substituído pela Secretária Mónica Paula de Jesus Farias.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Assim sendo e dando início aos trabalhos, na Intervenção do Público estão inscritos o Dr. Aires Antunes Diniz e o senhor José Manuel Rocha da Silva. Dava a palavra, por cinco minutos, ao Dr. Aires Antunes Diniz. Faça favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Bom dia. Eu não vou ralhar com o Dr. Relva porque a culpa é do Público e dos senhores Deputados Municipais. Eu vou falar sobre a ideia de defender o Serviço Nacional de Saúde e vou começar por dizer que há dias comemorámos o Dia Mundial da Saúde, que é celebrado todos os anos a 7 de abril, dia da fundação da Organização Mundial da Saúde, em 1948. De facto, de acordo com Rodrigo Cesar da Silva Magalhães, a Assembleia Mundial da Saúde, reunida em Genebra, em junho de 1948, estabeleceu oficialmente a Organização Mundial da Saúde, sendo então eleito como seu primeiro diretor-geral o médico Brock Chisholm, um psiquiatra canadense. Explica então que este foi escolhido por ter o menor número de oponentes. No plano intelectual, Chisholm estava comprometido com as ideias do médico belga René Sand, que era então a maior autoridade em medicina social, sendo um internacionalista, que queria associar a organização a grandes movimentos políticos como a paz mundial e o governo mundial. Só para dizer, e espero que o Dr. Relva me dê mais um minutinho, estive em Bruxelas há dias e andei à procura de notícias sobre René Sand e não encontrei. É vulgar que as pessoas importantes dos nossos tempos sejam esquecidas e eu quero aqui recordar este senhor que influenciou tanto o nosso Fernando da Silva Correia, que era ali do Sabugal, como José Lopes da Silva, que era de Vale da Senhora da Póvoa, de Penamacor. Era o tempo da medicina preventiva, relegando para segundo plano a medicina curativa, algo que agora nos querem vender envolvidas em papel de seguro barato, enquanto fazem desaparecer os médicos do Serviço Nacional de Saúde também nos grandes centros urbanos. Somos confrontados, por isso, com os logros de uma medicina privada, que só nos promete curar de algumas maleitas de baixo custo, desde que sejam bem pagas, ficando as de maior custo para o Serviço Nacional de Saúde. Dizem os economistas, desde que bem fora do pensamento dominante, e quase clandestinos, que esta realidade se deve à ocorrência de azares morais, sempre gerados por oportunismos diversos e potenciados ativamente pelos governos em vias de

corrupção por intensificarem políticas geradoras de doenças, combatendo demagogicamente uma eficaz política preventiva de saúde. Na verdade, somos demasiado comandados pelo negócio da doença assente na recolha sistemática de dados sobre doenças, o necessário para as prevenir, mas que o negócio das enfermidades usa para detetar as possíveis oportunidades lucrativas. Contudo, este processo de recolha de dados começou por ser uma forma de obter informações fidedignas sobre o evoluir das epidemias e de fazer o controlo do estado sanitário do povo português, mas sem o melhorar de modo definitivo como o desejavam médicos como Fernando da Silva Correia, o tal médico do Sabugal, e José Lopes Dias, que eu já falei, e que em 1962 escreveu: «Prevenir a doença, proteger e acautelar a população contra as hostilidades e os riscos do ambiente e do habitat e promover a saúde, são as aspirações legítimas do nosso tempo, ainda que exigentes de tremendos esforços e investimento, de resto, francamente reprodutíveis na economia nacional.» Quero recordar que René Sand escreveu um livro sobre economia humana, em 1941, que eu ainda não consegui “apanhar” em papel. Já o vi na Internet, é essa vantagem na Internet. Sabia, este médico, José Lopes Dias, das dificuldades de os médicos rurais se adaptarem à evolução científica da Medicina, sem que houvesse, da parte do Estado, uma linha de rumo quanto à sua conveniente atuação, procurando todos evadir-se desta missão de sacrifício enquanto acontecia o "complexo fenómeno da desagregação da vida rural", (eu aqui quero recordar que, quando tinha dez anos, vim viver ali para Pousade e foi quando começou a grande emigração, que continua) onde não havia assistência médica a uma parte considerável da população, pois cerca de metade dos casos de doenças mortais não tinham qualquer intervenção clínica, nem sequer qualificada, e nem uma suficiente prestação de socorros urgentes médicos, de pequena cirurgia ou de quaisquer outras ajudas. Mostra até saber, este médico, José Lopes Dias, que qualquer um destes médicos rurais tem por sua conta diversas localidades, chegando a haver um, que ele não diz quem é, a ter cento e cinquenta e sete lugares para ir. Era essa a razão que fazia tantos dos nossos compatriotas emigrar em busca de melhores condições de vida, de salários e de condições sociais mais humanas. Foi o que conseguimos obter com a criação do Serviço Nacional de Saúde. É o que podemos perder se permitirmos que os nossos desgovernos nos sobrecarreguem com mais sacrifícios tal como estão a fazer em Lisboa onde faltam pediatras, obstetras e outras especialidades médicas de apoio às

famílias, causando-lhes continuado mal-estar. Contudo, a melhoria real da recolha de dados médicos, apesar dos problemas políticos associados quanto à proteção da privacidade de cada utente, potencia a melhoria sustentada da medicina preventiva e curativa, algo que os nossos péssimos governos impedem com a sua má política e é contra isso que devemos lutar. Disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Dava agora a palavra ao senhor José Manuel Rocha da Silva, também por cinco minutos. Faça favor.” -----

- **José Manuel Rocha da Silva:** “Bom, o que me traz aqui são vários constrangimentos que me foram causados a mim e a alguns vizinhos meus, pelas obras, no âmbito das intervenções em Infraestruturas Danificadas pelos Incêndios 2022, na Freguesia de Famalicão da Serra, no caminho que vai do Chão da Capela, passando na Barroca do Monte até ao Sendão, numa extensão de cerca de 3 km. Acontece que eu tenho uma quinta e moro mais ou menos a meio desse percurso, junto à Barroca do Monte. As obras iniciaram-se no dia 3 de junho de 2024 e só me foram dadas conhecimento, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, cerca de um dia útil antes de começarem. Ou seja, aquilo começou numa segunda-feira e fui notificado na quinta-feira, pelas 17h49. Esse caminho, até àquela localização, era facilmente transitável por qualquer viatura, mesmo viaturas ligeiras. Daí para a frente, só por viaturas todo terreno e mesmo assim com grande custo e com grandes danos porque estava cheia de mato, riscava as viaturas, etc. Eis senão quando vejo que as obras começaram precisamente na parte transitável. Questionei, na altura, o senhor Presidente da Junta de Famalicão, que se pôs fora do assunto. Disse que não tinha nada a ver com aquilo, que a programação não tinha sido feita por ele e que a Câmara é que era a responsável. No meu entender, uma vez que o caminho ia ser todo intervencionado, deviam ter sido começadas as obras na parte que estava intransitável, permitindo aos moradores e outros utilizadores do caminho que saíssem pela parte transitável. Assim não aconteceu. Tentei falar com o empreiteiro, tentei falar com os serviços e falei com os serviços técnicos da Câmara e não fui atendido. Concluindo, fiquei praticamente em prisão domiciliária durante um mês. Foi o tempo que as obras levaram a chegar à minha quinta. Acontece que, com esse condicionamento, tive um prejuízo, que estimo, conjugado, cerca de 80 euros por dia. Tudo bem, se fosse para o bem público. Só que afigura-se-me

que esse caminho não beneficiou os habitantes todos daquela localização, já que, a determinada altura, terminam as obras após seiscentos metros do início e com a agravante de que foram realizadas em período estival. O caminho não foi limpo nas suas bermas, nem nalguns casos na sua plataforma. Só depois de muita contestação da minha parte é que isso foi feito. Ainda tive que passar duas ou três vezes na parte que estava por limpar e, a determinada altura, pára a pavimentação a seiscentos metros junto a uma casa particular onde até foi feita uma pequena rotunda. O resto ficou em terra batida. Diz que foi melhorada. Acontece que eu, na altura, mandei um e-mail à Câmara Municipal no dia 24 de junho, e, posteriormente, no dia 29 de julho, preenchi um formulário para consultar o projeto das obras. Não me foi dada a resposta até ao momento. Neste momento, devido à má qualidade das obras que foram ali efetuadas, o caminho nalguns casos está intransitável, noutro está praticamente intransitável, designadamente junto à minha porta. Se não fosse isso, eu ia esperar por melhores dias, mas estou a ver que eles não passam, porque o senhor Presidente da Junta diz que a responsabilidade dos caminhos não é da parte dele...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor José Manuel, peço desculpa, tinha direito a cinco minutos, já extravasou o tempo. Peço-lhe que termine, rapidamente.” --

- **José Manuel Rocha da Silva:** “Passaram rápido. Neste momento é o que se me oferece reclamar e peço a atenção da Câmara Municipal para que observem as obras que ali foram efetuadas e prever se é justo que alguns sejam prejudicados para outros terem sido beneficiados. Tenho dito. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos à votação da Ata da Assembleia de 28 de fevereiro de 2025, questionando se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o conteúdo da ata? Presumo que não.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.** -----

- Aprovada, por maioria, com setenta e um votos a favor e seis abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Durante o período que mediou entre a última Assembleia Municipal e a de hoje, chegou à Assembleia uma carta, que foi distribuída, enviada pelo Centro de Formação e Assistência e Desenvolvimento. Esta missiva, relativamente a uma moção que tínhamos aprovado aqui sobre a criação do Gabinete da APAV na Guarda, foi a única correspondência que chegou, e, portanto, a Mesa remeteu a todos os senhores Deputados. Espero que todos tenham recebido. Senhor Deputado, faça favor. Para um esclarecimento, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Os dois minutos regimentais, por favor. Ora bem, eu recebi o mesmo documento que os senhores receberam. Nós, na última sessão desta Assembleia, aprovámos aqui uma moção do Partido Socialista. Todos subscrevemos, portanto, na íntegra, aquilo que era o objeto dessa moção, e eu também, porque é um assunto muito delicado que a todos diz respeito, e naturalmente que mereceu a nossa concordância. Acontece que, em determinado momento, foi também dito por alguém, creio que foi a senhora Deputada do Bloco de Esquerda, que chamou aqui à atenção para o facto de, na Guarda, existir também uma entidade que prestava serviços desta natureza. Creio que foi. Aliás, o senhor Presidente, em determinado momento, também falou nesse assunto a propósito dos 100 mil euros que lhe foi pedido pela APAV, que remeteu para a CIM, e também disse que havia, de facto, aqui, uma entidade. Quando eu recebo esta comunicação, eu entendo-a de uma maneira: é um esclarecimento que é dado à Assembleia. Ou seja, eu emito uma carta e ela tem o nome de uma instituição, está assinada, e, portanto, eu também venho aqui no mesmo sentido. E porquê? Porque, entretanto, visitei as instalações dessa instituição, do GAV. Falei com a Dra. Alexandra Leal, tivemos uma reunião bastante prolongada, cerca de hora e meia, e ela fez-me ver aquilo que está expresso na mesma carta. Mostrou-me as instalações, mostrou-me os serviços que estão a desenvolver, deu-me a conhecer que tinha sido criado, em 2009, esse gabinete, que prestava serviço praticamente em todo o distrito da Guarda, tem uma filial em Trancoso. Portanto, como disse, foi criado em

2009, foi apadrinhado pela então Secretária de Estado, Idália Moniz, do Partido Socialista, e pela Elsa Pais, que são pessoas insuspeitas e que trabalham muito bem estas áreas. É um facto. E, portanto, ao visitar as instalações, vi o trabalho desenvolvido, que é um trabalho meritório, perguntando-lhe se efetivamente era suficiente para um distrito tão grande como o nosso. Não estou a falar em termos demográficos, mas muito grande em termos territoriais. Termino já, senhor Presidente. E ela disse-me: o trabalho que temos desenvolvido, nos últimos dois anos, foi este - duzentas e trinta e uma vítimas que assistimos; quatro mil quinhentas e cinquenta e quatro diligências; respostas de apoio psicológico a cinquenta e quatro crianças; quatrocentas e dezanove sessões, seiscentas e doze diligências. E eu pergunto: então, para que é que serve a sobreposição de recursos? O dinheiro é um bem escasso. Ou seja, estamos ou não estamos bem servidos? Esta é a questão. Muito obrigado.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, todos os que nos estão a ouvir. Ora bem, venho aqui para reafirmar a nossa enorme preocupação com a elevada incidência da violência doméstica em Portugal e a nossa concordância com a assinatura da petição pública que vai ser apresentada. Para além disto, tornar claro que nos congratulamos com a existência de um Núcleo de Apoio à Vítima na Guarda, reafirmando, no entanto, a nossa intenção de continuar a pugnar pela diminuição dos casos de violência doméstica contra adultos e crianças, a qual passa pelo alargamento da rede de núcleos de apoio à vítima, uma iniciativa que sugerimos que seja levada a cabo por este município, em articulação com a Comunidade Intermunicipal do distrito da Guarda. Por fim, queremos alertar para o generalizado desconhecimento da existência neste concelho de meios e modos de ajuda às vítimas, apelando ao senhor Presidente da Câmara para que tome em mãos a divulgação deste núcleo local de apoio à vítima e de outros locais de apoio, através da publicitação dos respetivos contactos telefónicos em locais públicos de trabalho, comércio e passagem da população. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Penso que o tema está esclarecido. Também quer falar?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente e, em si, cumprimento todas as pessoas que me ouvem, fisicamente ou por outros meios. Dizer duas coisas. A

primeira é mais importante: todos nós estamos preocupados com as vítimas e todos nós temos um papel a desempenhar. Dito isto, e com esta clareza, esta problemática é um assunto essencialmente do governo central. As políticas de apoio à vítima são transversais a todo o país, a todos os estratos socioeconómicos e é um assunto essencialmente do poder central. E como nós todos temos um papel a desempenhar, o senhor Presidente da Câmara, o Executivo e a Assembleia Municipal também têm um papel a desempenhar. É por isso positivo que se divulgue. É por isso positivo que nós tenhamos falado nisso. É por isso positivo que nos tenha mandado o e-mail. Estamos todos na mesma onda, todos somos poucos.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Só reforçar e quase responder: acho que o PSD teve noção, com a visita, que realmente estamos bem servidos na Guarda. Tal como disse na altura em que o PS propôs esta moção, o NAV está a fazer um trabalho impecável, tem respondido a todas as solicitações que tem. Portanto, novamente, se existir esta sobreposição, nós consideramos que seja uma sobreposição de tarefas, pelo menos que ela seja bem articulada. Mas continuamos a reforçar que não há necessidade, tendo em conta que existe aqui uma entidade que já está a fazer o trabalho, tem o financiamento, tem os acordos legais e necessários. Portanto, era só isto: reforçar o bom trabalho que o NAV tem feito.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Penso que não há mais intervenções sobre este tema. A Mesa foi contactada pelo Partido Socialista e pelo PG, no sentido de apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco... Um Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco... Que a seu pedido e a pedido do PG, ambos me contactaram no sentido de a Mesa apresentar um Voto de Pesar. Peço desculpa se não fui claro. Não há problema. Entretanto, o Partido Social Democrata apresentou um texto que me autorizou fazer algumas alterações. Diz-se que após a eleição deste Papa, os Cardeais o cumprimentaram, como é normal, e o Cardeal Cláudio Hummes, brasileiro, lhe terá dito: não te esqueças dos pobres. E terá sido esta frase que marcou o Pontificado. Crentes ou não crentes, católicos ou não católicos, todos reconhecemos que o Papa Francisco foi uma figura marcante da nossa era, distinguindo-se pela sua humildade de proximidade ao povo e incansável defesa dos valores universais da paz, da justiça social e da dignidade humana. Desde o início do seu

pontificado, em 2013, revelou-se um verdadeiro pastor global, guiando a Igreja Católica com compaixão, coragem e espírito reformador. Jorge Marco Bergoglio, primeiro Papa jesuíta latino-americano e sul-americano, trouxe à Igreja um renovado sentido de missão, enfatizando a importância do diálogo, da solidariedade e da inclusão. A sua preocupação com os pobres, os migrantes, o meio ambiente e os marginalizados, refletiu um compromisso profundo com a construção de um mundo mais justo e fraterno. Neste sentido, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 23 de abril de 2025, presta a sua mais sentida homenagem à memória do Papa Francisco, destacando o seu contributo ímpar para a paz, o entendimento entre os povos e a promoção dos valores humanos e cristãos. Nesta hora de dor, expressamos a nossa solidariedade à Santa Sé, à Igreja Católica, ao povo argentino e a todos os que se sentem tocados por esta perda irreparável. Que o seu exemplo continue a inspirar gerações futuras e que a sua alma descanse em paz na luz eterna do Senhor. Que se guarde um minuto de silêncio e o envio desta moção, se o PSD me permitir, ao senhor Embaixador da Argentina e ao senhor Núncio Apostólico, em Portugal, que é o Embaixador da Santa Sé também em Portugal. Colocava este Voto à discussão, em primeiro lugar, se alguma senhora ou senhor deputado se desejar pronunciar. Penso que não. Colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo Falecimento do Papa Francisco** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Guardávamos, de seguida, um minuto de silêncio. -----

Passávamos, então, ao período de apresentação de votos, moções, propostas e recomendações. O Bloco de Esquerda entregou, creio que ontem, um voto de congratulação ao desporto adaptado da CERCIG. Tendo sido um voto apresentado extemporaneamente, dado que ultrapassou os dois dias úteis; no entanto, o artigo 54º n.º 6 permite que, em casos excecionais, devidamente justificados, a Mesa poderá aceitar, sem qualquer antecedência, as moções e recomendações, após consulta e autorização ao plenário. Creio que os líderes dos grupos já receberam uma cópia do voto de congratulação. E, portanto, eu colocava ao plenário se deliberam ou não que a Mesa aceite este voto de congratulação apresentado pelo Bloco de Esquerda.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Bom dia, senhor Presidente. Cumprimento a Assembleia e os que nos ouvem e veem a partir de casa. Na realidade, não temos nada contra a apresentação extemporânea desta proposta de voto. Contudo, relembramos que, nesta Assembleia, propostas apresentadas, moções até dentro do prazo que por motivos da plataforma não foram aceites e que foram liminarmente recusados. Portanto, estamos aqui a abrir precedentes porque eu não considero que esta proposta de voto seja um ato excecional. Não tem nada de excecional, tanto pode ser apresentado agora como na próxima Assembleia. Em qualquer dos casos, respeitaremos aquilo que for o voto da maioria, como é evidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir? Então, colocava a aceitação à votação, para não haver confusões. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado, por unanimidade, com setenta e quatro votos. Então, passa para o tempo do Bloco de Esquerda, juntamente com as outras moções apresentadas. Pela ordem de entrada, foram primeiro as moções do PSD que entraram, e creio que são uma recomendação e um voto de louvor. Correto? A primeira recomendação é sobre os dados do RASI. Deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia, senhor Presidente. Cumprimento o Presidente da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, todos os senhores Deputados, os senhores Presidentes de Junta, os senhores quadros da Câmara Municipal aqui presentes, a comunicação social e aqueles que nos veem e ouvem à distância. Ora bem, dizer o seguinte: este é um assunto que eu considero premente e é um assunto, infelizmente, da maior atualidade. Contra a violência doméstica sobre as mulheres é o título de uma petição que está na Net e que está subscrita por pessoas que trabalham nestas matérias, que eu tive o cuidado de ler, e, portanto, considero que as pessoas que assim o entenderem deviam subscrever também essa mesma petição. Uma vez que o senhor Presidente falou nos dados do RASI, o relatório da segurança interna, dizer-vos que a PSP e a GNR, em 2024, receberam mais de trinta mil queixas por violência doméstica. A violência doméstica matou vinte e duas pessoas, em 2024, sendo dezanove mulheres. Mil e dezanove pessoas cumpriram pena efetiva. Isto são dados do RASI. Mas há muitos outros que não e há muita gente que não

denuncia, apesar de tudo, este tipo de criminalidade. Isto é uma preocupação que nós todos devemos ter, naturalmente, e eu tenho cada vez mais. É um tema que me choca. Digo-vos, sinceramente, este tipo de criminalidade é do pior e as violações também. E a própria petição é também no sentido de que a violação seja crime público também. Nós assinámos, em 2011, a Convenção do Conselho da Europa sobre esta matéria. A legislação, se lerem, está em detalhe. Nós estamos no tempo das cavernas, ainda, sobre isto. Acreditem que estamos. Ou seja, estamos a anos-luz desta Convenção. Nós temos vários acórdãos, várias decisões judiciais. Eu lembro-me do Juiz Neto Moura, em 2017, não foi assim há tantos anos, falar sobre o Alcorão. Ou seja, na violência doméstica vai-se invocar o Alcorão. O Alcorão que fala da submissão da mulher ao marido, e isto é o exemplo. Isso foi falado. Em 1989, salvo erro, na década de 90, duas estrangeiras foram objeto de violação no Algarve e um dos juizes do Supremo, um Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, o juiz falava: elas puseram-se a jeito porque aquilo era a coutada do macho ibérico. Isto foi há pouco tempo, há poucos anos. Não é uma coisa antiga. Portanto, reparem que isto está legislado. Esses acórdãos saíram, não estão hoje publicados, já saíram. Mas foram objeto de publicação por pessoas que decidem, que estão na justiça. Isto é uma vergonha! E continuamos nisto. Portanto, acho que a petição que tem três objetivos: um deles é legislar sobre a violação para que seja crime público, agravar as penas para o crime de violência doméstica e também autonomizar o crime de feminicídio, ou seja, o crime contra uma indignidade que é o desprezo que se tem pela mulher, como se a mulher fosse um ser inferior. Isto existe e os dados do RASI são bem elucidativos sobre esta matéria. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta Recomendação. Bárbara, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BR):** “Então, concordamos plenamente com a recomendação que colocaram. As pessoas do Bloco de Esquerda obviamente que já assinaram. No entanto, há aqui uns pontos caricatos. O PS, o PSD, o PCP e o PEV votaram contra a proposta da violação ser crime público em Assembleia da República. Nas votações desta Assembleia Municipal, parte dos membros do PSD abstêm-se ou votam contra a interrupção voluntária da gravidez ser uma realidade na Guarda. Na verdade, é

assim: grande parte desta Assembleia Municipal decidiu abster-se e isto é uma questão de violência contra a mulher não existirem consultas de interrupção voluntária na Guarda. Na Assembleia da República vota contra proibir o casamento de menores, que foi uma iniciativa do Bloco de Esquerda que felizmente passou. Além do PSD, votou também contra o CDS e a IL. O PSD e o CDS votaram contra a proposta do Bloco, que foi reprovada, e que propunha o apoio à renda para vítimas de violência doméstica. O PSD e o CDS votaram contra a proposta do Bloco do Governo denunciar junto do Tribunal Penal Internacional o silenciamento das mulheres afegãs. O PSD e o CDS votaram contra o alargamento da licença parental. O PSD e o CDS votaram contra medidas de apoio à saúde em relação à menopausa, assim como votaram contra a violência obstétrica. Luís Montenegro, a 25 de novembro de 2024, teve coragem de dizer que os números de violência doméstica não representam a realidade e que, na verdade, é só um aumento das queixas que existem. Portanto, obrigada pela sugestão, mas o PSD, se quer proteger as mulheres e lutar realmente contra a violência, tem que rever as intenções de voto e provavelmente o programa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir ou não.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Bom dia. Senhor Presidente, em si, cumprimentar todos os presentes, assim como aqueles que nos acompanham através de casa. Naturalmente, também me associo à recomendação, também já assinei a petição. Dizer que esta é uma realidade preocupante. Nos mais jovens, infelizmente, os dados que temos é que a violência contra as mulheres tem crescido. Isto é um assunto que merece uma atenção especial. Não posso deixar de acompanhar a Bárbara na provocação, lembrando também que, em dezembro, quando o Bloco de Esquerda trouxe aqui uma moção para saudar o Dia da Eliminação da Violência contra as Mulheres, tanto o líder da bancada do PSD como líder da bancada do PG sentiram necessidade de vir cá e dizer que são contra a violência no geral e não gostam de individualizar a violência. Hoje não sentiram a mesma necessidade. Não sei se é porque a recomendação vem deste lado e não lá do fundo. Não sei se o senhor Deputado José Valbom já se deixou apanhar na armadilha woke ou se houve uma evolução de pensamento nesta matéria.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou Deputado deseja intervir? Caso contrário, passávamos ao Voto de Louvor apresentado pelo PSD. Façam favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Bom dia, senhor Presidente. Bom dia à Mesa. Bom dia a todos. A Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária, manifesta o seu mais sincero reconhecimento e louvor à Associação Despertar do Silêncio, agora designada Associação de Surdos da Guarda, pela sua notável contribuição ao longo destes 25 anos de existência completados no passado dia 1 de abril, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas surdas, bem como pelo trabalho incessante em prol da sensibilização e inclusão desta comunidade. Desde a sua fundação, a associação tem sido um pilar fundamental no apoio a jovens e adultos surdos, seus familiares e amigos, criando um espaço de partilha de experiências e uma ajuda essencial na luta contra as dificuldades impostas pela surdez, contribuindo, significativamente, para a promoção da autonomia e da inserção profissional das pessoas surdas. É de salientar o empenho da Associação na promoção da Língua Gestual Portuguesa, enquanto língua oficial da comunidade surda, bem como na criação de espaços de diálogo, formação e convivência. A sua ação estende-se à sensibilização da sociedade civil, ao apoio a famílias e à colaboração com escolas, instituições e entidades públicas e privadas, sendo um agente ativo na concretização de políticas de acessibilidade e inclusão. Em colaboração com instituições públicas e privadas, a Associação de Surdos da Guarda tem demonstrado, ao longo dos anos, um compromisso exemplar na luta pela defesa dos direitos das pessoas surdas, promovendo a sua plena integração em diversos contextos. A Assembleia Municipal da Guarda reconhece e valoriza o trabalho realizado pela associação, o empenho, a dedicação e o profissionalismo dos seus dirigentes, associados e colaboradores, que têm contribuído ativamente para uma sociedade mais justa, equitativa e solidária. Que o exemplo de compromisso cívico e humanismo que representa para concelho se mantenha por muitos e longos anos. Pretendemos ainda que este voto de louvor seja dado a conhecer à Associação e aos seus associados, como forma de incentivo para a continuação deste meritório trabalho. Obrigada a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Colocava o voto de louvor à discussão, se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar intervir, é o momento. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente. Em si, cumprimento todos os que me ouvem. Só para dizer o seguinte: o voto é certo e vem no tempo certo, porque estamos numa altura onde a atomização e o confronto entre todos, às vezes, esquecemo-nos do fundamental. Destas pessoas fundadoras, destes continuadores, deste voluntariado e vida cívica, nesta associação e noutras, é, de certa maneira, o melhor que a sociedade portuguesa tem. E, verdadeiramente, a forma como se tratam os que têm algum handicap, a forma cidadã e inclusiva como nós os tratamos, é isso que nos retrata. O nosso retrato e a vida cívica de um país, vê-se na forma como nós somos capazes de olhar, apoiar e integrar todas as pessoas que têm algum handicap. Obrigado aos fundadores e obrigado ao PSD que fez este voto neste dia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais alguma intervenção? Presumo que não. Colocava o voto louvor à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----
----- **à Associação Despertar do Silêncio** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Significa este este número de votos aquilo que eu repito sistematicamente, creio eu, desde a primeira Assembleia. É que já saíram doze senhores Deputados. Já estivemos setenta e sete, estão sessenta e cinco, já saíram doze. Não sei que urgências existem! Enfim. Creio que é recorrente e não vale a pena insistir. Em segundo lugar, entraram os documentos do Partido Socialista que são uma recomendação, a moção criação do cartão do bombeiro e uma outra recomendação do TMG. Façam favor (...) Senhor Deputado, qual então o que apresenta agora? É o número um, faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, bom dia. Trazemos aqui uma recomendação para o desenvolvimento de campanhas de adoção de animais de companhia por idosos e pessoas com deficiência no concelho da Guarda, como estratégia de combate ao isolamento social. Como sabemos, o isolamento social é um problema grave,

especialmente no nosso concelho e nos nossos territórios. A convivência com animais de companhia está associada a vários benefícios, como é o caso da redução da solidão, o aumento da sensação de segurança, o estímulo à atividade física e à rotina diária, o reforço do vínculo afetivo, a melhoria da saúde mental e emocional e o aumento do senso de responsabilidade e propósito. Assim, o grupo municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal vem recomendar, na Assembleia Municipal de 23 de abril de 2025: 1 - O desenvolvimento de campanhas de adoção responsável de animais de companhia, com foco na integração social das pessoas idosas e com deficiência; 2 - O desenvolvimento, em paralelo, de ações de sensibilização, promovidas em colaboração com as juntas de freguesia, IPSSs, associações locais e escolas, fomentando uma cultura de bem-estar animal e inclusão social; 3 - A criação de um programa piloto que inclua apoio logístico e/ou financeiro aos adotantes idosos ou adultos com deficiência, nomeadamente através da oferta de alimentação e cuidados veterinários básicos; 4 - O reforço das parcerias com as associações de proteção animal do concelho, valorizando o seu papel essencial na mediação das adoções e acompanhamento dos processos.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputado ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta recomendação? Penso que não. Senhor Deputado Miguel Borges, qual é agora? (...) Então, atendendo à introdução de uma nova moção, o Bloco de Esquerda tem quatro textos: o voto de repúdio, a moção linha de alta velocidade, uma recomendação sobre assédio e um voto de congratulação à CERCIG. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, se calhar vou optar por apresentar primeiro o voto de saudação, que foi o voto que aprovámos ser incluído aqui. É um voto de saudação ao desporto adaptado da CERCIG. A Cooperativa de Solidariedade Social da Guarda - CERCIG, vai dia 25 de abril participar no 4º Campeonato Mundial de Kempo Adaptado, levando uma comitiva de oito atletas e dois técnicos. Recordamos que na primeira competição da época da Federação Portuguesa Lohan Tao Kempo, os atletas Rosalina Lourenço, Emanuel Santinho, Jorge Brigas, João Garcia, Rui Ferreira e Bruno Costa conquistaram um total de onze medalhas (sete são de ouro e quatro medalhas de prata) com o apoio da AEMA - Associação Ell-Cid Martial Arts Academy. Também no passado mês de março, na modalidade de Esqui Alpino, a atleta Lurdes Ferrão

conquistou a medalha de ouro nos Jogos Mundiais de Inverno 2025, que decorreram durante uma semana em Turim, na Itália. Seja no Andebol, no Ténis de Mesa, na Natação ou até mesmo no Futebol, as conquistas têm sido semelhantes, com as diferentes equipas da CERCIG a jogar e a impressionar, demonstrando determinação, inclusão e a superação perante as competições. Assim, congratulamos os atletas da CERCIG que têm representado a cidade e o país nas mais altas posições do desporto adaptado; congratulamos os técnicos e os treinadores que todos os dias trabalham para motivar e trazer autonomia aos utentes da CERCIG, nomeadamente em relação ao desporto; e congratulamos a CERCIG pela sua escolha em apoiar os profissionais e os utentes, promovendo o desporto inclusivo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava este voto de congratulação à discussão. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Penso que não. Colocava, então, o voto à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----
----- **ao desporto adaptado da CERCIG** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, tem de novo a palavra, voto de repúdio.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, voto de repúdio a Miguel Pinto Luz. A linha da beira alta encerrou para obras de modernização em 2022, obras que seriam de nove meses. O troço entre Guarda e Celorico da Beira apenas abriu em 25 de novembro de 2024 e, supostamente, em março e depois em abril deste ano, deveria reabrir mais um troço entre Celorico da Beira e Mangualde. Pelos vistos, está a demorar mais a sua modernização do que a sua construção. Desesperado, em 2025, o Ministro das Infraestruturas anunciou que as obras de modernização da beira alta terminaram, no entanto, a “Prova dos Factos”, do jornal O Público, revela a mentira: as obras de construção civil estão muito longe de estar terminadas, ao contrário do que foi dito. Em Mortágua ainda será necessário levantar travessas de carris e é preciso substituir todo o balastro. Perto de Mortágua estão em curso os trabalhos de consolidação do talude que deverão durar ainda pelo menos dois meses. Falta terminar os abrigos para os

passageiros nas estações, regular os pêndulos da catenária e construir passadeiras de atravessamento. A Infraestruturas de Portugal está apenas a tentar repor o mesmo sistema de sinalização que existia anteriormente, depois de o ter destruído, em vez do anunciado que seria abrir a linha com o Sistema Europeu de Gestão de Tráfego Ferroviária. Miguel Pinto Luz afirmou que faria uma viagem em toda a linha, ou seja, 156Kms, no entanto só percorreu 23Kms. Fonte oficial do IMT afirma que ainda aguardam o envio de documentação para poder concluir a avaliação em curso. Portanto, o veredicto do Público é elucidativo “É falso que a linha da Beira Alta reabra parcial ou totalmente no fim do primeiro trimestre. É falso que as obras de construção civil estejam terminadas. É falso que só agora nela possam circular comboios para testes. É falso que o ministro faça uma viagem na linha toda.” Assim, a Assembleia Municipal, caso aprovem, repudia os consecutivos atrasos na modernização da Linha da Beira Alta, repudia as declarações enganosas do Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, e reitera a sua posição de ver a linha reaberta o mais rapidamente possível.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Mesa, cumprimentar todos os presentes e quem nos ouve lá em casa. Bem, como vimos há pouco, é assim: eu entrei nesta Assembleia a pensar que o Bloco de Esquerda repudiava o Miguel Pinto Luz, mas, como vi há pouco, afinal repudia todo o PSD e usa todas as oportunidades que tem para poder repudiar. Junta todos os argumentos que pode. Há bocado, aquilo que ouvimos, começámos a falar de violência e já estávamos a falar de coisas completamente diferentes a seguir. E aqui é igual, juntamos uma amálgama que conseguimos e dizemos: não, repudiamos tal pessoa desde que seja do PSD. Como é bom voltar aos tempos eleitorais do Bloco de Esquerda, como é bom o regresso de Francisco Louçã e por aí fora. É assim, não me cabe a mim ser advogado de defesa do Miguel Pinto Luz, mas uma vez que citam tanto o Público e a Prova dos Factos do Público, podiam aproveitar e ver também um podcast que o Público tem sobre ferrovia, é o Sobre Carris. O título desse podcast, que eu recomendo mesmo que ouçam para perceber o que é que realmente se está a passar, é qualquer

coisa como: o IP enganou mais um ministro. Como enganaram não só o Miguel Pinto Luz, que o Bloco de Esquerda repudia; como enganaram o João Galamba, que espero eu que o Bloco de Esquerda também repudie; como enganaram o Pedro Nuno Santos, que começou a obra e não a acabou, conforme também tinha prometido. Não sei se o Bloco de Esquerda também repudia o Pedro Nuno Santos. É assim, falar sobre a Linha da Beira Alta é difícil para todos. Ninguém gosta da situação que se está a passar. Ninguém gosta dos sucessivos atrasos, ninguém gosta das aberturas parciais que servem muito pouco. De facto, a abertura parcial de Celorico da Beira e Mangualde não abriu no dia 31, abriu uma semana mais tarde. Mas, sim, para o Bloco de Esquerda é uma mentira que deve ser repudiada, abrir uma semana mais tarde. Enfim. Daqui a pouco vamos falar sobre o plano nacional de ferrovia, espero também que o Bloco de Esquerda apresente um voto de louvor ao Miguel Pinto Luz. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja falar? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si, cumprimentar todas as pessoas que me ouvem. Só para dizer duas coisas: queremos a linha o mais depressa possível, a linha está atrasada cerca de três anos. Matematicamente, se alguém quiser imputar culpas, este senhor de que estão a falar só teria 1/3, mais ou menos. Por isso, os 2/3 ainda estão na vossa coligação. Mas vamos votar, e votaremos sempre, com firme convicção, contra qualquer moção que seja nominativa. Nós estamos aqui para discutir política, não é para discutir nomes. Já disse isso cinquenta vezes, quando se fazem ataques pessoais ao Presidente. Digo isso sempre e digo-o agora: não, nunca votarei nenhuma moção que fale em Pinto Luz, Pedro Nuno, Galamba. A política é a arte do coletivo. As pessoas são poucas as que têm direito a ter um nome individual na política. Sei lá, Salgueiro Maia, Mário Soares, Sá Carneiro, Freitas do Amaral. São poucos. Não podemos, não devemos, em minha opinião, fazer moções começadas no singular. Votamos, obviamente, contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Mantendo a coerência, o Partido Socialista, como é óbvio, votará sempre a favor do interior, a favor do desenvolvimento da Guarda, como temos sempre vindo a dizer. No entanto, concordamos com aquilo que acabou de dizer o Deputado Valbom e pedimos ao Bloco de Esquerda, se não se importa, tirar o nome de Pinto Luz e colocar: o Ministro das Infraestruturas. Se for assim, nós votaremos, como é óbvio, favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados (...) O voto é da autoria do Bloco de Esquerda. Creio, se bem interpretei, o senhor Deputado Miguel Borges fez uma sugestão, cabe à Mesa perguntar à senhora Deputada, autora da moção, se aceita ou não aceita a sugestão de retirar. Só que a palavra Miguel Pinto Luz aparece aqui em três ou quatro locais da moção. Não é só no título. Se tira só o título, os nomes continuam cá em baixo. Não vejo, mas faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Aceitamos colocar Ministro das Infraestruturas ou Ministério, se for mais confortável para vocês. Aceitamos que seja Ministério.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está bem. Mas, senhora Deputada, voltamos ao mesmo. É um retalho azul num texto vermelho, porque: Voto de Repúdio a Miguel Pinto Luz, então pomos Ministério das Infraestruturas. Mas, depois, em baixo, diz: o Miguel Pinto Luz afirmou que faria uma viagem; o Miguel Pinto Luz mentiu; repudia as declarações do Miguel. Como é que se faz?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, as alterações, tudo o que estiver Miguel Pinto Luz, não nos importamos de colocar Ministro das Infraestruturas. Ou seja, o Ministro das Infraestruturas ou o Ministério das Infraestruturas afirmou que faria uma viagem. Teremos que conjugar aqui o texto, como é óbvio. E no final: repudia as declarações enganosas do Ministro das Infraestruturas. Retiramos o nome e é simples. Acho que está a exagerar na complicação. Estamos a falar de dois ou três nomes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, se decidir alterar a moção, quem sou eu para contrariar. Agora, eu creio que...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “É uma coisa mínima, é o nome...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Em termos políticos é a mesma coisa.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Tem que vir ao microfone falar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu peço-lhe desculpa, aceito as alterações. Agora, em vez de pôr Miguel, pôr o Ministro, acho que é a mesma coisa.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O PG é que disse que era esse o conflito que tinha, então, nós alteramos. Mas, afinal, não era bem isso que queriam, não queriam era votar a favor. Disseram que era contra uma pessoa. Nós alteramos para Ministério das Infraestruturas, não seja esse o problema.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Isto é importante, mas a Assembleia tem que acabar, forçosamente, por Lei, à meia-noite. E são vinte e um pontos importantes, portanto, não sei se estamos aqui a perder tempo e já não sei que horas são. São 11h12. Eu creio que é preciso ter um bocadinho de bom senso também nisto.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Exatamente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, em vez de Miguel Pinto Luz, fica Ministro das Infraestruturas?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ou preferem Ministério das Infraestruturas? Para nós é indiferente, mas aceitamos a alteração, claro.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, mais uma vez, e a todos os que nos ouvem. Só dizer o seguinte: esta moção foi feita para fazer um ataque a uma determinada área política. Ponto. Que nós todos os que aqui estamos, estamos, provavelmente, unanimemente desagradados com o atraso da obra, é claro. Não acredito que haja aqui pessoas que sejam mais amigas da Guarda do que eu. Somos todos iguais. Agora, esta moção foi feita para dar um tiro e agora não venham dizer que nós é que não sei quê. Porque a estratégia de nominar um Ministro, que por acaso até é só responsável, se formos ver matematicamente, por 1/3, é obviamente uma estratégia errada, condicionada e enviesada, a tentar-nos meter numa armadilha. Obviamente que nós não caímos na armadilha, já temos sessenta e quatro anos, e custa-

nos muito a sair dela, por isso o nosso voto é contra. Ponto. Porque vocês estão a dizer este Ministério, chame-se A ou B. Disseram os outros? Alguém assumiu que há erro dos outros, dos anteriores? Além disso, é uma coisa óbvia, eu não vou votar um texto que nem sequer vi e é alterado aqui assim à trouxe-mouxe.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Nós estamos hoje a assistir àquilo que é a alteração do PG, a chegar-se aqui para este lado, não é? Bem, dizer-vos uma coisa: o Partido Socialista sempre votou favoravelmente contra os ministros do próprio Governo do Partido Socialista, relativamente a estas situações, nomeadamente, relativamente aos atrasos na linha da Beira Alta. E vocês são testemunhas que isso aconteceu nesta Assembleia. E, vocês, hoje, estão a fazer coisas contrárias àquilo que sempre fizeram. Vocês, PG.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já terminou sua intervenção. Mais alguma intervenção sobre este tema? Senhora Deputada, faça favor.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Às vezes não são os melhores timings para o pessoal sair, não é?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço desculpa. É óbvio que o riso faz parte da vida humana, mas eu creio que também faz parte da vida humana aproveitarmos o tempo que já perdemos. Muito obrigado, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Só aqui um pequeno esclarecimento. Obviamente, há um Ministério que é responsável pela linha de que estamos a falar. Portanto, não vou pôr um voto de repúdio ao Ministério da Saúde ou o que for, quando estou a falar de uma Infraestrutura Ferroviária. Portanto, é um bocadinho lógico. Mas, pronto, se o PG quer andar às voltas, concordo ali com o PS, nota-se a aproximação ao PSD. Veremos o que é que acontece no futuro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Presumo que não haja mais intervenções. Colocava o voto, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Repúdio** -----
----- **A MIGUEL PINTO LUZ** -----

- Reprovado, com cinquenta votos contra, uma abstenção e quinze votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado. Senhor Presidente, permita-me este atalho protocolar e, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes, bem como aqueles que nos assistem através dos meios audiovisuais. Eu voto contra, porque eu não sei se isto era uma moção ou um manifesto de escárnio e maldizer, à semelhança daquelas canções da Idade Média. O Bloco de Esquerda, que representa o que de mais pernicioso existe na política portuguesa, aliás, é herdeiro ideológico de grupos terroristas como os Baader Meinhof ou as Brigadas Vermelhas e hoje escarnece do trabalho de terceiros. O artigo jornalístico no qual a senhora Deputada se baseia, a Prova dos Factos do jornal O Público, é uma rubrica jornalística, não é um órgão judicial, nem tão pouco técnico ou regulador. Então, será que para o Bloco de Esquerda a avaliação mediática pode ser feita com base num mero jornal de informação jornalística? Pintam como descuido ou mentira, algo que é tecnicamente desafiante e está em curso com a responsabilidade. É mais uma tentativa de capitalizar politicamente em cima de uma preocupação legítima da população, sem soluções concretas. Por isso, nós não negamos que efetivamente existem atrasos. Mas, negar o esforço, o progresso feito em prol da Beira Alta, é faltar à verdade. Senhora Deputada, digo-lhe a si e digo ao seu partido, olhos nos olhos, mais do que moções de repúdio, a região precisa é de soluções de união. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votámos a favor porque sempre votámos a favor do desenvolvimento do interior e nomeadamente pela finalização das obras da Linha da Beira Alta e dos sucessivos atrasos, fossem eles da responsabilidade do Governo do Partido Socialista, fossem eles da responsabilidade do Governo da AD. Gostaríamos que, forças que se dizem independentes, tivessem exatamente a mesma maneira de estar do que aquilo que o Partido Socialista na Guarda faz, muitas vezes contra aquilo que são os ditames do Partido Socialista a nível nacional.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Bom, naturalmente que votei contra e votaria sempre em textos desta natureza, porque isto é como disseram os meus colegas, eu já nem digo terrorismo, mas é uma vergonha. É uma vergonha porque há desonestidade intelectual, há aqui reserva mental e também posso dizer-lhe que é uma declaração não séria. Isto é um misto de tudo isto. Isto é habitual, isto são textos muitas vezes feitos em Lisboa pelas manas Mortágua e distribuem isto para todo o país. É o habitual, isto é assim. E, portanto, nós todos aqui concordamos e estamos preocupados com a questão da linha da Beira Alta e com a ferrovia que é da maior importância. Eu irei falar sobre isso também mais à frente. Agora, vir para aqui responsabilizar o Pinto Luz, ou seja quem for o ministro, é atacar o PSD, porque não tem mais argumentos. Porque já foi dito aqui, e muito bem, as obras pararam em março de 2022, tiveram nove meses até janeiro de 2023. A partir dali há incumprimento: João Galamba, Pedro Nuno Santos e Costa (em acumulação, também, teve o Ministério). E, portanto, catorze meses a seguir veio o Pinto Luz, que não teve culpa nenhuma, e agora é o Pinto Luz o mau da fita! Isto é vergonhoso, senhora Deputada. É vergonhoso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, votei contra, já votei várias vezes contra e votarei sempre que se faça um texto *ad hominem*. Sempre que se faça um texto com algo específico na pessoa, votarei sempre. Exceto se for um ato de terrorismo ou outra coisa qualquer. Em cidadãos, ministros, nunca votarei a favor um documento que faça tiro ao alvo ao Costa, ao Pedro Nuno, ao Galamba, ao Pinto Luz, seja a quem for. É uma questão de princípio. A política é a arte de gerir uma comunidade, não é um ataque, não é uma arte de atacar, humilhar pessoas individuais. Nunca vou nessa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Ora, votei contra porque este processo começou na altura da geringonça, passou para a maioria absoluta do Governo de António Costa, continua agora com o PSD que também

já não vai estar em funções. Por isso, é um atraso de vários anos. Não há só um culpado, são vários culpados. Daí o meu voto contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O PSD, se calhar, já está a projetar. Eu não ando a mando do nacional, ao contrário das Deputadas do PSD, não é? Há aqui uma diferença.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço desculpa. Só lhe posso dar a palavra para defesa da honra. Foi aquilo que me pediu. Portanto, a senhora Deputada se é para defender a honra, diz: disseram-me isto e isto é ofensivo para mim. Não é outra vez discurso.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (PSD):** “Estou aqui para defender a honra... Aí está, eu já justifiquei que não ando a mando do nacional, ao contrário das Deputadas do PSD que mostram bastante essa posição na Assembleia da República, e também quero esclarecer que o PG e o PSD acabaram de votar contra, repudiar os consecutivos atrasos na modernização da linha da Beira Alta, das declarações enganosas do Ministro das Infraestruturas e de ver a linha reaberta. E isso é importante. (...) Senhores Deputados, para bem da Democracia, desloquem-se ao microfone para falar, em vez de mandarem bocas do lugar. Eu li exatamente o que está no Voto de Repúdio. Eu não tenho culpa que vocês não tenham lido o documento que está na plataforma, porque é exatamente isto que diz, foi o que eu li aqui. Além de que nós dirigimo-nos ao Ministro das Infraestruturas exatamente porque foi o Ministro das Infraestruturas que decidiu mentir ao país e dizer que iria fazer uma viagem que não fez. Portanto, na verdade, foi o Ministro das Infraestruturas que mentiu à população.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, o Miguel Pinto Luz, Ministro, está a ofender a sua honra? É que é para defesa da honra. Eu ainda não entendi o que é que está a dizer e, portanto, como eu não estou a entender o que está a dizer e como o Presidente da Mesa entende...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Eu já vou voltar para o lugar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agora, peço desculpa, eu estou a falar. E como o Presidente da Mesa entende que aquilo que a senhora Deputada está a fazer não é defender a honra, eu retiro-lhe a palavra. (...) Acabou, não é para estarmos toda a vida nisto.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Eu já me ia sentar, não há problema nenhum.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para? Tem direito.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Isto é típico nas nossas Assembleias Municipais, começa-se a puxar o cordel e já perdemos completamente o fio à meada. A declaração de voto: na minha intervenção deixei claro que votava contra, mas, sobretudo, não é por ter de defender o Pinto Luz ou por ter de defender o Governo da AD. Comigo já sabem como é que isso funciona e o que é que já tenho dito. É mesmo porque este Voto de Repúdio tinha muito pouco, falou-se muito pouco de ferrovia e muito menos nas intervenções. Aproveitou-se para falar de uma coligação PG/PSD (não percebi) e aproveitou-se para falar de outros ministros. Aproveitar para falar do que é que podemos fazer para impedir estes atrasos, como é que podemos tornar a linha da Beira Alta importante para o país e uma prioridade nacional, falou-se muito pouco. Portanto, naturalmente que isso foi um voto que interessou muito pouco a toda a gente, não teve nada de importante. Por isso, votei contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Passávamos à moção, também do Bloco de Esquerda, Linha de Alta Velocidade Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Vamos ver se usam a mesma desculpa, agora, a dizer que não tem linha ferroviária. Eu espero que pelo menos esta moção tenha sido lida pelos senhores e pelas senhoras Deputadas que aqui estão. Moção Linha de Alta Velocidade Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca. Vou ler apenas uma parte. Antes de fazer as malas, o governo aproveitou a última reunião de ministros para, antes da votação da moção de confiança, priorizar os projetos de Alta Velocidade com início no Porto e em Lisboa, deixando cair o TGV Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca. O próprio Ministro das Infraestruturas chegou a afirmar que, no centro do país, a prioridade são as mercadorias e não as pessoas. Têm na moção toda esta justificação, com as datas em que as

declarações foram dadas. No Plano Nacional Ferroviário fica a dúvida sobre a verdadeira aposta para a região, deixando em aberto vários cenários e nenhum prazo de conclusão. Portanto, a Assembleia Municipal da Guarda, caso aprovem, insiste na recuperação do projeto da linha Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca, marcando um prazo de execução antecipado à data que estava prevista anteriormente, que era 2050; a urgência de acelerar a modernização das linhas da Beira Alta e do Douro; reforçar a necessidade de ligar todos os concelhos através de uma rede de transportes públicos intermodal, articulada com a ferrovia; e exigir a criação de um passe único, válido para todos os transportes públicos, rodoviários e ferroviários, sejam serviços do Estado ou concessionados por este.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta moção? Então, não havendo nenhuma inscrição, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da Votação da Moção** -----

----- **Linha de Alta Velocidade Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca** -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e seis votos a favor e dezasseis abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só para ficar registado. Votamos favoravelmente, porque, da mesma forma que reafirmámos anteriormente, somos sempre a favor do desenvolvimento do interior e do desenvolvimento da Guarda. Mais, nesta moção estava implícito, claramente implícito, uma crítica a um anterior Governo e, mesmo assim, os Deputados do Partido Socialista da Guarda votam favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, declaração de voto? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si, cumprimento todas as pessoas que me ouvem. Fica claro, senhor Deputado Borges, que o PG distingue a luta e lutará pelos interesses da Guarda. E, mais uma vez, sublinho que estará sempre contra o Bloco, o PS até o PG, se for, ou outro qualquer, que faça moções pessoais. Está claro

que votámos contra a outra moção porque é pessoal e ficou claro, pela votação, que votámos a favor dos interesses da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Declaração de voto, obviamente. Abstivemo-nos, porque consideramos que há aqui uma grande diferença entre a introdução, os pressupostos e depois aquilo que é o objeto da moção propriamente dita. A moção, na minha opinião, está mal feita, em função dos pressupostos que apresenta. Na introdução, a moção coloca todas as dúvidas entre o plano ferroviário nacional e as afirmações numa entrevista que o Ministro Miguel Pinto Luz terá dado e aborda a alta velocidade, afirmando que não é clara a opção Aveiro-Salamanca. Mas, importante mesmo, acho eu, independentemente de ouvir entrevistas de ministros, é ler uma coisa que fica para o futuro, que é um plano, é a resolução do Conselho de Ministros nº 77/2025, que a senhora Deputada conhece muito bem, e abandonar esta especulação que aqui faz em manta de retalhos. Especula em manta de retalhos. Importante é ler o Plano Ferroviário Nacional. E, depois, a moção, afinal, já não aborda só a alta velocidade. O tema e o título é a alta velocidade, mas depois isso esbate-se. Modernizar a linha da Beira Alta: de novo? É o que está na Moção. Vamos modernizar de novo a linha da Beira Alta? Já não se gastou muito tempo e muito dinheiro? É outra vez para modernizar, porquê? Porque o vosso plano da geringonça não resultou ou não vai resultar? É isso que está a antecipar? Talvez, não sei. O que é um facto é que esse plano também priorizou muito mais as mercadorias do que os passageiros, não sei se sabe. Modernizar a linha do Douro? Está bem. Ou completá-la, como é o que se pretende. Um passe intermodal, uma rede... A minha declaração de voto tem a ver, e é isso que eu estou aqui a justificar, que a moção está mal feita. Entendeu? Espero que me deixe explicar. E não ia aqui intervir antes acerca disso porque eu não quero que mude a moção. Ponto. Quem apresenta as moções tem a responsabilidade de apresentar moções que passem ou que possam passar. Depois, passe intermodal, rede intermodal: quem é que vota contra isto? Ninguém, obviamente. Mas está tudo baralhado, está tudo confundido. Recuperar o projeto da linha Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca: mas o Plano Ferroviário Nacional já não prevê isso? Já não tem essa previsão? Claro que sim que prevê, de forma

faseada e com velocidades máximas de 250km/hora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço que acabe. Já extravasou o tempo.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “ok. Era isso. Por isso, não podemos votar favoravelmente, claro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais algum voto? Presumo que não. Passava então à Recomendação também do Bloco de Esquerda. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, nós não apresentamos Moções para passar. Nós apresentamos medidas concretas que, na nossa opinião, servem as regiões que nos elegeram. Não é só para passarem, é para terem alguma validade. E, na moção, fala sobre o Plano Nacional Ferroviário. Mas, passando à Recomendação de Assédio Moral na Câmara Municipal da Guarda... Fala e bastante concretamente, eu é que não tenho tempo suficiente para a ler inteira aqui. Mas vocês leram. Espero eu que tenham lido. Então: Assédio Moral na Câmara Municipal da Guarda. É uma Recomendação. Em Portugal, com o 25 de Abril de 1974 e com o 1º de Maio, deu-se início a direitos até então negados, alguns deles relacionados com a forma de organização dos trabalhadores, com os direitos laborais, inclusivamente as comissões de trabalhadores. A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas no artigo 71.º indica que “O empregador público deve adotar códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho” e, principalmente, “deve instaurar procedimentos disciplinares sempre que tiver conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho”. O conselho de administração do SMAS foi avisado, desde o início, da situação de assédio que se iniciou em setembro de 2024. É do conhecimento geral que a atual assessora do Presidente da Câmara da Guarda, foi julgada e considerada culpada do crime de perseguição agravada a uma trabalhadora. Em novembro, a vítima estava a reunir com o presidente do conselho de administração, posterior vereador do pelouro das águas e saneamento, Sérgio Costa, que nada fez, além de proteger e, após a sua eleição, promover até a assessora e culpada deste crime. O Tribunal da Guarda condenou a arguida e considerou

que o atual Presidente da Câmara Municipal da Guarda tinha conhecimento e foi convivente com as ações. Em abril de 2023, o Tribunal da Relação de Coimbra confirmou a condenação da assessora. No mesmo mês e ano o Bloco de Esquerda questionou-o sobre se iria continuar a ignorar ou finalmente teria a coragem de agir e proteger os trabalhadores do município e quais as medidas que previa. Ao Jornal Público, justificou a sua inação com o facto de a decisão ainda não ter transitado em julgado, porque a arguida suscitou, e passo a citar: “a nulidade do acórdão da Relação de Coimbra e ainda não teve resposta”. Agora, com a decisão do Tribunal Constitucional de que não há qualquer inconstitucionalidade nas decisões proferidas pelo Tribunal da Guarda e pelo Tribunal da Relação de Coimbra, como irá agir em relação à sua assessora, um cargo que é de confiança? Dignou-se, tal como solicitei em abril de 2023, a verificar a possível existência de situações semelhantes? Assim, o Bloco de Esquerda, com esta recomendação, pretende: saudar o 1º de Maio e nele as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores públicos, privado e social...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, extinguiu o tempo.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “É num instante. Só me faltam mesmo dois parágrafos... privado e social que reivindicam condições de trabalho dignas, salários justos, direito à habitação e contra todas as formas de precariedade; - saudar a luta dos trabalhadores da cidade, nomeadamente aqueles que asseguram, tantas vezes nos bastidores e de forma precária, os lugares da democracia como o local onde estamos agora; e recomendamos que a Câmara Municipal da Guarda sublinhe a importância do município se evidenciar enquanto agente promotor de empregos com vínculos e rendimentos dignos, que permitam conciliar a vida profissional e pessoal, sem riscos psicológicos ou sociais; crie o código de conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho; e trabalhe eticamente em relação à situação exposta e todas as outras que nós desconhecemos, protegendo os funcionários que estão a seu cargo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta Recomendação? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Relativamente a este assunto, gostaríamos de perguntar ao senhor Presidente da Câmara: quanto é que, neste momento, o Município da Guarda já gastou, relativamente a esta questão, em termos jurídicos e em termos de apoio jurídico, quer para a acusada, quer para quem está a acusar? Quer dizer, não sabemos sequer se a Câmara está a defender as duas pessoas ou não e por isso gostaríamos de saber quanto é que já foi gasto até agora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Penso que não. Passava, então, às moções e recomendações do Partido Socialista. Primeira Moção - Criação do Cartão Municipal do Bombeiro. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Vou passar à frente esta primeira parte, mas a primeira parte tem a ver com o facto de, neste momento, o voluntariado sofrer de falta de pessoas que queiram participar. Portanto, achamos que devemos nós fazer qualquer coisa, de forma a incentivar esse mesmo voluntariado. Assim, o Partido Socialista propõe a criação do Cartão Municipal do Bombeiro, em que os principais objetivos são: isenção ou redução de taxas municipais, incluindo taxas de licenciamento, tarifas de abastecimento de água e saneamento, entre outras; acesso gratuito ou com descontos a serviços e infraestruturas municipais, como piscinas, ginásios, equipamentos culturais, transportes públicos locais e eventos promovidos pelo município; beneficiar na área da educação e formação, incluindo apoio para aquisição de material escolar e acesso gratuito a formações promovidas pelo município. A implementação do Cartão Municipal do Bombeiro é uma medida urgente e essencial para garantir a continuidade e renovação do voluntariado nos Corpos de Bombeiros do concelho da Guarda. Reconhecer e valorizar o papel dos Bombeiros não é apenas um dever moral, mas uma necessidade imperativa para a segurança da comunidade. Diante do exposto, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 23 de abril de 2025, aprova: a criação e regulamentação do Cartão Municipal do Bombeiro, garantindo a sua implementação em articulação com as Associações Humanitárias de Bombeiros do concelho; a sensibilização das entidades públicas e privadas do concelho para a importância do reconhecimento dos Bombeiros, incentivando-as a aderir a este mecanismo através da oferta de benefícios adicionais aos portadores do cartão; a manifestação do total apoio

e reconhecimento da Assembleia Municipal à missão e ao papel insubstituível desempenhado pelos Bombeiros Voluntários do concelho da Guarda; a criação de um grupo de trabalho constituído por um representante de cada Grupo Parlamentar e por um representante de cada uma das Associações e Corpos de Bombeiros Voluntários do concelho para definição da proposta de benefícios do Cartão do Bombeiro e consensualizar com o Executivo Municipal até à última Assembleia Municipal do presente mandato autárquico. Estamos certo de que a aprovação e implementação desta moção representará um passo significativo na valorização do trabalho heroico dos nossos Bombeiros, garantindo a manutenção e o reforço dos seus efetivos e, consequentemente, a segurança e a proteção da população do nosso concelho. Os Deputados da Assembleia Municipal eleitos pelo PS, 23 de abril de 2025. Obrigado.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta moção? Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si, todas as pessoas que me ouvem, respeitosamente cumprimento mais uma vez. Bom, aqui temos uma moção de tempo eleitoral. Este é o tempo destas coisas, porque verdadeiramente é uma moção que diz coisas importantíssimas: que os bombeiros são fundamentais, sabemos-lo todos; que o voluntariado é nuclear e que são os melhores de nós todos, sabemos-lo todos. Todos, mas mesmo todos, como diria o Papa. Todos, todos, todos. E, vem, depois, no fim, uma proposta que é muito típica de quem não se sente confortável no sítio onde está. Eu entendo que todos os deputados gostariam de ser vereadores. Se calhar, às vezes, os senhores vereadores também gostavam de ser deputados, mas, verdadeiramente, são dois órgãos distintos. O que se aqui propõe, no ponto quatro, é uma função executiva. O senhor vereador (eu nunca sei se é vereador ou se é vereadora) do Partido Socialista pode propor. Todos os outros Vereadores podem propor. O executivo já está a fazer, já está em trabalho, até avançado, em colaboração com todas as corporações de bombeiros. Aliás, até penso que é um dos municípios pioneiros no trabalho de arranjar um estatuto global e integrativo para os bombeiros. Sim, porque este executivo valoriza, tem apoiado e sempre sentiu o apoio de todas as corporações de bombeiros. Por isso, estamos todos de acordo. Por isso, é uma duplicação de tarefas.

Se nós, efetivamente, fizéssemos (não vamos fazer, porque não temos tempo. É uma proposta, como eu digo, de campanha eleitoral), mas se tivéssemos tempo de fazer o cartão, quem depois ia fiscalizar este ato que nós fizéssemos? Era um ato que depois tinha que ir ao executivo e o executivo ia aprovar. E nós, votávamos contra? Não se esqueça, Eng.º Borges, que nós somos órgão fiscalizador. Não somos órgão executivo para fazer cartões. Os regulamentos dos bombeiros (e aí, dentro dos regulamentos, espero que seja uma coisa mais global, mais integrativa), há de ter, com certeza, alguma coisa que individualize (eu até acho que sim), que individualize o bombeiro pela sua dignidade e função fundamental. Chame-se-lhe cartão ou outra coisa qualquer. Mas tem que estar e esse trabalho está a ser feito. O senhor Presidente há de lhe dar, se lhe pedir, nota das várias reuniões que já houve entre o grupo técnico da Câmara e os representantes dos bombeiros, porque isto já está avançado. Verdadeiramente, porque o trabalho já está a ser feito e porque, por acaso, até tem avançado, basta falar com o senhor Presidente dos Bombeiros que conhece, com os três, e vai ver que o trabalho está avançado e tem sido consensual. Verdadeiramente, não era preciso pôr aqui areia na engrenagem, porque o processo está a andar. Como diz hoje o seu líder, Pedro Nuno Santos, a proposta CPI, e vou citá-lo para não me enganar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Não era necessário, é um tiro que não é necessário. Estamos todos de acordo, não faça divisões onde estamos todos de acordo. Já está avançado, vem tarde.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “A sério que não consegui perceber o sentido de voto, mas penso que é a favor, não é? Pelo menos, depois de todo o discurso que aqui fez, penso que é a favor. Penso que é a favor, porque, na realidade, aquilo que me está a dizer é assim: concorda com tudo aquilo que eu digo, só que é eleitoralismo. Ouça, mas concorda com tudo. Portanto, vai votar a favor. Aquilo que o senhor esteve aqui a fazer foi uma obra de arte, esteve a tocar violino! Deixe-me dizer uma coisa: o Partido Socialista defende, como é óbvio, o associativismo e defende, como é óbvio, o

voluntariado. Única e exclusivamente apresentou uma moção, que poderia ter sido apresentada este ano como poderia ter sido apresentada há dois. Sabe uma coisa? É que o cartão do bombeiro, sabe onde é que está apresentado? No vosso programa eleitoral. Sabe de quando é que é o vosso programa eleitoral? Até agora não fizeram nada. O senhor vem-me aqui dizer que o Presidente da Câmara está a tratar disso, mas nós não sabemos de nada. Aquilo que nós sabemos é que o Partido Socialista está a tratar disso. Do senhor Presidente da Câmara não sabemos nada. O Partido Socialista está a tratar disso, tratando da forma que é: através de moções na Assembleia Municipal. E relativamente às comissões propostas no ponto quatro, isso aí é competência da Assembleia Municipal. É só perguntar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que conhece o Regimento e o informará.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção de algum senhor Deputado. Colocava, então, a moção à votação (...) será por unanimidade mas temos que contar os votos, porque isto é um sai e entra, um entra e sai. Eu faço um apelo aos líderes dos grupos, à hora do almoço, peço que reconsiderem um bocadinho e faço um apelo aos senhores Presidentes: ou todos têm uma vida muito ocupada que os membros da Mesa não têm e que os líderes também não têm ou então, para quem assiste, não damos boa imagem. Não damos boa imagem. Desculpem eu dizer isto, mas não damos boa imagem.” -----

----- **Resultado da Votação da Moção** -----

----- **Criação do Cartão Municipal do Bombeiro** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Peço desculpa.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Nós votámos a favor, porque, ao contrário do que foi dito pelo PG, também lemos o Regimento e o artigo 4º não prevê que a Assembleia faça só fiscalização. Nós estamos aqui para deliberar sobre assuntos de interesse municipal. O cartão de bombeiro é um desses assuntos de interesse municipal. Se ele está a ser feito, se há essa conversação, o executivo devia ter apresentado o cartão de bombeiro e não dizer que está a ser feito. Como já foi referido, foi uma promessa de campanha,

mais uma daquelas que não foi cumprida. Não há motivos absolutamente nenhuns para ir contra uma proposta que é valorizar quem faz voluntariado na Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Declaração de voto?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia mais uma vez. Parece que hoje as pessoas não estão a entender muito bem o que eu estou a dizer. É claro, mas é clarinho como a água, que as Assembleias não podem fazer propostas que aumentem os gastos e os consumos do executivo. É claro isso. Segundo: podemos fiscalizar como o dinheiro está a ser gasto, mas não é aqui o sítio de fazer programas para o executivo. O tempo de ser avaliado o executivo está próximo e vamos ver se, efetivamente, este executivo não fez nada, como diz o senhor Deputado, ou se até teve ideias que vocês três anos depois vêm copiar, como esta do cartão do bombeiro. Se estava no nosso programa, ainda bem que nos lembrou. E a única coisa que lhe digo é que vai ser feito.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, para fazer uma declaração de voto semelhante à declaração de voto efetuada pela anterior pessoa que veio aqui... É assim: exigir que o senhor Presidente, ainda durante esta Assembleia, se possível, ou então que marque uma comissão de líderes, no sentido de se fazer a criação de um grupo de trabalho constituído por um representante de cada grupo parlamentar e por um representante de cada uma das associações de corpos de bombeiros, como está descrito na moção e, portanto, compete à Assembleia Municipal fazer isso. É a única coisa que nós queremos.” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Ora, muito bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes. O ponto está aqui, Dr. Valbom, meu caro, que é o mesmo de há bocado. O que está aqui mal nesta moção é a instrumentalização clara que vocês, Partido Socialista, fazem de uma instituição tão importante como é esta associação humanitária, meus caros. É evidente que o foco principal... e, senhor Presidente, prepare-se, porque este grupo tem, efetivamente, que cumprir um recorde e trabalhar em três meses aquilo que vocês não quiseram fazer noutros grupos que foram propostos, para, na última Assembleia Municipal, o desespero tal do Partido Socialista, vir, que é isto que está a querer fazer hoje, esta é a

jogada hoje, poder vir dizer que nada foi feito. Mais uma vez, o objetivo não é fazer, é utilizarem-se claramente das instituições para tentarem recolher uma migalha do bolo que fica na mesa, meus caros. Isso é uma tristeza, desculpem. Obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Como o Presidente da Mesa foi invetivado, eu vou ler os artigos 55º e seguintes do nosso Regimento e tenho muitas dúvidas, vou estudar, tenho muitas dúvidas que isto aqui caiba. E, também, relativamente a esta moção, parece que estamos a afastar os independentes, os Presidentes de Junta independentes não constam aqui. Um representante de cada grupo e um representante das associações. Parece que o grupo dos independentes que estão ali ao fundo não contará para nada. Mas vou ler se é possível esta comissão. Não, eu agora vou ler. Mas falar a que título? Mas a que título agora vai falar? Pronto, então peça o esclarecimento. Eu estou-lhe a dizer que vou estudar o assunto, não sei se é possível. Respondo-lhe da mesma maneira.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, eu espero bem que o senhor Presidente não vá agora, à pressa, pedir qualquer coisa legal daquelas que o senhor Presidente costuma fazer, no sentido de tentar, de alguma forma, obstaculizar aquilo que foi uma aprovação, por unanimidade, desta Câmara. Ok? A aprovação foi por unanimidade e, portanto, o senhor Presidente, relativamente àquilo que foi aprovado por unanimidade, a única coisa que tem que fazer é cumprir. OK? Depois, dizer-lhe outra coisa: relativamente à questão dos senhores deputados independentes, tem toda a razão e pedia ao plenário, caso não se importassem, que fosse colocada essa questão dos independentes. Tem toda a razão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado não é por, com todo o respeito por nós, que eu também votei, tomarmos uma deliberação, se ela não for legal, é evidente que o Presidente da Mesa não a cumpre. Mas isso creio que é para mim e é para todos. Se for uma deliberação que se considere ilegal, não pode ser cumprida. Violar a lei, não conte comigo. Já basta quando erro sem querer. Saber que estou a fazer mal, não faço. Senhor Deputado Miguel Borges, Recomendação TMG 20 anos. Faça favor. Não sei se é o senhor Deputado, se não.” -----

- **Gonçalo Saraiva Marques, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, bem como o público aqui presente, os senhores funcionários da autarquia, bem como todos aqueles que nos acompanham pela transmissão online desta Assembleia. Há vinte anos, a Guarda deu um passo decisivo para o seu futuro cultural, com a inauguração do Teatro Municipal, a cidade afirmou-se como um território de criação, de encontro e de identidade. O TMG não foi apenas um edifício novo, foi uma revolução silenciosa, um símbolo de ambição e de transformação. Desde então, tornou-se impossível imaginar a Guarda sem o seu teatro. Ele é hoje uma referência regional, com um papel essencial na programação artística, na educação cultural e na valorização do nosso território. Mas, vinte anos depois, este projeto exige um novo fôlego. O Teatro precisa de alcançar a sua maturidade plena, de consolidar a sua identidade e de se afirmar, ainda mais, como polo cultural da região. Não podemos permitir que o TMG estagne ou se apague com o tempo. Por isso, senhoras e senhores Deputados, torna-se necessário concluir o projeto que permanece inacabado, requalificando o espaço envolvente do Teatro, integrando-o verdadeiramente na cidade e fazendo dele a ágora dos tempos modernos para a qual foi sonhado, garantir que o TMG atinge a sua maturidade, que reforce a sua identidade, amplie o seu alcance e se afirme como centro de dinamização cultural no interior do país. Este é o momento certo para assumirmos estas responsabilidades, porque manter viva esta utopia é continuar a construir um futuro feito de esperança, de sonho e de vontade coletiva. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta recomendação. Penso que não. Dava de seguida a palavra ao CDS. Senhora Deputada, faça favor. Tem uma recomendação e um voto.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos. Na sua pessoa, senhor Presidente, cumprimento todos os presentes. Eu só me estou a rir, porque, de facto, em relação à ordem de entrada das moções e das recomendações, isto, de facto, já foi tudo ultrapassado. Mas também não faz mal nenhum, não é por aí. O meu primeiro Voto de Saudação, nós assistimos aqui na Assembleia de setembro ou dezembro ao elogio de uma grande empresa, da Coficab. Hoje trago também o Voto de Saudação às Micro,

Pequenas e Médias Empresas do Concelho da Guarda. É evidente a relevância das Micro, Pequenas e Médias Empresas, não apenas na vitalidade das economias locais, mas também no equilíbrio e na sustentabilidade da economia global. A capacidade de adaptação e a resiliência que caracterizam muitas destas empresas permitem-lhes reagir de forma ágil às constantes mudanças do mercado, reforçando a sua importância na diversificação da atividade económica e na estabilidade das comunidades onde se inserem. Particularmente no concelho da Guarda, as Micro, Pequenas e Médias Empresas têm um impacto notável na promoção da coesão territorial e social. Através do seu trabalho diário, contribuem para a valorização dos recursos endógenos, para a preservação da identidade cultural local e para o fortalecimento do comércio de proximidade, assumindo-se como alicerces do desenvolvimento sustentável da região. O reconhecimento do seu papel, bem como o incentivo ao seu crescimento e consolidação no concelho da Guarda, deve, por isso, constituir uma prioridade estratégica. Estas empresas são geradoras de emprego, dinamizadoras do tecido económico local e protagonistas de uma economia mais inclusiva e inovadora. Neste enquadramento, propõe-se que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária do dia 23 de abril de 2025, delibere aprovar um Voto de Saudação às Micro, Pequenas e Médias Empresas, reconhecendo o seu contributo insubstituível para a economia nacional e, de forma muito especial, para o progresso económico, social e cultural do concelho da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe que se sente, tenho que perguntar se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este Voto de Saudação. Penso que não. Colocava, então, o Voto à votação.” -----

----- **Resultado da Votação do Voto de Saudação** -----
----- **às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Concelho da Guarda** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, recomendação. Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “A minha recomendação tem a ver com uma área que é a área do património e que tem o restauro, a preservação e a valorização dos

chafarizes, fontanários e fontes da cidade da Guarda. A água desempenhou um papel fundamental na fundação e desenvolvimento da cidade da Guarda, não apenas como recurso vital para a população, mas também como elemento estruturante do seu património urbano. Ao longo dos séculos, foram construídos diversos chafarizes, fontes e fontanários que abasteciam a cidade e as suas freguesias, muitos dos quais ainda hoje testemunham a história e a identidade local. Entre os exemplares mais emblemáticos destaca-se o Chafariz de Santo André, datado do século XVIII e proveniente da aldeia da Vela. Outro, também, o Chafariz da Dorna. No entanto, verifica-se que alguns destes elementos patrimoniais se encontram em estado de degradação ou inativos, necessitando de intervenções de reabilitação e valorização. Se andarmos na cidade da Guarda, nós vemos que até muitos destes chafarizes, por exemplo, têm a sinalética com água não controlada. Gostaríamos também de saber porquê e se essa é uma situação que pode ser revertida. A preservação e manutenção destes chafarizes, fontes e fontanários são essenciais para salvaguardar a memória coletiva e promover o turismo cultural na região. Neste sentido, recomenda-se à Câmara Municipal da Guarda que: proceda à reabilitação e reparação dos chafarizes, fontes e fontanários da cidade da Guarda, assegurando a sua conservação e funcionalidade; elabore um Roteiro dos Chafarizes, Fontes e Fontanários da Guarda, com o objetivo de valorizar este património e promover a sua divulgação junto de agentes turísticos e instituições de ensino. Estas medidas contribuirão para a valorização do património cultural da Guarda, reforçando a identidade local e dinamizando a oferta turística do concelho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Sobre esta recomendação, alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado José Valbom, faça favor. Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa, se não tiver cedências de tempo, não tem tempo. Está esgotado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Tenho o tempo do CHEGA. Obrigado, senhor Deputado. A tolerância é isto. Muito bom dia, mais uma vez. Só dizer duas ou três coisas sintéticas. O princípio geral da moção está corretíssimo, são monumentos que devem ser preservados. E logo aí começa um problema. A Câmara só pode intervir nalguns que são monumentos e por isso será um assunto essencialmente da Câmara. São poucos os que são monumentos nacionais. Os outros são uma competência dos senhores Presidentes

de Junta, é um assunto dos senhores Presidentes de Junta. Já agora, também uma coisa muito sintética e os senhores Presidentes de Junta estão aí e sabem disto: essa história da água não vigiada, no tempo em que eu era delegado de saúde começámos nisso, porque, efetivamente, não existe formas de tratamento. Logo, não existe forma de garantir que a qualidade da água é saudável, ou seja, própria para consumo humano. Quando diz não vigiada é isso, até pode ser ótima, mas não tem vigilância, higiene sanitária. As autarquias até nem gostavam muito, na fase inicial, que nós puséssemos este cartaz. Eram essencialmente os delegados de saúde e a saúde pública que os impunha a pôr isso, porque, de certa maneira, eles viam isso como uma coisa negativa: então, está a dizer mal do meu chafariz e da minha água? Mas tem a ver com esta medida cautelar da saúde pública. Mas, quanto melhor estiverem os chafarizes, melhor para todos nós.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se há mais alguma intervenção? Penso que não. Passava à recomendação e ao voto de congratulação do PG. O primeiro documento a dar entrada foi a recomendação, faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos os presentes e também aos que nos ouvem à distância. Esta recomendação da não ampliação da Mina de Alvarrões é um tema que já foi aqui falado previamente, também já foi dado o parecer do executivo da Câmara Municipal da Guarda, que foi unânime em dar parecer negativo, por vários motivos que estão listados na recomendação: o estudo de impacto ambiental, patrimonial, infraestrutural; também algumas incongruências e insuficiências nos planos de Lavra e Estudo de Impacte Ambiental; à omissão de que a área pertence ao território do Estrela Geopark Mundial da UNESCO, e, também, porque os próprios trabalhos atualmente lá desenvolvidos, são, de certo modo, desenvolvidos de forma irregular. Este assunto foi bem lembrado pelo PAN num projeto de resolução da Assembleia da República, a 15 de março de 2025, em que, no fundo, subscreve e cita longamente o parecer que a Câmara Municipal deu. Esse projeto de resolução foi chumbado, sobretudo com os votos do CHEGA e da AD, e, portanto, nós vimos aqui expressar a nossa preocupação, que já é antiga, pelo menos desde o ano passado, sobre os trabalhos nesta mina, sobre a sua ampliação e, no fundo, recomendar ao Governo

que olhe para este assunto, atenda à posição do Município da Guarda na defesa do território e das populações e que, portanto, regularize os trabalhos lá desenvolvidos e impeça futuros trabalhos que tenham impacto, quer para as populações, quer para o território. Dado o momento que atravessamos, de Governo de gestão, esta recomendação deve ser enviada já quando um Governo estiver em plenas funções, saído das eleições do dia 18 de maio. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Naturalmente que eu corroboro tudo aquilo que está aqui plasmado na recomendação. Sou natural da Vela, estou preocupado com isto. O senhor Presidente da Junta da Vela e o senhor Presidente da Junta de Gonçalo também estarão. Há uma associação que foi criada para este efeito. Nós já há muitos anos, na Vela, que temos um território que está a ser objeto de exploração de feldspato. Este é preocupante também, está a tomar proporções preocupantes. Naturalmente que o parecer da Câmara Municipal está bem feito, como é evidente, portanto, nada a dizer. Não sei se o senhor Presidente da Câmara alguma vez reuniu com a Ministra Graça Carvalho, que é a Ministra da tutela, ou com alguém da Secretaria de Estado, também, sobre este assunto. Valeria a pena, digo eu, uma vez que também o projeto de resolução do PAN não teve sucesso. Temos que fazer tudo o que é possível. Eu acredito que esteja a ser feito. No entanto, também nesta recomendação dava aqui uma sugestão, se obtiver a vossa concordância, que é no sentido de dizer que em vez do grupo Municipal do Movimento pela Guarda, acho que podia ser extensivo a toda a Assembleia Municipal, se assim o entenderem. Fica a sugestão. Eu aqui justificava mais uma moção do que uma recomendação. Estou de acordo com o Miguel Borges. Se há moções que às vezes são feitas, aí, mal-amanhadas, assim umas coisas manhosas, esta é que devia ser uma moção. Não estou a falar para ninguém, senhora Deputada. Portanto, esta valia a pena.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bem, face à unanimidade aqui expressa e àquele ponto que já foi usado para o voto de qualquer coisa que nós votámos do Bloco, eu agora não me recordo, peço desculpa... Não é desprimor, é só porque já foi muita coisa. Foi o voto... recorda-me Bárbara, desculpa. Não foi o de repúdio. Da CERCIG, do

desporto adaptado. Já me lembrei. Peço desculpa, mas foi muita coisa já votada hoje. Então, usando essa prerrogativa, e dada a unanimidade que parece existir, retirava esta recomendação e propunha uma moção exatamente igual. Passa a moção, votamos e segue como moção de toda a Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora ou senhor Deputado se opõe a que, em lugar de recomendação passe a constar moção? Penso que não. Não sei se há mais alguma intervenção? Então, colocava à votação.” -----

----- **Resultado da Votação da Moção** -----

----- **Não ampliação da Mina de Alvarrões** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Declaração de voto?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votámos favoravelmente, tal como favorável foi também o voto que o PS fez na Assembleia da República. Ainda bem que o PSD nos acompanha nesta votação, ao contrário daquilo que fez a Deputada do PSD, pela Guarda, na Assembleia da República.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (PSD):** “Votámos, obviamente, a favor. Estamos contra o alargamento desta Mina. Participámos na consulta pública e emitimos um comunicado neste sentido, tal como estamos contra todas as propostas que foram feitas até ao momento de prospeção ou exploração mineira de lítio. No entanto, aí está, o PSD, o CDS e o CHEGA, quando tiveram oportunidade de terminar com este processo, votaram contra o projeto de resolução que impedia a continuação da ampliação desta Mina. Portanto, não se percebe muito bem esta discrepância em que as pessoas que vocês ajudam a eleger e que a população da Guarda, pelos vistos, confiou, não vota a favor daquilo que a concelhia acredita. É um bocadinho estranho e vota sempre contra a população. Tenho pena, porque este projeto podia ter sido terminado e, graças ao PSD, ao CDS e ao Chega, não foi.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Faça favor senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, em resposta à senhora Deputada, já agora, dizer-lhe também que eu voto pela minha cabeça, sabe? Sim, tenho o sentido de responsabilidade para isso. E, portanto, o voto é secreto, portanto, olhe, é só isso que lhe tenho a dizer. Relativamente à questão, nós estamos, de facto, preocupados, porque este licenciamento pode tomar outras proporções. E, portanto, esta situação tem que parar, porque eu sei que o senhor Presidente de Junta da Vela, com quem já falei sobre este assunto, naturalmente, e as populações, já houve reuniões lá, estão preocupados por causa da contaminação das águas. E, portanto, se continuamos naquela direção, isto vai lá e vai-nos afetar seriamente. É um problema de saúde pública. Essa é que é a questão, não tem nada a ver com politiquice. Eu não faço política, aqui, de oportunidade. Quando era jovem, se calhar, era assim um pouco Talibã. Mas agora não. Já tenho sessenta e poucos anos e, portanto, já não tenho paciência para isso. E, quando falo aqui, falo voz própria. Eu não recebo indicações de Lisboa nem do Porto, nem de coisíssima nenhuma. OK? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “Ora, muito bom dia. Cumprimento todos que nos escutam na pessoa do senhor Presidente. Neste processo, muito sinceramente (e deixem-me ser muito verdadeiro que é o que eu gosto de ser), o que aqui nós decidimos é inócuo. Uma verdade: nós podemos ser tão ambientalistas, tão ambientalistas, à procura desse ambiente tão puro, tão puro, que nos sujeitamos a não ter no território pessoas para respirar o ar puro com que ficamos. O valor económico que essa exploração pode trazer ao território é muito mais positivo do que, enfim, as pessoas podem pensar que não seja. Portugal tem as maiores reservas de lítio conhecidas da Europa Ocidental. Eu, em tempos, numa Assembleia longínqua, disse que o lítio era o combustível do futuro e isso cada vez é mais verdade, como todos constatamos. Eu acho muito estranho que as pessoas, que constantemente, todos os dias, contactam com o lítio quando estão ao telemóvel e no computador, digam que a gente não pode explorar uma riqueza que nós temos. E assim continuamos no empobrecimento, porque se não conseguirmos criar riqueza, não conseguimos sustentar o nosso bem social e tornar as

peessoas socialmente muito mais motivadas para participar, enfim, no futuro do país. Porque tudo isto degrada a perceção que as pessoas têm por causa das atitudes que temos. Eu não me manifestei nisto porque sei que isto é inócuo. A exploração do lítio vai continuar, é um desígnio da União Europeia. Portugal tem este potencial. Aliás, os chineses já deram conta disso e os chineses vão avançar por esta Europa, enfim, em desprimor dos Estados Unidos que se está a demitir dessa ocidentalização que devia existir. Sou muito crítico e também é pela minha cabeça. Eu só não digo nada sobre essa matéria porque é inócuo para mim o que nós estamos aqui a decidir e a aprovar ou a reprovar nesta matéria. Eu acho que sim, que nós temos que apostar no nosso desenvolvimento económico. E volto a repetir, acho que já o disse, sem dinheiro e saúde não somos nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. O PG tem ainda um Voto de Congratulação. Faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “O Voto de Congratulação que nós aqui apresentamos é para a UEPS que está a funcionar e estabelecida e bem estabelecida na Guarda. Celebrou-se o quinto aniversário, também, com um evento na cidade e nós considerámos que era o momento para também reconhecermos e salientarmos a importância que esta unidade tem ao estar sediada na Guarda, ser um exemplo de descentralização de um organismo do Estado e que a Guarda também soube acolher esse desafio e dar as condições para que o mesmo se instalasse. E, portanto, nós aqui reiteramos o nosso reconhecimento à UEPS que está bem estabelecida, tem projetos para crescer, quer em termos de homens, quer em termos de investimento e infraestruturas. Portanto, é salientar isso, como também o reconhecimento do que já foi feito e uma esperança numa relação que seja frutífera, também, para o futuro, para nós e para os militares. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este voto? Penso que não. Colocava o voto de congratulação à votação.” -----

----- **Resultado da Votação do Voto de Congratulação** -----

----- **Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estão inscritos para intervir... Declaração de voto? Peço desculpa.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Obviamente que votámos a favor. Só queremos reforçar que a única pena que temos é que ela esteja instalada numa escola que foi encerrada, que foi a escola de São Miguel. Encerrada por este executivo, por vontade do executivo, quando havia outros locais. Mas estamos contentes com a vinda da UEPS, não com o encerramento da escola para a vinda da UEPS.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, parece-me que neste momento não estão todos inscritos. Estão apenas inscritos o senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa e a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Porto da Carne. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Reitero, mais uma vez, os cumprimentos formulados há pouco. Recentemente foi aprovado o Plano Nacional Ferroviário, prevendo a criação de uma nova ligação ferroviária entre o litoral e o interior centro do país, no corredor Aveiro-Viseu-Guarda-Vilar Formoso, ligação essa que será de alta velocidade. A futura concretização deste projeto na região da Guarda, marcará um momento histórico de viragem no desenvolvimento do interior do país. Este avanço, fruto da visão estratégica e do compromisso firme do Governo PSD, é uma resposta concreta e determinada a décadas de esquecimento do interior profundo. Hoje, mais do que nunca, a Guarda assume o papel de charneira no território nacional e de ponte de ligação entre Portugal e a Europa. O documento diz-nos e passo a citar: “a estação da Guarda passará, então, a ser a principal interface ferroviária no interior centro do país, concentrando as ligações de longo curso através da nova linha Aveiro-Vilar Formoso, os serviços que permanecem na linha da Beira Alta e as ligações através da linha da Beira Baixa em direção à Covilhã ou Castelo Branco.” Este projeto não surge por acaso. É fruto de uma visão clara de desenvolvimento, ancorada no Plano Ferroviário Nacional. São centenas de milhões de euros de investimento que vão transformar o nosso território com a requalificação da estação da Guarda, a criação de interfaces modernos, a ligação às zonas industriais e a

preparação da cidade para ser um polo logístico e empresarial de referência. Durante décadas, o interior foi votado ao esquecimento. Falou-se muito da coesão territorial, mas pouco se fez para concretizá-la. Hoje, com o compromisso firme do atual Governo, damos um passo real, concreto e transformador para o futuro da Guarda. O comboio de alta velocidade não é apenas uma obra de engenharia, é uma alavanca de desenvolvimento, é uma resposta à desertificação, é uma ponte entre as gerações e territórios. Com o empenho político do PSD, este projeto deixa de ser uma promessa vaga e passa a ser uma realidade estruturante. O comboio de alta velocidade representa não apenas uma revolução na mobilidade, mas uma nova ambição para a região. Vai ser possível tirar do papel uma obra que devolve esperança às populações, valoriza o território e aproxima a Guarda dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais. A nossa ambição é clara: queremos que a Guarda seja uma cidade com futuro, uma cidade conectada, moderna, com qualidade de vida e oportunidades para todos. E é por isso que este momento é tão importante porque mostra que, quando há vontade política, quando há um governo que acredita no interior, as coisas acontecem. A ligação em alta velocidade entre Lisboa, Porto, Guarda e Madrid encurta distâncias, mas, mais importante do que isso, aproxima oportunidades. Em cerca de duas horas será possível estar no Porto ou em Madrid e, em tempo competitivo, cerca de três horas, aceder à nossa capital. Este novo eixo é um passo decisivo para colocar a Guarda no centro da rede de desenvolvimento do país e não na sua periferia. A aposta nesta infraestrutura estratégica, demonstra uma visão de futuro ancorada na coesão territorial e na competitividade económica. O interior não pode continuar a ser apenas um tema de discursos, precisa de ação concreta e foi isso que este Governo fez. A Guarda, enquanto cidade com história, património potencial, será agora um polo de desenvolvimento com condições reais para atrair empresas, investimento, turismo e talento jovem. As implicações económicas são evidentes, com melhores acessibilidades, surgem mais oportunidades. O setor da logística poderá beneficiar de novas plataformas de distribuição. O turismo verá reforçada a atratividade da região e os empreendedores locais terão maior facilidade em escoar os seus produtos e ideias. Este é o tipo de investimento que gera riqueza sustentável. Mas o comboio de alta velocidade é também um projeto com rosto humano, é uma oportunidade para travar a desertificação, para garantir que os jovens que aqui crescem possam aqui permanecer e prosperar. E é uma

mensagem clara do PSD: o interior conta e conta com políticas públicas sérias, orientadas para os resultados e não para promessas vazias. Mas, para isso, o sucesso deste projeto exigirá, naturalmente, articulação entre diferentes níveis de poder: entre autarquias, empresas, instituições e cidadãos. E é isto que distingue um governo que faz da coesão territorial uma prioridade real e não apenas uma bandeira. Hoje, com orgulho e confiança, podemos dizer que o comboio de alta velocidade é mais do que um meio de transporte, é uma alavanca para o futuro da Guarda e de toda a região. É a prova de que, com visão de trabalho e coragem política, é possível mudar o rumo do interior. Cabe agora a todos nós (autarcas, empresários, instituições e cidadãos) estarmos à altura deste momento. Vamos trabalhar para garantir que a alta velocidade não é apenas um comboio que passa, mas uma oportunidade que fica. Vamos preparar a cidade, qualificar os nossos jovens, atrair investimento e afirmar a Guarda como matéria de oportunidades. Com o PSD, a Guarda ganha velocidade, ganha centralidade e, acima de tudo, ganha futuro. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PSD):** “Senhor Deputado Valbom, está a ver o que é que é um discurso eleitoralista? É isto. Isto é que é um discurso eleitoralista. Senhor Deputado, durante estes anos todos, o PSD não se preocupou nada com a Guarda. Mais, o PSD, quando foi governo, nunca se preocupou com a Guarda. O PSD preocupa-se com a Guarda em altura de campanha eleitoral. O PSD lança esta questão da ferrovia em altura de campanha eleitoral. Relembro que foi o PSD que parou a linha da Beira Baixa. Foi o PSD que parou. Não foi a andar com muita velocidade como estava aí o senhor Deputado a dizer. Parou! Sabe quem é que, depois, a seguir, recomeçou a linha da Beira Baixa? O Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista. Sabe que uma das últimas coisas que o Governo do Partido Socialista lançou foi o Plano de Revitalização da Serra da Estrela. Sabe o que é que o PSD fez? Parou! Sabe que uma das primeiras propostas que o Partido Socialista fez, neste último mandato, foi a questão da abolição de portagens nas ex-SCUT. Sabe o que é que o PSD fez? Parou! E, portanto, relativamente a velocidade e relativamente a coisas para o interior, aquilo que eu tenho a certeza absoluta... olhe, sabe o que é que o PS fez? O PS colocou a UEPS na Guarda. Sabe o que é que o PS fez? Portagens nas ex-SCUT. Do ponto de vista da economia social, é só ver quantos milhões

estão a ser gastos, neste momento, no distrito da Guarda, do Governo do PS. Porque o PSD e a AD, pelo interior e pela Guarda, até agora não fizeram nada. Têm, neste momento, um departamento para inaugurar no hospital que o Partido Socialista fez. E vocês nem isso conseguem fazer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Do Chega ou do CDS? Tenho informação que é do CDS. Então, faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Eu só quero colocar aqui uma questão muito telegráfica ao Deputado Borges: sabe o que é que o PS fez? Levou o país três vezes à bancarrota. Sabe o que é que o PSD fez? Por três vezes o recuperou.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sete segundos. Aproveite.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Consigo cumprir sete segundos. Outro Deputado a tocar violino.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Presidente da Junta, faça favor. Tem tempo do CDS.” -----

- **Andreia Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Porto da Carne (PSD):** “Muito bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes. A extensão de saúde do Porto da Carne, que serve as populações das freguesias de Porto da Carne, Vila Cortês do Mondego, Sobral da Serra, Cavadoe, Faia e União de Freguesias de Mizarela, Vila Soeiro e Pêro Soares, encontra-se sem médico que aí se desloque, desde novembro de 2024, data em que a médica que atendia os utentes no Porto da Carne se reformou. Desde o início, foram solicitadas informações e demonstrada a necessidade de reabrir esta extensão. Em novembro e fevereiro pelas Juntas de Freguesia e, em março, pelo próprio município. Até ao momento ainda não foi dada qualquer resposta. Neste período, os utentes enfrentam dificuldades acrescidas no acesso aos cuidados de saúde, uma dupla interioridade que penaliza os que têm menos capacidades económicas e maiores limitações em se deslocar à Guarda para ter acesso ao seu médico de família. Mais, enfrentam esta dificuldade sem que lhes possa ser dada uma resposta ou um esclarecimento. Como tal, apelamos a esta Assembleia Municipal e instamos a ULS a que possa agir para resolver esta situação. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. O senhor Deputado José Valbom deseja intervir em tempo cedido pelos Independentes. São quinze independentes, dará sete minutos e meio. Portanto, aproveite o tempo. Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, obrigado. Para todos, mais uma vez, bom dia. Antes de começar, este ping-pong entre o lado esquerdo e o lado direito, entre o PSD e o PS, põe em evidência quanto nós temos razão. Quanto nós, Guarda, merecíamos mais de todos. Bom, senhor Presidente da Assembleia, senhores Deputados, a ferrovia é hoje, mais do que nunca, um instrumento estratégico de desenvolvimento de coesão territorial e de futuro. A recente reunião de 9 de abril de 2025, Declaração Regional Conjunta para o Desenvolvimento do Corredor Atlântico Ferroviário na Guarda, na conferência organizada pela Câmara Municipal, por setenta e sete municípios da região centro, marca um momento histórico de unidade em torno de um objetivo comum: colocar o interior no centro das decisões nacionais e europeias. Sobre este ponto, só uma nota: quantos dos que aqui estamos estiveram presentes? Efetivamente fez-se e esteve cá este número significativo. Parabéns senhor Deputado e aos que estiveram presentes. Muito agradecemos que se tivessem solidarizado e que dessem força ao executivo (que é de todos, não é nosso, é de todos, é o executivo da Câmara) para levar este desiderato em frente. Este compromisso ganha agora ainda mais força com a publicação do Plano Nacional Ferroviário (é verdade, senhor Deputado), que confirma a construção de uma linha de alta velocidade Aveiro-Viseu-Guarda-Vilar Formoso, com passagem pela nossa cidade da Guarda. Trata-se de um investimento transformador para a região, para o país e em particular para o concelho da Guarda e suas gentes. Esta estrutura irá ligar o litoral ao interior, aproximando o Porto de Madrid em cerca de três horas, e, sobretudo, reposicionar a Guarda como principal interface ferroviário no interior centro, onde irão confluir três grandes eixos: a nova linha de alta velocidade, a linha da Beira Alta e a linha da Beira Baixa. Mas os beneficiários não se esgotam aqui. Portos estratégicos como Leixões, Aveiro, Figueira da Foz, Lisboa e Sines verão reforçadas as suas ligações ao interior e ao mercado ibérico e europeu. A nova linha permitirá o escoamento mais eficiente de mercadorias, reduzirá custos logísticos e potenciará o crescimento económico nacional

com menor pegada carbónica, por isso, com melhor impacto e sustentabilidade ambiental. E é neste contexto que o Porto Seco ganha uma centralidade inédita. Esta nova linha permitirá ao Porto Seco da Guarda afirmar-se, definitivamente, como plataforma intermodal de referência ao serviço da exportação, da importação e da distribuição de todos os produtos da região centro. A Guarda, com este executivo municipal, está preparada para este papel. Temos localização estratégica, infraestruturas logísticas em expansão, mão de obra qualificada e uma visão de futuro ancorada na ferrovia e na sustentabilidade. Senhores e senhoras Deputadas, esta é uma oportunidade histórica. Cabe-nos a todos, eleitos, cidadãos e empresários, garantir que este objetivo avança e se concretiza com ambição e com justiça territorial. A ferrovia é uma ponte para o desenvolvimento e a Guarda quer, com mérito, estar no centro dessa ponte. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não havendo mais inscrições, é o tempo de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor, senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentá-lo a si, a toda a digníssima Mesa, aos membros do Executivo aqui presentes também, às senhoras e aos senhores Deputados, às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, às chefias e demais colaboradores do município, à comunicação social, às pessoas que foram assistindo, durante a manhã, no público, e, naturalmente, a todos aqueles que assistem online a esta sessão da Assembleia Municipal. Pequenas notas breves sobre alguns assuntos que aqui foram referenciados e que, naturalmente, eu não posso deixar de comentar alguns deles. Começando pelo voto de Louvor da Associação Despertar do Silêncio. Naturalmente, associamo-nos, desde a primeira hora. Referir a nossa preocupação de, em todas as Assembleias Municipais e em todas as sessões públicas, seja no 25 de Abril, seja no 27 de Novembro, seja em outras ocasiões, termos sempre a tradução de língua gestual. É essa a nossa preocupação. Agradecer, naturalmente, o trabalho que estas senhoras e as suas colegas têm vindo a fazer ao longo deste mandato para poderem traduzir, naturalmente, tudo aquilo que é referido. Depois, sobre a questão do cartão municipal do bombeiro. Senhor Deputado, nós, no princípio estamos todos de acordo. Estamos todos de acordo. Não há

ninguém que não esteja de acordo com esta necessidade. Mas, ao fim de três anos e meio de mandato é que se vão preocupar com isso, é que se vão lembrar. Senhor Deputado, eu aconselho uma coisa: se calhar, terá que falar mais com os seus Vereadores. Proposta nº 725/2024, da reunião de Câmara, Abertura de Procedimento Regulamentar para a Elaboração de um Projeto de Regulamento Municipal de Incentivos e Apoio ao Voluntariado. A Câmara fez o seu trabalho de casa, senhor Deputado. Se o senhor não sabe, informe-se, faz favor. Proposta nº 725/2024, aprovada, por unanimidade, na Câmara. A Câmara fez o seu trabalho, reuniu com os Presidentes das três Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do nosso concelho, que nos entregaram a proposta deles para discussão, para análise. Portanto, o trabalho está a ser todo feito pela comissão técnica que foi designada e aprovada em reunião de Câmara. E a Câmara não se vai nunca demitir das suas funções e das suas obrigações, senhor Deputado, para que conste. É claro que não se deve meter a politiquice neste processo. Não façam isso. Os bombeiros são muito mais do que isso. Os bombeiros estão acima de tudo isso e nós devemos respeitar essas nobres instituições. Senhor Deputado, olhe, deixem-nos trabalhar, deixem trabalhar os colaboradores do município e esperamos que, nas próximas semanas, seja apresentado em reunião de Câmara uma proposta de Regulamento. O senhor está-se a rir. Olhe, vá lá ver a proposta, faça o trabalho de casa, senhor Deputado. Não se esteja a rir, não brinque com coisas sérias senhor Deputado. Faça o trabalho de casa. Não esteja sempre a falar mal dos outros, a falar mal de tudo e a aproveitar-se dos bombeiros para fazer política. Isso não se deve fazer. Isso não se deve fazer. É um apelo que eu faço a si e a todos os políticos da praça da Guarda. Não o façam, porque merecem muito mais do que isso. É o respeito que eles nos merecem. Mas devo referir também que agora, e bem, estamos todos preocupados com o voluntariado, com a escassez de voluntariado que é de norte a sul do país. Mas o que é que o estado central está a fazer? São sempre as Câmaras a tratar do mesmo? Onde é que está o Estado central a promover o voluntariado, a apoiar o voluntariado? Sejam os governos que forem. Foi o anterior, foi o atual ainda demissionário. Vamos ver o seguinte o que é que vai fazer, seja ele qual for. Não há uma única medida de apoio ao voluntariado nos bombeiros, dos governos da república. E as delegações de competências na área da proteção civil? Eu já disse isto várias vezes, mas não me canso, que os municípios têm várias delegações de competências na área da proteção civil, mas

não recebem um cêntimo do Orçamento de Estado por essa via. Não é desde agora, é desde há muitos anos. É uma velha reivindicação da ANMP, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. E, por isso, nós esperamos que, de uma vez por todas, o Estado central, ou seja, o Ministério da Administração Interna, juntamente com a ANMP, juntamente com a Liga de Bombeiros Portugueses, cheguem a um acordo sobre o financiamento das corporações de bombeiros, porque é deficitário e todos sabemos disso, mas também aquilo que devem pagar aos municípios por esta delegação de competências na área da proteção civil. E, por isso, estando nós imbuídos, todos, do mesmo espírito, é nesse sentido que nós vamos continuar a trabalhar, juntamente com os técnicos da autarquia. Recomendação TMG 20 anos: - naturalmente que todos nós elogiamos esta obra que daqui a dois dias fará vinte anos da sua inauguração. Todos, sem exceção, elogiamos essa obra. E a Guarda, efetivamente, transformou-se sob o ponto de vista cultural. É verdade. E devemos todos elogiar também isso. E, por isso, nós conseguimos chegar, em 2024, ao maior número de sempre de pessoas que afluíram às salas de espetáculo do Teatro Municipal da Guarda. Trinta e seis mil pessoas foi o número que nós atingimos em 2024. Graças, naturalmente, ao trabalho técnico que foi feito, com o respaldo político, com a nossa estratégia que foi definida. A moção fala na Praça da Liberdade. O estudo prévio está a decorrer. Essa praça, que nós chamamos Praça da Liberdade, como que já outros no passado falaram Praça da Liberdade, é absolutamente fundamental para se criar uma nova centralidade, não só no Teatro Municipal, mas na zona alta da nossa cidade. E tal como nós defendemos, e já escrevemos a todos os candidatos a Primeiro-Ministro há um ano, para que nos ajude a criar as condições para que o comando distrital territorial da GNR saia daquele sítio e possa ir para junto da UEPS, libertando todo aquele espaço para poder ser utilizado pela nossa população. Mas, já agora, deixem-me dizer-vos uma coisa, a propósito do “TMG 20 anos”. Sabiam que foi preciso contrair um empréstimo para fazer parte da obra? Sabiam? Falaremos, mais à frente, provavelmente, dos empréstimos. E, na altura, foi aprovado. E bem. Vinte anos depois, o que é que seria a Guarda sem o TMG? Sem o empréstimo que na altura foi contraído mais ou menos para 50%, pelo menos, da obra? E aquela obra custou muitos milhões de euros, mas, de facto, devo referir que também isso foi necessário à época. A moção sobre a linha de alta velocidade, sejamos todos bem-vindos a este desenvolvimento futuro da Guarda. Todos imbuídos do mesmo

espírito, aliás, como disse, e bem, o Deputado José Valbom, só foi pena que, no dia 9 de abril, não estivessem mais Deputados presentes naquela iniciativa. O senhor Deputado Luciano Calheiros, que já se referiu, esteve mais um ou outro. Lembro-me de ver as caras. Mas era importante que tivéssemos estado todos presentes de uma forma massiva, porque dávamos aí um sinal ainda mais forte da união da região. Porque não é todos os dias que nós reunimos, na nossa cidade, cerca de oitenta autarcas de Portugal. Toda a região Centro, em termos autárquicos, estava aqui representada e quis dar o corpo ao manifesto, como se costuma dizer, tal como os autarcas da vizinha Espanha, concretamente de Cidade Rodrigo e de Salamanca, que representava respetivamente a sua província no caso de Salamanca. Não é todos os dias que os temos presentes nesta sala, tal como o Presidente da Infraestruturas de Portugal, o Presidente da APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, o Presidente do Porto de Aveiro e da Figueira da Foz, o Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa, o Presidente da Associação Empresarial de Portugal, o Presidente do Conselho Empresarial do Centro, o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Salamanca, o Coordenador Europeu do Eixo Atlântico, a Junta de Castilla y León, a nossa CCDRC. Não é todos os dias que nós os temos, não é na Guarda, é num qualquer ponto da região centro, já para não falar no resto do país. Por isso, foi uma Conferência, sob o ponto de vista político e estratégico, muito importante. De pressão! Porque eu devo recordar aquilo que acontecia ou que se falava há alguns anos, ainda antes do Governo de António Costa, falava-se e havia aí alguns técnicos... e esses técnicos, de vez em quando, andam por aí. Não são os políticos. São técnicos da praça, em Lisboa, que defendem ligações de alta velocidade a passar a norte da Guarda, a não passar pela Guarda. Eu já falei sobre isto várias vezes, já falei aqui nesta Assembleia. Devemos estar todos muito cautelosos, à esquerda, à direita e ao centro, porque esses técnicos, de vez em quando, e que são os grandes consultores, tendem a enveredar para essa solução. E devemos estar todos bem atentos, da esquerda, à direita e ao centro, para que não surja esse fantasma. E, por isso, esta Conferência foi muito importante, sob o ponto de vista da pressão, onde estavam todos os autarcas da região centro representados, e efetivamente falámos todos a uma só voz por esta necessidade que é imperiosa para o futuro da nossa Guarda, da nossa região e do nosso país. Falar sobre o Plano Ferroviário Nacional e, de facto, é importante aquilo que é referido. Já há pouco o Deputado Ricardo

Neves de Sousa referiu. Mas, senhor Deputado, o Plano Ferroviário Nacional é muito mais do que um documento do PSD. É um documento nacional. E devo dizer que, já pelo Governo anterior, eu próprio estive numa reunião com o Ministro do Governo anterior, onde esta questão de a linha passar mais a norte ou na Guarda teve uma discussão saudável. E saímos de lá com as garantias que hoje são vertidas, neste caso concreto, para o PFN. Está aqui o meu chefe de gabinete que estava comigo nessa reunião, já lá vão dois ou três anos. Já não sei, está nos registos. E, portanto, este Plano Ferroviário é de todo o país, não é só do PSD, porque um qualquer Governo que amanhã apareça, seja do Partido Socialista, seja do PSD ou de outro partido qualquer, tem que dar as condições necessárias para a execução deste Plano Ferroviário Nacional. Nós não podemos andar de Governo em Governo a mudar as estratégias do país. Não pode! E, por isso, todos nós devemos abraçar este Plano Ferroviário Nacional. Depois, fala-se na questão das prioridades. Lá está, era preciso estar aqui naquela Conferência, até ao fim, para saberem o que é que disse o Coordenador Europeu do Corredor Atlântico, Carlo Secchi, italiano, especialista europeu dessa área. As prioridades de Portugal perante a União Europeia estão definidas, já pelo Governo anterior, pelo Governo atual, e, portanto, não vale a pena contrariar isso. E a prioridade é a linha Lisboa-Porto-Vigo e a linha Lisboa-Madrid, passando por Badajoz. Não vale a pena, como dizia há pouco o Deputado Luís Soares, falarmos coisas diferentes (a propósito de outra coisa que não concordo consigo, mas depois eu já falarei sobre isso), mas nesta aqui as prioridades e o financiamento estão assegurados para estas prioridades. Aquilo que nós devemos lutar é que a prioridade seguinte seja este corredor e não um qualquer outro corredor que surja no país. Nós não temos nada contra outros corredores no país. Temos que estar todos solidários, quantos mais melhor. Mas a terceira prioridade do país, depois da linha Lisboa-Porto-Vigo e da linha Lisboa-Badajoz-Madrid tem que ser esta linha de alta velocidade, este corredor internacional. É por isso que nós devemos lutar e não irmos contra o muro, porque senão batemos com o nariz, magoamo-nos e não resolvemos nada, só deitamos sangue. Temos que nos desviar do muro e lutar por esta terceira prioridade. Falar, também, já agora, sobre o projeto piloto que nós, Guarda, estamos em articulação com a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. O projeto piloto para este eixo urbano da beira interior entre a Guarda e Castelo Branco, passando por Belmonte, Covilhã e Fundão. Ainda há quinze dias eu estive numa Conferência em

Lisboa. Aliás, houve uma Conferência marcada para a Guarda, também da AMT, se bem se recordam, no ano passado, mas foi cancelada devido ao problema dos incêndios que no ano passado estávamos a viver aqui na região centro. Mas este eixo urbano é absolutamente fundamental para o futuro. A AMT está a fazer, a Engenheira Ana Paula Vitorino, está a fazer esse estudo, seja para a possibilidade de existir uma ligação durante todo o dia, num vai e vem constante entre a Guarda e Castelo Branco, porque este é um eixo urbano, efetivamente, com massa crítica e com população suficiente para que isso possa acontecer. Mas, também, no futuro, caminhar para a bilhética integrada em todo este eixo. Isto vai demorar anos, porque partimos do zero. Mas a AMT está a trabalhar bem e com um antigo secretário de estado de um governo, Frederico Francisco, que está a fazer também um belíssimo trabalho, juntamente com as suas restantes colegas nessa área.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu vou pedir tempo. Eu já não demoro muito, mas esta é uma questão muito estruturante...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se os Independentes derem tempo, são 4 minutos e 48.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Falar também sobre a candidatura da RIHSE - Rede Integrada de Hidrogénio da Serra da Estrela. As candidaturas que foram apresentadas ao 2030 por nove municípios de todo este eixo, desde Oliveira do Hospital até ao Fundão, ao Portugal 2030, à CCDR, onde a Guarda é líder de consórcio, mas também as candidaturas que recentemente foram aprovadas pelo PRR para aquisição de viaturas elétricas ou a hidrogénio, seja à CIM, seja a alguns municípios da região. E, por isso, esta é a estratégia onde nós estamos a trabalhar para o futuro, porque, de facto, a mobilidade integrada no nosso território tem que ser, absolutamente, melhorada. Mas isto é um trabalho que demora anos a ser implementado, não é num estalar de dedos. E, tendo partido de uma base zero, é esse caminho que nós estamos a fazer. -----

Depois, sobre a questão que é referida do assédio moral. Senhora Deputada, eu aconselho a que não misture questões entre funcionárias com a política. A senhora tem esse hábito. Tudo vai parar à política. Lá está, quem não quer ser lobo não lhe veste a pele, diz assim o povo. Recentemente, a propósito da APAL, também quiseram confundir com a política. Lá falaremos, um dia destes, sobre esse processo. Mas não se devem misturar as coisas. Bom, sobre esse processo, esclarecer que todo o processo, depois de termos sabido das conclusões finais, enviámos para o nosso gabinete jurídico para que nos informe, nos termos da lei. Aliás, eu já disse isto na reunião de Câmara, a uma questão colocada pela senhora Vereadora do Partido Socialista. O gabinete jurídico dir-nos-á quais são os passos a seguir, nos termos da lei, que nós devemos fazer cumprir. Mas também recebemos uma informação da pessoa visada, que interpôs um novo recurso para o Tribunal Constitucional, com um requerimento sobre as questões que não foram respondidas pelo Tribunal Constitucional. Portanto, as coisas andam em paralelo e devemos respeitar, naturalmente, as instituições, seja o gabinete jurídico do município, sejam as instâncias jurídicas do nosso país. Depois, o senhor Deputado Miguel Borges fala nas despesas. A Câmara da Guarda pagou zero despesas, senhor Deputado, até agora. Zero despesas. Aliás, no passado, nós entregámos à Vereação do Partido Socialista um documento. Não sei se a senhora Vereadora já estava em funções, mas entregámos um documento. Se entender, nós fazemos chegar, outra vez, esse documento, com todas as despesas que o Município da Guarda pagou a gabinetes de advogados externos durante estes anos. Quer essa listagem? Nós fazemos chegar, novamente. Muito bem. Então, digníssima Mesa, nós faremos chegar essa lista ao senhor Presidente da Mesa, que depois pediria para que pudesse distribuir a todos os grupos parlamentares. Pedia esse favor, depois faremos chegar isso. -----

Depois, senhora Deputada Cláudia Guedes, a questão dos chafarizes e dos fontanários. O senhor Deputado José Valbom já falou. O Município da Guarda, na cidade, acabou por assumir, se bem me recordo, três chafarizes, por estarem classificados ou em vias de classificação: o chafariz da Alameda de Santo André, o chafariz da Dorna, mas também já interveio no chafariz dos Amores, do outro lado da Dorna. Porque os chafarizes, nos termos da Lei 75/2013, são, efetivamente, da responsabilidade das Juntas de Freguesia. E se os senhores Presidentes de Junta de Freguesia das quarenta e duas Freguesias rurais

assumem, a Freguesia da Guarda também tem que assumir. É tão simples quanto isso. O município já assumiu os três piores. Três piores, desculpem, em termos de custos de manutenção e de requalificação por estarem classificados. Agora, todos os restantes, devem ser assumidos. É claro que o município está sempre em estreita articulação com as freguesias rurais, seja com as placas que decorre da lei e é obrigatório, ou outras questões que às vezes sejam necessárias, mas, naturalmente, todos têm que assumir a sua responsabilidade. -----

Naturalmente, associamo-nos ao voto de saudação às empresas. Mas deixe-me falar também nas grandes empresas, que são outra realidade, como bem sabemos, mas que empregam milhares de pessoas no nosso concelho. -----

Já quase a terminar, senhor Presidente, a recomendação da Mina de Alvarrões. De facto, é uma preocupação que esse projeto de resolução na Assembleia da República tenha sido chumbado. Era a oportunidade de terminar com este processo. Senhor Deputado Luciano Calheiros, eu tive oportunidade de, numa conversa informal com um membro do Governo, falar sobre o assunto. Mas, infelizmente, depois, a Assembleia da República dita o que dita e a votação foi a que foi. Esperemos que, num futuro próximo, tudo isto possa ser, eu não digo invertido, mas alterado, porque é uma preocupação que a todos nos assiste aquilo que vai acontecendo por ali. E posso-vos dizer, com conhecimento de causa, que as mais valias que aquelas minas trazem para o território tende para zero. É só extrair. Eu não sei se, naquele processo, usam lixiviados ou não. Se há lixiviados decorrentes do processo ou não. Eu não sei, mas os técnicos saberão, certamente. mas de facto, de mais valia para o nosso território, senão é zero tende para zero. -----

E, a terminar, este voto de congratulação à UEPS que o Deputado José Rodrigues aqui referiu. De facto, devo falar que este processo demorou quase cinco anos a ser concretizado. Trespassei três executivos municipais. Iniciou-se em janeiro de 2019, com uma carta, então, feita por mim, era eu Vereador da Câmara Municipal da Guarda. Trespassei três executivos e felizmente conseguimos que, no final do ano de 2023, pudesse ser assinado aquele contrato com a UEPS. E, naturalmente, nós temos feito um trabalho muito denso, como podem imaginar, sempre em estreita articulação com o Comando Geral da GNR, com quem temos uma excelente relação institucional e, naturalmente, temos que nos ajudar mutuamente. E, por isso, é que foi possível, em

pouco mais de um ano, concentrar na Guarda tantos militares, com os investimentos feitos. E vejam quem é que fez os investimentos até agora, a propósito de um Protocolo que foi aprovado, por unanimidade, na reunião de Câmara. A Câmara Municipal e a UEPS da GNR é que fizeram, até hoje, todos os investimentos que verificamos lá.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Termino já, trinta segundos, senhor Presidente.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ok, muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “É claro que nós não podemos esquecer que, antes da instalação da UEPS na Guarda, assistimos às declarações de responsáveis políticos da nossa praça contra a sua instalação. Falaremos, sobre isso, tão breve quanto possível. Quem é que se andou a manifestar contra a instalação da UEPS na Guarda e a fazer por aí uns telefonemas? Mas, graças a Deus, em Lisboa, havia governantes fortes, à época, que fizeram ouvidos moucos a esses telefonemas, o processo foi em frente e hoje é o que é. É uma obra de todos nós e fico feliz, muito mais do que enquanto Presidente da Câmara, enquanto cidadão, que a Guarda tenha conseguido atrair este quartel tão importante. Mas referir também o novo campo de treinos da UEPS, que será na Freguesia da Arrifana, tendo em conta aquele Protocolo que deu início ao processo. Ainda teremos que, aqui na reunião da Assembleia, votar mais um documento que nos é exigido também, para este campo nacional de treino da UEPS na Freguesia da Arrifana, num terreno que tem cerca de trinta hectares, para que este campo de treino possa ser uma realidade nos próximos anos. E, só por esta via, nós poderemos atrair mais cinquenta militares, porque esse campo de treino tem que estar sempre em utilização contínua. Enfim, sintetizando os números: temos cerca de duzentos militares neste momento da UEPS na Guarda, seja todo o Estado-Maior do Comando Nacional, que já está todo na Guarda, seja a companhia da beira alta e da beira interior, porque é aqui que está sediada também, que dá serviço para Castelo Branco e para Viseu, sejam as unidades de formação e de treino que também já estão todas sediadas aqui na Guarda. Aliás, na semana passada, assistimos ao chamado jurar de bandeira. Não é bem assim que se utiliza. Eu não fui à tropa, mas acho que quem passava na inspeção fazia o jurar da bandeira. Mas eles juraram a boina, cerca de sessenta militares da UEPS, que

acabaram o curso, aqui na Guarda, na passada semana. É claro que o caminho continua a ser feito e, tal como nós dissemos desde a primeira hora, o caminho é até aos duzentos e cinquenta militares e até poderá ser superior. Não se esgota aqui, continuamos, diariamente, sempre a trabalhar para que isto possa ser uma realidade e, naturalmente, expressar o orgulho que todos nós devemos ter pela instalação da UEPS na Guarda. E dar aqui apenas uma nota: tal como houve tentativas num passado recente, que no futuro jamais alguém bloqueie o que quer que seja em termos de crescimento desta unidade e, naturalmente, das suas instalações na sua envolvente, porque a Guarda bem precisa de cimentar esta unidade, mas também dar as condições necessárias para que a GNR e o seu Comando Distrital Territorial se possa instalar naquelas imediações, para além do CMA, o Centro de Meios Aéreos que urge ser mudado do local, tendo em conta as circunstâncias e os condicionalismos técnicos que existem no atual Centro de Meios Aéreos. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Para? Sobre o que disse, não é sobre o que não disse. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, deputado (PS):** “Senhor Presidente, eu vou mesmo fazer um pedido de esclarecimento, mas dizer-lhe que eu não faço politiquices. Depois, dizer-lhe também, porque as suas palavras poderiam ser mal interpretadas, a bancada do Partido Socialista, relativamente à UEPS sempre votou favoravelmente a tudo o que tivesse a ver com a UEPS. Mais, sempre votou favoravelmente com a localização da UEPS, como sabe. Pode alguém ficar a entender mal, relativamente às suas palavras. Agora, relativamente ao pedido de esclarecimento propriamente dito: falou aí de uma proposta 725 de 2024. Eu calculo que essa proposta tenha sido apresentada no final de 2024, no sentido de fazer o Regulamento, e que até agora ainda não tenha tido tempo de ser feito. Mas, já agora, gostava de saber quando é que essa proposta foi feita e em que reunião de Câmara é que foi levada, no sentido de saber se já passou demasiado tempo ou pouco tempo, para nós sabermos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deseja responder?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Como está tudo online, pode ir à página do município e está lá a ordem de trabalhos onde ela foi aprovada. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Então, interrompíamos os trabalhos para o almoço. Recomeçávamos, mas peço que recomecemos, porque são vinte e um pontos, às 15h00. Estão a pedir para ser às 14h30. Pedia aos senhores Presidentes de Junta Independentes que pudessem vir um pouquinho antes para combinarmos um assunto sobre as comemorações do 25 de Abril. Muito obrigado.” ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, estamos presentes cinquenta e oito Deputados e, portanto, recomeçávamos os trabalhos da ordem do dia com um pequeno esclarecimento. Houve aqui alguma confusão, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guarda não veio e fez-se substituir pela Magui Vaz. Talvez pudéssemos, por uma questão de economia e talvez por facilidade de intervenções, juntarmos aqui alguns pontos, se permitirem que a Mesa opine isso. A mesa opina e os senhores, depois, dirão. Juntamos o ponto 2.1 e o 2.2, ambos relacionados com contas e, depois, do ponto 2.11 até ao ponto 2.15, inclusive, que são vários regulamentos, se podíamos discorrer sobre eles ao mesmo tempo. Claro que, depois, a votação seria em separado. Mas, para já, se não se opuserem, poríamos à discussão o ponto 2.1 e o ponto 2.2, e, depois, obviamente, teríamos que os votar em separado, se não houver qualquer impedimento. Muito obrigado.” -----

Ponto 2.1 - Alteração ao Art.º 25º da Norma de Execução Orçamental 2025 - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, abria o período da discussão para os pontos 2.1. e 2.2. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? É o momento. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado pela condescendência, senhor Presidente. O grupo Municipal do PSD, quanto ao ponto 2.1 nada tem a dizer. Decorre de uma obrigatoriedade legal o aumento do teto para aprovação de despesa. Portanto, aí, é o que é. Cumpra-se a lei. Quanto ao ponto 2.2, a aprovação das contas do exercício económico de 2024, temos a registar que, quando se herda uma Câmara com as finanças em condições, é natural que depois as contas estejam relativamente

equilibradas, que é o que acontece. Efetivamente, o PSD, quando assumiu a autarquia da Guarda, em 2013, encontrou uma Câmara financeiramente instável, completamente delapidada e foi feito um exercício titânico no sentido de recuperar as finanças públicas. Em 2021, quando o PG conquistou a cadeira maior desta autarquia, encontrou uma Câmara com as finanças saudáveis, com os pagamentos em dia, com um prazo médio de pagamentos muito aceitável, com capacidade de endividamento e manteve mais ou menos, com algumas subidas ou descidas, este registo ao longo dos anos. Temos que ver que este exercício de 2024 foi pautado por uma circunstância inusitada, que é o facto de, pela primeira vez na história da Guarda, um Executivo governar sem um orçamento aprovado, tendo que recorrer à figura dos duodécimos. Registamos, com agrado, que não foi por isso que as finanças ficaram delapidadas ou que a gestão foi menos eficiente. Ao contrário daquilo que o senhor Presidente às vezes se vinha queixando, efetivamente as contas não refletem aquela que era a sua preocupação. No entanto, acrescentando àquilo que nós recorrente e consistentemente vimos dizendo, a taxa de execução das despesas de capital continua muito baixa. Nem sequer chega a 60%. Pouco mais é do que metade do orçamentado. E verificamos um desvio de cerca de 9 milhões de euros entre aquilo que foi o orçamentado para despesas de capital e aquilo que foi executado. Ora bem, estas é que são as despesas geradoras de investimentos, geradores de riqueza e é aqui que tem que se apostar. E os Executivos vindouros, sejam eles quais forem, têm que modificar um pouco esta situação e apostar mais naquilo que verdadeiramente cria riqueza para o nosso território. Depois, também verificamos aqui que na taxa de execução das GOP, e não me levem a mal eu agora fazer aqui um gracejo com a situação, ainda bem que o orçamento não foi aprovado porque teve aqui um efeito pedagógico. Dos últimos anos, foi o ano onde tivemos a maior taxa de execução das GOP. Então, pelos vistos, parece que, havendo um trabalho incisivo e cirúrgico da oposição a controlar as contas da Câmara, as coisas correm de feição. Portanto, para além disto, estas contas não nos merecem grande reparo. No entanto, para estas contas terem o voto favorável do PSD, há aqui uma situação, uma situação menor, mas que levanta algumas dúvidas e eu peço o favor ao senhor Presidente que tenha a delicadeza de me explicar, se assim for capaz. Na página 270 do documento, aparece um mapa, que é o mapa das transferências e subsídios. Aliás, nas folhas que precedem esta página estão elencadas todas as associações, juntas de freguesia, portanto, entidades que receberam

subsídios da Câmara. E muito bem. Este é o princípio da transparência. No entanto, já na parte final desse mapa, surgem três empresas privadas, que, por aquilo que eu li, receberam subsídios. E uma delas levantou-me uma questão porque é uma empresa chamada BGO - CONSULTING, com sede em Castelo Branco. E, segundo esse mapa, essa empresa tinha sido galardoada com um montante de 45 mil 879 euros de subsídio. Sim senhor. Entretanto, eu, movido pela curiosidade, fui investigar quem é que é esta empresa BGO. Sei que esta empresa, a quinze dias do fim do ano 2023, fez um contrato de quase 75 mil euros com a Câmara para procedimentos no âmbito dos concursos. Um mês depois, fez novamente outro contrato para criação de serviços de consultoria no âmbito da atratividade de pessoas e empresas. Por esse serviço, essa empresa cobrou 37 mil e 300 euros mais IVA, que curiosamente dão os tais 45 mil 879 euros. Ora, se na página 212 essa empresa consta como as empresas que foram contratadas para prestação de serviços e foram pagas como tal, depois como é que esta empresa figura, na parte dos subsídios atribuídos, com um valor exatamente igual? Portanto, é esta a dúvida que suscita à bancada do PSD e, se o senhor Presidente fizer o favor de nos esclarecer, terá, com certeza, o nosso voto positivo no orçamento. Muito obrigado.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma intervenção? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos e a todas. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Relva, na sua pessoa, cumprimento todos os senhores Deputados, as senhoras e os senhores Vereadores, os senhores Presidentes de Junta, cumprimento o senhor Presidente de Câmara, bem como todas as pessoas e a todos quantos nos seguem. Portanto, eu vou pronunciar-me exclusivamente sobre o ponto 2.2, já que, relativamente ao 2.1, nada tenho a acrescentar, e, no ponto seguinte, falaremos depois das contas da APAL. Então, pelo nosso Movimento Pela Guarda, sou, aqui e agora, a prestar o devido suporte político ao Excelentíssimo Executivo Municipal, relativo à presente Prestação de Contas do Município da Guarda de 2024, que serão, daqui a instantes, submetidas à aprovação desta Assembleia Municipal. Vou procurar ser objetivo e vou transmitir aos senhores Deputados, de forma sintética e factual, uma análise às contas do nosso Município, que, em meu entendimento, são boas contas e evidenciam uma boa situação económico-financeira. Antes da referida análise, e

contrariando aquilo que o senhor Deputado disse sobre a herança dos anteriores Executivos, permitam-me dizer que não podemos deixar de dar os nossos parabéns a esta Câmara e ao seu Executivo pelo caminho percorrido. Não podemos deixar de enaltecer esta liderança, a sua competência e a boa qualidade de gestão evidenciada, que desde o primeiro dia acolhe as nossas recomendações e adota as melhores práticas de gestão. Portanto, só para lembrar alguns pontos: a importância de um Município com contas credíveis, auditadas e certificadas; a importância de um Município com bom desempenho económico/financeiro em equilíbrio e com bons níveis de rating; a importância de um Município com bom desempenho, em equilíbrio, por forma a que qualquer agente económico o possa assim perceber e que cumpra com as suas responsabilidades e que possua suficientes e adequados recursos e tesouraria para que os seus pagamentos sejam a prazos reduzidos e/ou quase imediato, como felizmente se tem verificado neste ano 2024, com um prazo médio de pagamento de trinta e cinco dias. Assim sendo, de acordo com a Prestação de Contas do Município da Guarda do ano 2024 e sua Certificação Legal de Contas, concluímos pelas boas contas, por um bom desempenho económico/financeiro e, mais importante, a sua positiva evolução que é francamente favorável. Novamente, parabéns a todo Executivo e a todos os seus trabalhadores pelo seu árduo trabalho e empenho. Vejamos alguns importantes indicadores que suportam esta avaliação: de 2023 para 2024, os rendimentos do Município crescem 2 milhões 804,3 mil euros, fixando-se em 53 milhões 823,3 mil euros. O valor dos ebitdas é positivo e cresce sempre de forma expressiva no decurso deste mandato. De 7 milhões 636 mil euros, em 2022, passa para 9 milhões 397,5 mil euros, em 2024. O resultado líquido é muito positivo e, à semelhança dos ebitdas, cresce de forma expressiva neste exercício e neste mandato. Foi agora, em 2024, de 248 mil euros. Cresce, em termos absolutos, 1 milhão 298,5 mil euros, que compara bem com os negativos de 2023 e 2022. Em linha com os bons indicadores referidos, também o resultado operacional é agora positivo, de 363 mil euros, que compara com o de 2023 negativos, de 777,1 mil euros. Quanto aos ativos e património líquido do Município, crescem em 2024. O total do ativo do Município é agora, em 2024, de 258,8 milhões de euros, maior do que o de 2023 que era de 240,9 milhões de euros. O património líquido do Município, em 31 de dezembro de 2024, era de 201,4 milhões, que compara com o de 2023, de 185,1 milhões. Ou seja, cresce com relativa expressão, agora com um

resultado líquido, de 2024, positivo, aí incluído nos capitais líquidos, ao contrário do sucedido com o resultado líquido de 2023 negativo de 1 milhão e 50 mil euros. Se de uma empresa se tratasse, mas é uma entidade, a sua autonomia financeira era excelente, de 77,81%, que compara positivamente com os 76,82% em 2023. A dívida total do Município em 2024, é agora 0,28 vezes o valor médio da receita corrente líquida cobrada dos últimos três exercícios - 2021, 2022 e 2023. O limite é de 1,5 vezes, como sabem, e inferior ao limite de endividamento máximo permitido, que, em 2024, é de 49 milhões 801,3 mil euros. Em 2023, era apenas de 42 milhões 989 mil euros. Mais importante do que o registo de um qualquer indicador ou valor no ponto, é a sua evolução positiva, no caso em concreto da dívida total exigível ao Município, que era, em 31 de dezembro de 2024, de 11 milhões 241 mil euros, compara bem com a então registada, em 2023, que era maior de 12 milhões 473,1 mil euros. Por outro lado, continua a reduzir o seu endividamento bancário, tendo-se registado, em 2024, uma redução de 630,3 mil euros, decréscimo de 10%, fixando-se em 6 milhões 325 mil euros. As disponibilidades eram, em 31 de dezembro de 2024, de 9 milhões 745,1 mil euros, montante significativamente superior ao verificado o ano anterior, que era de 6 milhões 672,5 mil euros. Aquele é apenas um registo no ponto, ou seja, é expectável e normal que aquele saldo seja, à data de hoje, muito diferente, com certeza inferior, pois a atividade do Município continua e é preciso pagar despesas com projetos de cofinanciamento comunitário, sob pena de serem perdidos fundos atribuídos e que serão, a seu tempo, recebidos. Aquele acréscimo de saldo, deve-se, no essencial, a adiantamentos obtidos no âmbito do PRR. É que isso demonstra uma boa gestão deste Executivo que, com poucos recursos, consegue fazer muito. A execução orçamental do Município de 2024, restou relevante de melhoria, a receita total líquida cobrada foi de 68 milhões 131 mil euros, o que representa uma taxa de execução de 88% e a despesa total líquida paga foi de 58 milhões 678,4, o que representa uma taxa de execução de 76%. É desejável que as taxas de execução sejam as melhores possíveis, em particular a da receita. Ou seja, para além dos diferentes indicadores, cash flow, liquidez geral, liquidez imediata, prazo médio de recebimento, a testarem que o nosso Município está em equilíbrio financeiro de curto prazo, a capacidade de endividamento do nosso Município é cada vez maior, mas, como todos nós sabemos, os recursos são limitados e como as oposições não desejam verdadeiramente o desenvolvimento da nossa cidade

e concelho, pelo menos com a velocidade que este Município e Executivo desejam, vamos indo mais devagar. Mas, senhoras e senhores Deputados Municipais, os bons e importantes projetos e obras tão necessários a este concelho, são uma realidade, estão a ser uma realidade e vão mesmo ser uma realidade, quer as oposições o impeçam ou não. Como diria o senhor dos carrinhos de choque da Feira de São João: mais uma ficha, mais uma volta, menina bonita não paga, mas também não anda. Pois é, as oposições aprovam orçamentos, aprovam projetos, aprovam até adjudicações, mas a sua cobertura financeira não é assunto. Empréstimo a este município para importantes projetos e investimentos, nem pensar, dizem as oposições. O município que utilize os fundos em disponibilidade, que utilize os adiantamentos do PRR. Enfim, como se assim fosse uma gestão prudente e certa de uma qualquer entidade. Os nossos munícipes aguardam, há décadas, por importantes e necessárias obras estruturantes, que já poderiam estar concretizadas ou em avançado estado de execução. Mas como os senhores Deputados sabem, nem todos os políticos têm o seu foco no que mais interessa coletivamente a esta nossa cidade e concelho. Deveriam lembrar-se que os nossos concidadãos vão ter oportunidade de nos julgar a todos os que estão e que vão continuar na política. Resta-me agradecer a todos por me terem ouvido e termino desejando ao senhor Presidente e ao Excelentíssimo Executivo que continue com a mesma energia de sempre, com transparência e credibilidade na condução dos destinos do nosso município. Pela Guarda, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Gostava de esclarecer o plenário que, apesar de ter esgotado 1 minuto e 10, como estamos a discutir dois pontos, o tempo será sempre a dobrar. E tem mais cinco minutos dado o tema. É um esclarecimento. Senhor Deputado, pediu a palavra? Faça favor, senhor Deputado. Portanto, tem o seu tempo em dobro.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos. Dizer-vos que, relativamente àquilo que foi o discurso do senhor Deputado do Partido Social Democrata, por acaso, hoje, era intenção do Partido Socialista desmistificar algumas questões relativas àquilo que são as contas que o PSD encontrou em 2013. O Deputado que iria fazer essa intervenção, hoje, infelizmente, não pode estar presente e fará essa desmistificação numa próxima reunião. Também, relativamente àquilo que aconteceu de manhã, dizer que eu já tinha

ido ver a proposta e a proposta é de abril de 2024, senhor Presidente. Estou a falar relativamente aos bombeiros. De abril de 2024 para fazer um Regulamento que até agora não veio. Relativamente a este ponto, e querendo ser formal, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Deputados Municipais, minhas senhoras, meus senhores, todos aqueles que nos ouvem via online, a análise de Prestação de Contas do Município da Guarda para o ano 2024 deixa-nos, infelizmente, perante um retrato sombrio da gestão autárquica. Mais do que um relatório técnico, este documento é a expressão de uma escolha política: a escolha da estagnação, da falta de ambição e da incapacidade de construir um projeto com futuro para a Guarda. Sim, os números estão lá. Mas os números, por si, não contam tudo. É preciso lê-los no contexto das opções políticas que os moldam, das prioridades que os definem e das consequências que produzem na vida concreta das pessoas. E aquilo que estes números nos revelam é preocupante. Começemos por um dado que, só por si, deveria ser motivo de alarme: 75,2% da despesa total do Município é consumida por despesas correntes. De 46 milhões de euros de receita, 39 milhões servem para manter a máquina a funcionar. E atenção: é manter, não é melhorar. Alimentar estruturas, não inovar. Garantir o presente, mas sem saber nada acerca do futuro. A despesa com o pessoal aumentou mais de 1,7 milhões de euros, atingindo agora 30,2% das despesas correntes. O número de funcionários municipais cresceu de setecentos e setenta para oitocentos e oitenta e nove num só ano, sem contar com admissões adicionais, previstas, nem com os trabalhadores da APAL. É legítimo perguntar: onde está o retorno desta expansão? É que nós não estamos contra o aumento de pessoal. Sentem os munícipes mais eficiência nos serviços? Veem mais obra? Ou temos mais despesa sem estratégia? A aquisição de bens e serviços também subiu 2 milhões de euros, agora com um peso de 36,4% nas despesas correntes. E o que se tem feito com este dinheiro? Seminários, exposições, vigilância, enquanto as escolas da cidade continuam sem reagentes, sem material básico, com pais e professores a alertar, há meses, para as necessidades urgentes. O Município, afinal, tinha meios, mas preferiu o acessório ao essencial. Fez escolhas e essas escolhas têm consequências reais na vida de quem aqui vive, trabalha e estuda. Senhoras e Senhores Deputados, isto não é mera má gestão, isto é uma orientação política deliberada que se vem repetindo ano após ano. A execução da despesa de capital, aquela que tem a ver com o investimento,

a transformação, a ambição de futuro, foi apenas de 60% em 2024. Mas, olhemos o histórico: 55% em 2023, 50% em 2022. É uma tendência. Uma tendência não é o acaso, é uma escolha. Não se trata de falta de fundos, trata-se de incapacidade de execução. O exemplo mais flagrante é o PRR. Fizeram muitas análises, o Município vangloria-se de candidaturas aprovadas. Mas a verdade, nua e crua, é esta: zero de execução, nada foi feito. O dinheiro chegou, mas não saiu do papel. E dinheiro que não se usa é tempo e dinheiro perdido, é uma oportunidade perdida. É isso que temos: uma gestão que anuncia muito e concretiza pouco; que vive de propaganda e não de resultados; que privilegia o marketing em detrimento da ação; um Município que fecha contas, mas que não abre caminhos. E vejam-se as taxas de execução em áreas críticas para o futuro da Guarda: habitação, fantástico, - 24,3%; ordenamento do território - 34,4%; proteção ambiental e conservação da natureza - 55%. Senhoras e Senhores Deputados, esta gestão é um risco para a sustentabilidade económica, social e ambiental do nosso concelho. É pior do que não agir, é insistir nos mesmos erros. E quanto ao investimento direto da Autarquia? Em 2024, apenas 2,7 milhões de euros vieram de recursos próprios, o resto, cerca de 8,8 milhões, veio de fundos comunitários. A dependência do financiamento externo é total. E isso, além de fragilizar a autonomia financeira do município, revela a ausência de uma política de investimento sólida, sustentada e pensada a longo prazo. A isto somam-se as provisões, mais de 30 milhões de dívida, mas pelas piores razões. Este é um sinal claro de desequilíbrio estrutural. E nem o prazo médio de pagamento escapa à tendência negativa (ao contrário daquilo que dizia, aqui, há bocado, o senhor Deputado Oliveira), subiu de dezanove para trinta e cinco dias. Um sintoma evidente da desorganização, perda de controlo, fragilidade na gestão financeira diária da autarquia. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, é urgente inverter esta trajetória. A Guarda precisa de uma liderança com visão, com coragem e com ambição. Uma liderança que ponha os recursos ao serviço da transformação do território, que valorize as pessoas, que invista na qualificação, na inovação e na coesão. O que nós propomos é: mais investimento direto da autarquia; execução efetiva e célere dos fundos europeus; reforço da aposta em habitação, ambiente, mobilidade e educação; planeamento estratégico de médio e longo prazo; contenção das despesas correntes com rigor e racionalidade; transparência e prestação de contas verdadeiras à população. A Guarda tem potencial, a Guarda tem gente capaz, tem história, tem futuro,

mas para isso é preciso sair da paralisia, abandonar a cultura do remendo e assumir um verdadeiro projeto de desenvolvimento territorial. A Guarda não pode continuar a ser o concelho, a capital de distrito das oportunidades perdidas. É hora de levantar a cabeça, de recuperar a confiança e de afirmar uma nova liderança para o nosso território. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Quer intervir, senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, em si, cumprimento todas as pessoas que nos ouvem. Não sou economista, costumo sempre dizer isto, por isso não me vou pronunciar sobre as contas. Ouvi dois. E os dois, ou eu estava distraído ou passaram-me uma informação diferente do que disse o senhor Engenheiro. O que eu percebi, até agora, é que nós estamos com contas certas. Disseram-me, também, disse o senhor especialista de contas, o Ricardo Neves de Sousa, que houve continuação de atividades, o que nos interessa também. Sobre isto diria que: se, mesmo sem orçamento, houve continuação de atividade, se calhar tinha sido um bocadinho melhor com orçamento. Não acha bem, o economista? Se calhar, a tese era mais ou menos verdade. Fica também claro que houve um exercício de rigor no que se fez, porque até permite que o Deputado Ricardo Neves de Sousa, de certa maneira, nos ponha aqui na expectativa de uma boa tese de doutoramento, porque ele disse que: mesmo sem orçamento consegue-se governar e até se consegue governar melhor do que com orçamento. Isto acho que é contra toda a doutrina. E eu até já estive aqui a ver na carteira e eu sou o primeiro a comprar esta tese de doutoramento. Eu estou à espera. Eu estou à espera porque efetivamente é interessante. E, só para acabar com o meu amigo e Deputado Borges, percebemos que estamos numa zona geodemográfica com poucos oftalmologistas, mas, não ver nenhuma obra, é significativo. E, sempre lhe digo, já que fala tanto de cultura e não vai nos nossos números, porque o TMG bateu o recorde de pessoas que vão a este espaço em 2024, não vai por esses números, cito-lhe apenas o poeta Aleixo, do Algarve. Diz ele: para a mentira ser segura e atingir profundidade, tem que trazer à mistura qualquer coisa de verdade. Se calhar, era bom ler o poeta Aleixo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, sobre estes dois temas... Tem tempo.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Na página 46, diz assim: PRR elegível aprovado - 23 milhões de euros. Sabe quanto é que foi o recebido? 3 milhões. É que, depois, a seguir, fazem-se, destas coisas, castelos na areia. E, depois, a seguir, vem-se aqui com outro tipo de invenções. A verdade é que não há obra. Não há obra. Só vocês é que veem obra. Eu não sei onde é que vocês veem obra. A obra que eu vi ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... o senhor Deputado, depois, pode intervir, porque tem tempo. Agora, agradeço que deixe o senhor Deputado intervir. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É assim, basta discorrer sobre o vosso programa eleitoral para perceber que não há obra nesta cidade. E dizer-vos que, durante estes últimos anos, e tenho a certeza absoluta que o senhor Presidente da Câmara concordará, tivemos, sim senhor, questões que têm a ver com os incêndios, com as cheias e esse dinheiro foi gasto. Tivemos duas ou três obras lançadas, relativamente a infraestruturas rodoviárias. Algumas delas que eu não percebo, mas pronto, tudo bem, votámos favoravelmente e, portanto, temos que aceitar. E depois temos aquelas coisas que vão ser feitas todas neste ano, e que não foram feitas desde 2021 até hoje, nomeadamente a Variante dos F's e coisas desse género que têm que ser feitas urgentemente... Já lá vamos. Ainda temos mais tempo para falar sobre isso, relativamente à DUP. Correto? Mas, portanto, única exclusivamente dizer-vos que é claro que as contas não estão bem, não estão nada bem. E vocês olhem para a quantidade de contas relativas a pessoal e a percentagem relativas a pessoal na Câmara Municipal da Guarda. E, é aquilo que eu digo, reparem em quantos outsourcings existem relativamente à Câmara Municipal da Guarda. Eu questiono: quantos funcionários é que neste momento existem da Câmara Municipal da Guarda a trabalhar no parque de campismo da Guarda? Quantos funcionários existem da Câmara Municipal a trabalhar nos Passadiços do Mondego? E a questão que eu estou a colocar é: quantos funcionários existem na Câmara? Nós temos um senhor assessor que esteve no parque de campismo a trabalhar durante alguns anos. Eu pergunto: quantas pessoas estão, neste momento,

a trabalhar no parque campismo da Guarda, da Câmara Municipal? Para sabermos se o dinheiro está a ser bem gasto ou está a ser mal gasto. São estas as questões.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Ainda tem tempo.” -----

- **António Terras, Presidente da União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida (PG):** “Senhor Presidente, em si, cumprimento todos. Senhor Deputado, vou falar da minha Freguesia, porque é aquilo que me faz estar aqui. Até 2013, todas as freguesias e anexas deveriam ter saneamento público e água. Sabe porque é que a minha freguesia tem três anexas que não têm saneamento básico? Porque a Câmara Municipal não tinha 15% do valor. Isto foi aquilo que vocês deixaram, em 2013. OK? Portanto, não venha falar de PRR, não venha falar de fundos comunitários, porque vocês foram o pior exemplo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma intervenção de alguma senhora ou senhor Deputado? Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos, uma vez mais, a todos os presentes. Espero que tenham tido um bom almoço, um bom repasto, e que a comida não azede no estômago de ninguém. Senhor Presidente, tentarei ser breve. Começando pelo Deputado Ricardo Neves de Sousa. As contas são o que são. Isto é um documento técnico. São documentos técnicos, tirando o relatório inicial da gestão, enfim, aí tem mais algum cunho político. Eu próprio, ao olhar aqui para a página 270, é claro que chama logo à atenção. Mas porquê? Mas agora andam a dar subsídios a empresas? Aliás, eu próprio, quando vi a rubrica subsídios a empresas: mas porquê? Bom, são os transportes. Os transportes públicos que decorre da Lei. Enfim, é o que é. Bom, mas esta empresa ganhou uma consulta prévia, precisamente para fazer um plano e, sendo o plano de atração de pessoas e empresas (é essa consulta prévia que está em causa), acabou por ser classificada nesta rubrica. Se tecnicamente é a rubrica mais correta ou menos correta... Bom, aí não sei avaliar. Mas o que é facto é que esta empresa foi isso que fez. Não foi nenhum subsídio que foi dado ou atribuído a esta empresa, mas sim um contrato de prestação de serviços que foi contratado através de uma consulta prévia. Portanto, a dúvida está esclarecida. E, como digo, aliás, ao trocar aqui mensagens com os serviços técnicos, esta rubrica, além dos

apoios, contempla a elaboração deste plano, precisamente. Portanto, a dúvida está esclarecida. Eu próprio também acabei por ter essa dúvida. Sobre aquilo que aqui foi referido, eu já lá irei mais em pormenor e tentarei não usar mais do que o tempo de um ponto. Mas, Deputado Ricardo Neves de Sousa, as contas de 2021 já eram boas. Mas ainda estão melhor. Se fosse ao contrário, Aqui d'El Rei! Não, mas está melhor por causa da nossa estratégia política, de contenção e de investimento, mas também com o bom trabalho técnico que vai sendo feito, dia após dia. Não há dia nenhum que não fale com os serviços técnicos da área financeira, mais do que uma vez até. Mas, senhor Deputado, dizer que a taxa de execução das GOP's mais elevada deve-se à oposição, convirá que é um bocado de exagero, não é? Para não dizer todo o exagero, naturalmente. Porque se nós não tivéssemos feito bem o trabalho, o senhor não dizia, naturalmente, isso. Deputado José Oliveira bem-haja pelas palavras. As contas, conforme eu dizia, são o que são. (Eu chamei-lhe José Oliveira? A Páscoa já passou, mas ainda arranjo as amêndoas. Ainda lá tenho umas amêndoas que lhe posso dar. Peço desculpa.) São documentos legais e verdadeiros que são executados pelos serviços do município, tal como eu dizia há pouco, e, portanto, nós devemo-nos cingir à sua análise técnica. Senhor Deputado Miguel Borges, o senhor vive em que concelho? Não sei se o senhor Deputado anda muito na linha da Beira Alta, ou andava, ela ainda não abriu. Mas há lá uma estação... ora, começa na Pampilhosa, vem por aí fora e, a certa altura, há uma estação que se chama Mortágua. É que este seu discurso mais parece ter vindo dessa estação de caminho de ferro. Não sei se é um discurso feito, encomendado, não sei se estava a ler (eu não reparei, desculpe) ou se estava a ler de cor. Mas, de facto, o senhor não vive na mesma terra que nós. Mas nós desejamos que o senhor cá viva durante muitos e bons anos, porque o senhor faz falta à Guarda, como todos nós fazemos falta à Guarda. Agora, senhor Deputado, discurso de campanha eleitoral? Já estamos em campanha eleitoral! Cinja-se ao rigor dos números. Mas vamos lá ver se eu consigo aqui explicar-lhe. Não sei se o senhor quer que eu lhe explique ou não, mas vou tentar explicar-lhe aqui algumas questões. O senhor fala em estagnação, em falta de ambição. Já falarei sobre isso, sobre a estagnação e sobre a falta de ambição. São as suas palavras. Esse discurso feito não lhe fica bem, senhor Deputado. Não lhe fica bem. O senhor falou aí no número de funcionários que subiu, sensivelmente, cem, num ano, pouco mais. Olhe, o senhor sabe quantos funcionários se reformaram na Câmara da Guarda? Eu já o disse aqui. Se o

senhor apontasse aquilo que eu vou dizendo nas Assembleias Municipais! Olhe, nos últimos dez anos, reformaram-se cerca de duzentos funcionários. Nos próximos cinco, outros tantos estão previstos. Entre 2023, 2024 e 2025, é dos anos em que mais pessoas se reformam, porque este processo da contratação de pessoal começou, precisamente, se bem se recordam, em 2023. E, por isso, é preciso dar, naturalmente, seguimento aos serviços que são efetuados pelo município. O senhor fala aí no retorno, na ineficiência de serviços, não se vê obras por administração direta. O senhor não sai à rua! Olhe, não fale comigo nem com os senhores Vereadores, fale com as chefias de divisão e pergunte lá que jeito deram os funcionários, muitos destes funcionários que entraram, em razão da matéria, na divisão de cada um, para resolver velhos problemas que estavam por resolver. E, que, graças a Deus, porque são bons trabalhadores, já o estão a fazer. Às chefias que estão aqui e às que não estão, aos chefes de serviço que depois são os braços direitos e esquerdos destas senhoras e destes senhores. Fale com eles. Eles depois lhe dirão e explicarão com todos os dados palpáveis sobre aquilo que é referido. O senhor fala aí que aumentou a prestação de serviços dos seminários, exposições. Eu já lhe explico o que é que são seminários, exposições. Eu já disse aqui, mais do que uma vez, nesta Assembleia, mas o senhor não aponta, o que está nessa rubrica. De facto, o nome da rubrica (correto, senhora chefe de divisão?), seminários, exposições, decorre do programa da contabilidade. É seminários, exposições e afins, e mais umas coisas. O nome da rubrica não podia estar mais errado, mas é o que é. E tudo o que são despesas, que eu já lhe vou dizer quais é que são, estão, efetivamente, carregadas nessa rubrica, porque é assim tem que ser nos termos da lei. O senhor falou aí em escolas sem reagentes e material básico. Faça-me um favor: ainda hoje, envie-me um e-mail a dizer qual é a escola. Porque, olhe, eu não sei e a senhora Vice-Presidente não sabe. Mal feito fora que nós andássemos a tratar de papel higiénico. Parece que, em 2013, não havia dinheiro para papel higiénico. Isso é outra história. Não me façam falar sobre isso porque eu não quero falar sobre isso. É que eu não quero mesmo falar sobre isso, porque ficamos mal a todos. A todos, nesta Assembleia. Portanto, o senhor faça o favor de dizer qual é que é a escola para depois nós perguntarmos quem é que falhou na cadeia hierárquica. Se foi a funcionária, se foi a coordenadora, se foi o agrupamento ou se foram os serviços do município que ainda não entregaram. Faça-me o favor, faça-me chegar essa informação para nós agilizarmos. Aliás, o que estamos a pedir a si, pedimos

a todos, porque de vez em quando vai-se para a rede social fazer uma publicação. Fica logo resolvido, aparecem logo o papel higiénico e os reagentes. Não estou a dizer que o senhor faz isso. Mas o senhor alertou, faz muito bem, é assim mesmo. Faça-nos chegar isso, para nós imediatamente podermos agilizar. Sobre a despesa de capital, que foi só de 60%, segundo as suas palavras, exemplo do PRR, má execução, zero... Os senhores mudam o discurso! Há dois anos, diziam que não havia nenhuma candidatura aprovada do PRR: “é uma vergonha!” Agora temos candidaturas aprovadas e estamos em execução com elas: “ai, agora não executam!” Como os tempos mudam. Mas, olhe, o senhor, por acaso, já perguntou, internamente no seu partido, o porquê do PRR estar atrasado em alguns setores, nomeadamente na habitação? E, olhe, nós aqui não propusemos nenhum voto de repúdio a ninguém. Porque eu sei bem, já o disse aqui numa Assembleia, o sofrimento da antiga Ministra da Habitação, no gabinete dela, porque não conseguia que as coisas andassem mais depressa, no caso concreto da habitação. Assisti a um membro do Governo, ao Ministro deste Governo, da mesma pasta, a dizer exatamente a mesma coisa. Então e o senhor cospe para o ar? Não se deve cuspir para o ar nesta matéria, porque, no que diz respeito a taxas de execução do PRR, queira Deus que o país não tenha que devolver dinheiro à União Europeia por uma má programação em termos de PRR. Depois, o senhor diz que nada saiu do papel. Olhe, faça-me um favor, senhor Deputado: pode ir ao site, à internet (ainda se usa) do município e veja lá as atas das reuniões de Câmara. Tudo aquilo que foi sendo aprovado, que foi sendo adjudicado, que foram sendo lançados concursos, sobre o PRR e não só. Está lá tudo. Portanto, pode fazer esse trabalho de casa. E, já agora, senhor Deputado, antes de eu continuar aqui com os dados concretos sobre as contas, “pessoas a trabalhar no parque campismo”. Convido-o a passar lá e verificar, com os seus olhos, os trabalhadores que lá estão e perguntar para quem trabalham. Convido-o a fazer isso, se fizer o favor. Pode ir lá. Já que o senhor é Deputado Municipal, dizer: olhe, eu sou deputado municipal, queiram-me dizer qual é que é o vosso patrão? E as pessoas que lá estão no parque campismo vão-lhe dizer quem é que é o patrão. Pode fazer isso. Porque graças a estes procedimentos concursais, efetivamente já não há prestação de serviços nenhum no parque de campismo. São funcionários da autarquia e com isto poupámos dezenas de milhares de euros anuais ao município da Guarda. Portanto, convido-o a ir ao parque de campismo e pode perguntar (correto, senhor Vereador?) 40 mil euros que

poupámos. Faça o favor, pode ir lá perguntar quem é que é o patrão, quem é que lhes paga. Pode fazer esse favor. Não, nos Passadiços não. Sabe porquê? Porque nos Passadiços fizemos contas e, até ao momento, tendo em conta a forma como estão a ser geridos daquela forma, ficaria mais caro ao erário público. É um assunto que está em análise, como é que vai ser feita a gestão futura dos Passadiços, porque a manutenção dos Passadiços dá prejuízo anualmente. Nós não estamos aqui para ter lucros com os Passadiços, mas, pelo menos, equilibrar as contas. É um trabalho técnico que está a ser feito, senhor Deputado, sabe? É assim que as coisas se fazem. Bom, indo ao cerne da questão, embora o senhor Deputado António Oliveira já tenha dito aqui algumas questões. Nunca é demais recordar que, em 2021, estávamos com um resultado líquido do exercício negativo de 1 milhão 181 mil euros, em 2021. Em 2022, um resultado líquido ainda negativo de 130 mil euros. Em 2023, aumentou o resultado negativo para 1 milhão e 50 mil euros. E, este ano, com uma recuperação de 1 milhão e 300 mil euros, temos, efetivamente, um resultado líquido positivo de 250 mil euros. Bom, a liquidez imediata aumentou um pouco, o que é importante, porque assim conseguimos fazer face aos compromissos do curto prazo. Este é um bom indicador. E dizer que, em 2024, nós apostámos numa gestão mais responsável ainda na captação de Fundos Europeus para construir um concelho que queremos que seja mais coeso, mais moderno e, naturalmente, com mais futuro. As taxas de execução, todas elas aumentaram significativamente, seja a taxa de execução da receita, da despesa, das grandes opções do plano, o plano plurianual de investimento. E referir também que os compromissos assumidos também aumentaram em 2024. Referir aqui um aumento de custos relativos aos transportes, à recolha de resíduos, à energia. Se bem se recordam, há dois anos, dois anos e meio, eu dizia do aumento colossal que nós iríamos ter nos anos seguintes. O grande impacto foi logo no primeiro ano. Mas, infelizmente, os impactos ainda se continuam a verificar, porque o aumento de custos da energia, da mão de obra relacionada com tudo isto, continua a aumentar. E, de facto, nós não conseguimos fazer face à redução desta despesa, porque são os mesmos contratos e que depois vão aumentando os seus custos, digamos assim. Sobre a receita própria cobrada líquida, já foi referenciado também o aumento de cerca de 4,6 milhões de euros que aumentámos na receita cobrada líquida. Outros indicadores dignos de relevância: Os fundos comunitários com um acréscimo, os fundos comunitários são despesa de capital, um

acréscimo de 5,3 milhões de euros. De facto, nós fizemos muito esse esforço para conseguirmos captar mais fundos comunitários; A dívida a fornecedores diminuiu 2 milhões de euros. Conseguimos diminuir essa dívida; O prazo médio de pagamentos está em trinta e cinco dias. Trinta e cinco, quarenta, cinquenta, sessenta, não há problema absolutamente nenhum. Aliás, em 2021 estava em quarenta e dois, baixámos para dezanove, depois baixámos para dezassete, depois dezanove, este ano trinta e cinco. Está em linha. E está em linha, contrariando, se formos ver... ó senhor Deputado, este número, o senhor não devia falar. Se fossemos ver, em 2013, o prazo médio de pagamentos, o senhor até se benzia. Mas não falar sobre isso, não devo falar sobre isso porque já o passado já lá vai. Mas o senhor não pode estar agora a dizer coisas atualmente, cuspiendo para o ar, porque lhe pode cair em cima. Trinta e cinco dias de prazo médio de pagamentos é um excelente número. Mas podia ser quarenta, cinquenta, até sessenta dias. Não havia problema absolutamente nenhum, porque continuamos a pagar antes do tempo previsto, porque as faturas habitualmente são de sessenta dias para cima. Sessenta e noventa dias, consoante os casos. Os fundos disponíveis aumentaram devido ao recebimento das verbas adiantadas do PRR e por isso é que também o saldo orçamental do exercício anterior tem lá cerca de 6,5 milhões de euros relativos a PRR e são receitas que estão, efetivamente, consignadas a esses investimentos. Sobre a margem do endividamento, citar aqui a evolução que foi feita ao longo destes anos. Em 2022, nós tínhamos uma margem de endividamento de 39,8 milhões de euros. Aquilo que nos podíamos endividar, 39,8 milhões de euros. Dois anos volvidos, estamos aqui com 49,8 milhões de euros. 10 milhões de euros de evolução positiva na margem de endividamento. 10 milhões de euros de evolução positiva em dois anos. É claro que depois a DGAL aplica uma regra, que está na Lei 73/2013 (correto, senhora chefe de divisão?), que depois não deixa que se use a margem total do endividamento e apenas uma percentagem. Mas é claro que é um excelente indicador porque, em dois anos, melhorámos em 10 milhões de euros esta margem do endividamento. Indo às aquisições de serviços, os tais seminários, exposições e similares que o senhor falava há pouco e tinha essas dúvidas, olhe: atividades de animação sociocultural, a programação dos equipamentos culturais; a alimentação de géneros para confeccionar nas seis cantinas que o município mantém a trabalhar; a conservação dos bens; a limpeza e a higiene. Senhor Deputado, tudo isto está naquela rubrica dos

seminários, exposições e similares. De facto, o nome da rubrica não traduz em nada aquilo que lá está introduzido. Mas enfim, é o nome que está no programa da DGAL, da contabilidade. Depois, o senhor falou nas despesas com o pessoal. Bom, agora, é 1,7 milhões de aumento de despesas com pessoal. Aqui há uns meses, há umas semanas falavam em 3 milhões. Já baixou para 1,7 milhões. Deve ser milagre dos pães. Não, tem a ver com erros de análise. Mas vou dizer aqui outro número que o senhor não sabe, mas vou dizer agora. A despesa com pessoal teve um acréscimo de 1,542 milhões de euros. Um milhão e meio, em números redondos. Não é 1,7, é 1,542. Mas sabe a que é que se deve esse 1 milhão 542? Olhe, relativamente a novas contratações, o aumento é de 615 mil euros. Todo o restante tem a ver com atualizações salariais e progressões na carreira que decorrem da lei, senhor Deputado. É bom esclarecer isto, o porquê de aumentar 1 milhão. Eu também fico preocupado: mas por que é que aumentámos? Foi só nas contratações ou foi no resto? Mas foi muito mais no resto do que nas contratações. E isto tudo decorre daquilo que a lei demanda nesta matéria. É claro que podemos falar no aumento absoluto daquilo que são as despesas na administração geral, com as obras relativas aos incêndios 2022, porque entra nesta rubrica. Os resíduos sólidos com o aumento colossal, de que já falei há pouco, o aumento colossal no que diz respeito às taxas e às tarifas dos resíduos sólidos. O ordenamento do território, tendo em conta os planos que nós temos em curso. O ensino não superior, com a instalação da creche no centro escolar de Gonçalo. E também algum aumento na transferência entre administrações, nomeadamente para as juntas de freguesia. Sobre os trabalhadores, aposentações, eu já falei há pouco. Mas há aqui um número que eu queria partilhar com os senhores Deputados e com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Valores pagos, relativos a empréstimos de médio longo prazo, pelo Município da Guarda: nós, no ano findo, 2024, pagámos, entre capital e juros, 2 milhões 130 mil euros de empréstimos que foram contratualizados há cerca de quinze anos. Os tais empréstimos para o TMG e para os Centros Escolares. E ainda bem que foram feitos esses empréstimos, volto a dizer. Porque senão hoje não teríamos TMG nem teríamos Centro Escolar da Sequeira, nem Centro Escolar do Porto da Carne, nem Centro Escolar de Gonçalo e faltou fazer o Centro Escolar da cidade que nós estamos a tratar do processo. Mas se nós formos fazer as contas aos últimos seis anos, só fomos aos últimos seis anos, de 2019 a 2024, a Câmara da Guarda pagou, em empréstimos de médio e

longo prazo, 13 milhões 145 mil euros. Em seis anos. Já dava para pagar a Variante dos F's e ainda sobrava dinheiro. É só para termos aqui um termo de comparação com aquilo que nós já pagamos, e bem, dos empréstimos contraídos há quinze anos, e vamos continuar a pagar até 2030, sensivelmente. Mais ano, menos ano. Mas, para a Variante dos F's, este dinheiro, de facto, seria muito importante, porque dava para pagar a obra e as expropriações e a fiscalização e ainda sobrava. Já gastei vinte minutos. Ainda tenho mais quarenta, não é, senhor Presidente? Eu não pretendo usar tanto. Falava-se, há pouco, de falta de ambição e de estagnação da Guarda. Muito bem, vamos a isso. Aquilo que eu vou dizer agora, que vou relatar, são poucas páginas. Esta descrição não é exaustiva e, portanto, é possível que falte aqui uma ou outra intervenção, porque a memória! Isto foi tudo feito de memória. Mas, às vezes, a memória também já nos vai atraindo. Mas eu fiz questão de elaborar este documento e poder falar aqui às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, às senhoras e aos senhores Deputados e a todos aqueles que assistem online. Investimentos, obras concluídas nos últimos três anos, com tudo concluído: 23 milhões de euros de investimento. Tudo pago, nos últimos três anos. A Ecovia da cidade, as infraestruturas dos Passadiços do Mondego e uma parte da obra que ainda estava em curso, a terceira fase da Plataforma Logística, o novo pavilhão desportivo da Escola Secundária da Sé, a requalificação do Mercado Municipal de São Miguel, a cobertura do polidesportivo da Escola das Lameirinhas, o Espaço Tecnológico do Centro Histórico, os ginásios e balneários da Escola de Santa Clara, o sistema de informação em tempo real e as novas paragens dos autocarros, ou cinco novos autocarros dos transportes escolares, a requalificação das Ruas de Alfarazes, a requalificação das ruas dos Galegos, a requalificação do espaço envolvente na Capela do Mileu, o novo pavilhão do Bairro do Pinheiro, as novas redes de saneamento foram sendo feitas, designadamente também na cidade, aquelas correções foram sendo feitas, a requalificação das mais diversas calçadas, a requalificação do campo de futebol de Gonçalo, a conclusão do pavilhão multiusos de Maçainhas, a reabilitação das linhas de água, a estabilização de encostas após os incêndios de 2022, do protocolo com a APA e com o ICNF, a pavimentação de vários caminhos no concelho, a plantação de três mil árvores na cidade, a requalificação da estrada de acesso à Senhora da Alagoa, a requalificação de quatro parques infantis na cidade, a requalificação da avenida da Cidade Bejar, a requalificação das ruas no Bairro do Torrão,

a nova creche do Gonçalo, o jardim da rua Virgílio Ferreira, o equipamento de som e segurança de palco do edifício cultural de Gonçalo - 23 milhões de euros, feitos e executados, todos pagos. Listagem não exaustiva. Mas vamos continuar. No final deste mandato, nós teremos transferido para as juntas de freguesia, entre as delegações de competências, entre os contratos administrativos para obras e os contratos interativos para equipamento de prevenção civil, entre outras pequenas coisas, números atualizados ontem - 7,1 milhões de euros de transferência para as juntas de freguesia. Nunca, em vinte anos, foi transferido tanto dinheiro para as juntas de freguesia, que desempenham, e bem, todas estas competências e todos esses contratos que são assinados e firmados com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Mas podemos continuar: o plano de investimento que está em curso nas freguesias. Estamos a falar em cerca de 100km de pavimentação de caminhos e estradas, estamos a falar em cerca de 30km de condutas de água. Os senhores Presidentes de Junta sabem bem daquilo que eu estou a falar. Este plano de investimento, de 10,3 milhões de euros nas quarenta e três freguesias (sim, porque também na área rural da freguesia da Guarda está a ser feito investimento, seja nos Coviais, seja no Zâmbito, seja para o campo de tiro, entre outros) cujo empréstimo, bem se recordam, nós quisemos contrair um empréstimo para pagar dois terços da verba não financiada pelo Fundo de Emergência Municipal, mas esse empréstimo foi chumbado na reunião de Câmara. Recordam-se? Já falámos disto várias vezes. E esse empréstimo até dizia também para requalificar o parque infantil do Polis e os novos estaleiros municipais. Foi chumbado, à época. Disseram para gastarmos o dinheiro que tínhamos na conta. Pois é! O saldo, meu caro Deputado António Oliveira, vai descendo e vai descendo e vai descendo, à medida que as obras vão evoluindo. Bom, mas falando aqui nestas intervenções, ao abrigo do Fundo de Emergência Municipal - incêndios: Arrifana, Gonçalo Bocas, Jarmelo São Pedro, Jarmelo São Miguel, Castanheira, Famalicão da Serra, Benespera, Vela, Fernão Joanes, Meios, Corujeira e Trinta, Gonçalo, Guarda, Alvendre, Pêra do Moço, Valhelhas, todo o Vale do Mondego, Videmonte - as infraestruturas danificadas pelos incêndios e os equipamentos também. Ao abrigo das intempéries, também Fundo de Emergência Municipal: Guarda, Maçainhas, Vale de Estrela, Aldeia do Bispo (embora naquela zona que nós consideramos Aldeia do Bispo mas já é Freguesia da Vela, liga a Santa Cruz ao Vale da Amezendinha); a zona Norte do concelho com Avelãs de Ambom e Rocamondo, Vila

Franca do Deão, Avelãs da Ribeira, Codeceiro; a zona Nascente do concelho com Pousade e Albardo, Casal de Cinza, Vila Garcia, Vila Fernando, Rochoso e Monte Margarida, Pega, Adão, Marmeleiro, Santana da Azinha, Ramela, João Antão, Panóias. Não me esqueci de nenhuma junta de freguesia, pois não? Falei nas quarenta e três? Mas vamos continuar. O plano de investimentos em curso pela APAL (qui não é a Câmara, é a APAL), não é o plano de investimento para o imediato, está a ser feito e continuamos a fazer nos próximos anos, tendo em conta os fundos comunitários que nos estão disponibilizados pelo 2030: a rede de saneamento de Cairrão, que já está adjudicada e espero que a obra se inicie nas próximas semanas; a rede de saneamento de Santana da Azinha, com uma parte que já está adjudicada e a restante está para projeto; o abastecimento de água às anexas de João Antão, concretamente, Benavente e Lameirinhas; o projeto em curso das redes de saneamento no Espinhal, nas Pousadinhas, em Pombal, que são as anexas do Rochoso; mas também na aldeia de Santa Madalena e na Quinta de Baixo, na freguesia de Vila Fernando, e, Aldeia Ruiva, na Ramela, que os projetos estão a ser desenvolvidos pela APAL. Mas falar também de outro projeto que está a ser desenvolvido, o sistema elevatório de saneamento de Aldeia do Bispo; o sistema elevatório de saneamento do Carapito São Salvador, aqui às portas da cidade; estações hidropressoras para podermos ter pressão de água na Freguesia de Corujeira e Trinta e na Póvoa de São Domingos, na freguesia de Panóias; o projeto para os reservatórios de abastecimento de água de Amoreiras do Mondego, Faia Mizarela, Ramalhosa, Vila Soeiro; para além do acompanhamento que a APAL está a fazer às ligações técnicas de abastecimento de água, da responsabilidade das Águas do Vale do Tejo, que é, no caso concreto, de Arrifana, Pera do Moço, Avelãs de Ambom, Rocamondo, Vila Franca do Deão, Avelãs da Ribeira, Codesseiro e Vale de Estrela - esta intervenção é da responsabilidade das Águas de Vale do Tejo, mas também aquela conduta do Vale do Mondego que arrancou da Barragem do Caldeirão e vai até Celorico da Beira e que os Serviços Intermunicipalizados estão a acompanhar. Mas podemos continuar. Outras obras e outras intervenções que estão em curso e tudo isto foi aprovado em reunião de Câmara. Tudo isto foi aprovado em nome de Câmara e a esmagadora maioria destes pontos, de tudo isto, foi aprovado por unanimidade. Não arrisco dizer que foi a 100%, mas 99% terá sido. E agradeço muito aos senhores Vereadores por isso. A todos. Do PSD e do PS. Dizia eu, obras e outras intervenções em

curso: a requalificação do acesso à Plataforma Logística; o novo Órgão da Sé Catedral; as novas redes de água e saneamento; a melhoria da segurança rodoviária no concelho; a pavimentação de vários arruamentos da cidade; a requalificação do acesso ao terminal rodoferroviário, concretamente a rua da Treija, em parte, e a rua dos Caminhos de Ferro; a requalificação das ruas no Bairro Senhora do Remédios e no Bairro da Luz; a requalificação das coberturas, caixilharias e acessibilidade no Museu da Guarda, no edifício do Condão e no Paço da Cultura; a requalificação da Avenida Francisco Sá Carneiro; a requalificação do edifício da antiga Associação Comercial para o Comando Sub-regional da Autoridade Nacional de Proteção Civil; a construção de cinquenta e uma habitações sociais nas Lameirinhas; a requalificação dos polidesportivos nos bairros da cidade; a requalificação das coberturas de alguns edifícios das antigas escolas primárias no concelho; a requalificação da cobertura e drenagens do edifício cultural de Gonçalo; a reconstrução de muros nas freguesias; a requalificação da escola primária de Vila Fernando; a Rede Cultural e criativa da Guarda; o Bairro Comercial Digital da zona alta da cidade (este é PRR). Estamos a falar, obras e outras intervenções em curso, de 19 milhões de euros. Podem ir fazendo as contas, é fácil somar as parcelas numa conta. A adição. Chama-se assim, a propriedade da adição. Mas podemos continuar. Obras adjudicadas em reunião de Câmara: a requalificação da rua Tiago Gonçalves, na estrada da Pocariça, aguarda o visto do Tribunal de Contas; a requalificação da avenida de São Miguel, primeira fase, aguarda visto do Tribunal de Contas; a requalificação e ampliação da residência de estudantes na rua António Sérgio, a adjudicação vai já à próxima reunião de Câmara; o campo sintético do Carapito São Salvador; o campo sintético de Casal de Cinza; as bancadas do campo do Zambito. Estas obras adjudicadas, e que terão início em breve, são mais 9,5 milhões de euros. Podem continuar a somar. Obras em concurso, todas aprovadas em reunião de Câmara. Em concurso: a requalificação das ruas nos bairros das Lameirinhas e do Rio Diz; a habitação acessível na rua de São Pedro, vinte e seis apartamentos na Estação da Guarda para habitação acessível (PRR); a habitação acessível no Centro Histórico, Bairro 25 de Abril e em algumas antigas escolas primárias no concelho, serão mais cinquenta e um apartamentos (PRR); a Comunidade de Energia Renovável do parque industrial (PRR); aquisição de novos autocarros elétricos ou a hidrogénio (PRR); pavilhão desportivo do centro escolar do Vale do Mondego; pavilhão desportivo da escola primária de Maçainhas. E, sobre estas obras

em concurso, 19,5 milhões de euros. Podem continuar a ser. Projetos de execução aprovados em reunião de Câmara, mas que aguardam ainda financiamento (estes só podem avançar quando tivermos garantias de financiamento): Museu dos Sabores da Beira Interior, que são aquelas casas na Praça Velha; a requalificação da rua Vila de Manteigas; a nova área empresarial do Mercado Municipal; a requalificação da rua Miguel Unamuno; a requalificação do parque infantil do Pópis, no parque urbano do Rio Diz, no Polis; a requalificação dos parques infantis dos bairros da cidade; a requalificação da estrada dos Galegos; o parque urbano da encosta Norte; a requalificação da Escola de Santa Clara; a requalificação da Escola Carolina Beatriz Ângelo e a Escola Secundária da Sé, na sua terceira fase - projetos de execução aprovados, mas que aguardam financiamento - 25,5 milhões de euros. Não se ria, senhor Deputado. São coisas muito sérias. Não se ria, não goze com a Guarda. Não brinque com a Guarda, senhor Deputado. Pode continuar a fazer as contas - 25,5 milhões de euros. Vamos aos projetos que estão em curso, seja internamente, seja com contratações externas: a requalificação das ruas do Bairro do Bonfim, que o projeto, mais mês menos mês, está completamente finalizado; a requalificação da entrada do bairro Nossa Senhora dos Remédios; o alargamento da rua Almeida Garrett, naquela ligação à central de camionagem (aliás, há um assunto aí na ordem de trabalhos para falarmos sobre isso); a requalificação do parque de campismo; a requalificação da rua Fernando Carvalho Rodrigues, da rua Calouste Gulbenkian, da rua Duque de Bragança; a quarta fase da Plataforma Logística; a habitação acessível na rua Batalha Reis (é mais um assunto que vai à próxima reunião de Câmara, mais vinte e oito apartamentos de habitação acessível, mais uma obra PRR); e a habitação acessível, a segunda fase desta candidatura para o centro histórico, para o bairro 25 de Abril. São projetos que estão em curso - mais 15 milhões de euros. Podem continuar a fazer as contas. Mas, continuando, e falamos agora na Variante da Ti Joaquina, em que são necessários, salvo erro, 12,5 milhões de euros. Aprovámos a alteração do PDM com o Plano de Urbanização do Cabroeiro; aprovámos o projeto de execução; aprovámos e publicámos a primeira Declaração de Utilidade Pública, está em curso a segunda Declaração de Utilidade Pública para a sua SUOPG 5, que hoje vamos discutir também; estamos a tomar a posse dos terrenos; aprovámos o lançamento do concurso da empreitada. Mas, por duas vezes, foi chumbado o empréstimo na reunião de Câmara. E, para finalizar ou quase a finalizar, devemos falar em outros projetos de

execução que estão em curso também. E, aqui, eu nem quis fazer as contas de quanto é que isto vai custar. Só fiz as contas a quanto é que vão custar os projetos, per si, de tudo isto que eu vou dizer agora. São projetos que estão em curso também: a construção da Estrada Verde, naquela ligação de Videmonte ao Maciço Central da Serra da Estrela; o Centro Interpretativo da Cestaria de Gonçalo; o Centro de Valorização da Indústria dos Lanifícios nos Trinta; o Centro Interpretativo da Água da Montanheira, em Vale de Estrela; o Centro Interpretativo do Cobertor de Papa, em Maçainhas. Tudo isto ainda não tem financiamento sequer, e, portanto, aguardamos financiamento. Mas, enquanto isso, estamos a iniciar procedimentos, uns para projetos que já estão em curso e elaborar procedimentos para outros, para depois envolver todos na sua concretização. Todos, aqueles que tiverem que ser envolvidos. O estudo prévio para a futura Praça da Liberdade, onde está a GNR (estamos a fazer o estudo prévio para isso); o estudo prévio para o Centro Interpretativo das Judiarias de Portugal, no Centro Histórico da Guarda; o estudo prévio para a Casa das Artes, que será aquele edifício atrás dos balcões, onde funcionou antigamente o Teatrinho dos Bombeiros; o Parque Biológico da Quinta da Maunça, o estudo prévio daquilo que deve ser o futuro; o estudo prévio para o novo centro escolar da cidade, nos terrenos do antigo matadouro; o estudo prévio da Cidade Desportiva e do Pavilhão Multiusos; os projetos para a requalificação das escolas do concelho, bebendo a informação daquilo que está aprovado por esta Assembleia na Carta Educativa; a Escola de Santa Clara, que já referi, tal como a Atriz Ângelo e a Escola Secundária da Sé. Mas também a Escola do Espírito Santo; a Escola das Lameirinhas; o Centro Escolar da Sequeira com o pavilhão desportivo; a Escola da Guarda-Gare com o pavilhão desportivo; a Escola da Santa Zita com o pavilhão desportivo, o Centro Escolar do Vale do Mondego, conforme já referi, tal como Maçainhas, com pavilhão desportivo também; a Escola do Barracão; a Escola dos Trinta e a Escola da Rapoula. E os projetos para a reabilitação dos equipamentos desportivos da cidade, como sendo o Pavilhão de São Miguel, as Piscinas Municipais, as bancadas e a pista do Estádio Municipal, o pavilhão do Estádio Municipal, o pavilhão gimnodesportivo da Guarda, o Inatel, a área social do Complexo Desportivo do Zambito, depois das bancadas. Isto são projetos que estão em curso, que não temos também garantia de financiamento, mas que estão a ser feitos, seja dentro do Município, seja fora do Município com consultorias externas. E, para finalizar, falar aqui também nas obras que são da responsabilidade do Estado

central, porque nós fazemos questão de ir acompanhando todas elas e algumas delas com algumas evoluções. Começando pelo Porto Seco, finalmente já temos o financiamento assegurado. Esperemos que a adjudicação, mais semana, menos semana, possa ser feita. A requalificação da Nacional 233, a ligação ao Sabugal. Ora, se o Porto Seco custará 4 milhões de euros, a Nacional 233 custará 15 milhões de euros. Grande parte é na Guarda. Dois terços serão na Guarda e um terço será no Sabugal. Mas isto é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal esta obra. A requalificação do Hotel Turismo. Esperamos ter novidades para breve, está anunciado pela tutela. Nunca menos de 10 milhões de euros custará a reabilitação deste Hotel. Nunca menos do que isso. Essa telenovela que nós já sabemos. A construção das estradas da Variante da Sequeira e dos Galegos, que é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, custará nunca menos do que 17 a 18 milhões de euros. É a IP que tem que executar essas obras. O anteprojecto já me foi mostrado, portanto, esperemos, em breve, termos o projecto concluído. Bom, e o novo quartel da Guarda Nacional Republicana territorial, que é da responsabilidade da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, que é uma obra que não custará nunca menos do que 5 milhões de euros. E mesmo a finalizar, porque é importante falar nestes números, já agora, no investimento que os privados também vão fazendo. Os tais novos postos de trabalho que nós conseguimos criar desde o início do mandato. Estamos a falar, de uma forma efetiva, em mil e quinhentos novos postos de trabalho criados. Na Plataforma Logística: com as novas empresas para a terceira fase; com a segunda fábrica da Coficab em construção na Plataforma Logística; com aquele grupo empresarial de capitais brasileiros já para a quarta fase. No Parque Industrial, aquela fábrica de polimentos da J3LP e o matadouro regional. Mas falando também na nova área empresarial da Quinta Nova; no comando nacional da UEPS da GNR; no Mercadona; no Espaço Tecnológico do Centro Histórico; na reativação da fábrica de ovos do Vale do Mondego, ainda esta semana foi anunciado; e o Hospital de São Mateus Guarda. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, isto revela bem o caminho que nós temos vindo a fazer, o trabalho político, mas sem as chefias de divisão, sem os técnicos e sem os funcionários da autarquia, não seria possível. É este o caminho que nós estamos a trilhar para os próximos anos e este é verdadeiramente um caminho com muita ambição. E por isso,

aquilo que todos nós desejamos é que todos, todos, todos, possam fazer parte do caminho do comboio do desenvolvimento da Guarda. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, colocava então os pontos, em separado, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.1 - Alteração ao Art.º 25º da Norma de Execução Orçamental 2025 - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos. -----

Ponto 2.2 - Aprovação da Prestação de Contas de 2024 do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.2 - Aprovação da Prestação de Contas de 2024 do Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e seis votos a favor e doze abstenções. -----

Ponto 2.3 - Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos APAL - SIM, Exercício de 2024 - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se olharmos para os pontos 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6, todos eles estão relacionados com a APAL. Talvez por uma questão de economia sempre temporal... senhores Deputados com toda a humildade, mas ao mesmo tempo com toda a firmeza: isto é uma Assembleia Municipal em que o papel principal é dos Deputados Municipais. É a segunda vez que eu vou dizer isto: eu vejo os senhores Vereadores e o senhor Presidente da Câmara a estarem aqui presentes e saem por uma “exceção excecional”. Os senhores Deputados Municipais saem por uma regra regular. Só utilizo um verbo: lamento. Mais uma vez, lamento. Dizia eu que os pontos 2.3, 2.4, 2.5, e 2.6 estão todos relacionados com a APAL-SIM. Se me permitirem, por uma questão de aproveitamento de tempo, púnhamos todos à discussão em bloco e depois, obviamente, votávamos em separado. Se não se opuserem, seguíamos esta

metodologia. Poderá ser? Muito obrigado. Então, para a discussão dos quatro pontos, alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado Oliveira, faça favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos novamente. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes e quem nos segue, mais uma vez. Vou apenas pronunciar-me sobre a Prestação de Contas da APAL sinteticamente, e, depois, nos pontos a seguir, logo se vê se há algum comentário a fazer ou não. O nosso Movimento Pela Guarda presta também o devido suporte político ao Excelentíssimo Executivo Municipal, relativo à Prestação de Contas de 2024 das Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados, que serão também daqui instante submetidas à aprovação desta Assembleia Municipal. E o nosso suporte passa, em primeira instância, para lhes dar nota da relevância e importância para a então boa decisão de constituição desta entidade APAL que, desde já, ou seja, com apenas sete meses de atividade, sublinho, sete meses, demonstra ser flexível, demonstra capacidade de execução e resposta aos diferentes agentes e parceiros, desde consumidores, fornecedores, subempreiteiros, etc., com obtenção de ganhos de escala. Para além do mais, agrega parceiros idóneos e credíveis. Para já, quatro municípios da nossa região, mas com a expectativa de outros se juntarem ao projeto. Assim, sinteticamente, podemos afirmar que a APAL é já uma interessante entidade com registo de um bom desempenho económico financeiro. Em sete meses do exercício de 2024, a APAL registou rendimentos no montante de 6 milhões 932,9 mil euros, com um volume de negócios e prestação de serviços de 5 milhões 594,3 mil euros aqui considerados. O ebitda positivo de 751,8 mil euros; um resultado operacional positivo de 6,3 mil euros; um resultado líquido positivo de 5,4 mil euros e, a 31 de dezembro de 2024, para um ativo líquido de 43 milhões 145,8 mil euros, contava com uma cobertura de capitais de 40 milhões e 56,3 mil euros. Ou seja, revelando uma estrutura financeira robusta e equilibrada, com autonomia financeira de 92,8%. Para além dos indicadores de curto prazo e de equilíbrio de curto prazo de liquidez geral e liquidez imediata muito bons. Não vou acrescentar mais nada. Apenas agradecer mais uma vez a todos por me terem ouvido e desejar que o Excelentíssimo Executivo continue com a mesma energia de sempre. Muito obrigada. Até já.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre estes quatro pontos?” -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, sintam-se todos cumprimentados, bem como quem acompanha os nossos trabalhos via online. Desde já, dizer que o Partido Socialista ir-se-á abster em todos os apoios relativamente à APAL, uma vez que a nossa Vereadora, em reunião de Câmara, solicitou ao senhor Presidente uma audiência com o Conselho de Administração e até agora ainda não houve novidades relativamente a esse aspeto. Foram solicitados documentos e, não tendo esses documentos, não podemos, efetivamente, tomar deliberações se os documentos que nós solicitamos ainda não nos foram entregues. A título de nota prévia, relativamente ao ponto 2.3, que é o relatório de gestão e contas da APAL que nos é apresentado, gostaríamos de ter informação do Senhor Presidente sobre se as elevadas perdas nos municípios de Celorico da Beira (54% de perdas de água), Manteigas (54% de perdas de água), Sabugal (64% de perdas de água), mas também na Guarda (27% de perdas de água), e esta informação consta da tabela de 5 da página 35 do documento que nos foi fornecido para este ponto, penalizam, de alguma forma, os preços para os consumidores da Guarda. Sobre as contas, não há muito que se possa dizer. Estas dizem respeito aos primeiros seis meses de atividade, pelo que não existe qualquer base para comparação quando analisamos o seu balanço. Contudo, e da leitura do documento, referir que, em termos de execução orçamental da receita, houve uma execução em torno dos 65,15%, e, em termos de execução orçamental da despesa, em torno dos 59,91%. Relativamente à demonstração de resultados, dizer apenas que se espera ou um aumento de vendas de prestação de serviços ou uma otimização da estrutura de custos, ou ambos, desejavelmente, atendendo a que os resultados líquidos assumem um valor relativamente modesto face aos ativos da sociedade. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção? Não havendo, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Para os pontos todos, não é?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Agradecemos todos a economia de tempo na sua discussão...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tem cento e vinte minutos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Quanto?!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Cento e vinte minutos. Trinta minutos por cada um.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, mas acho que não necessitarei. Então, temos que começar já a encomendar o jantar! Mas não, não. Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, sobre o aqui referido, Deputado António Oliveira, muito obrigado pelas palavras. Este foi um trabalho conjunto que os quatro Presidentes de Câmara têm vindo a fazer, porque o Conselho de Administração, como bem sabemos, é constituído por três Presidentes de Câmara, porque nos chumbaram a administração. E nós, no pouco tempo que vamos tendo, vamos dedicando algum tempo à administração. Aliás, muita da governação é feita pelo WhatsApp. Lá estou eu, sempre... os senhores chefes de divisão já estão habituados. Mas é tudo legal! Estou sempre a chatear, de dia e de noite. Peço desculpa porque às vezes já passa da meia-noite quando envio mensagens às pessoas, mas é quando nós temos às vezes tempo para colocar questões, dúvidas e dar celeridade à resolução dos processos. Este é um caminho que está a ser feito, senhor Deputado António Oliveira, muito caminho ainda a trilhar e por isso nós estávamos certos quando foi constituído este sistema intermunicipal, efetivamente para otimizarmos os recursos. E essa otimização dos recursos, senhor Deputado que acabou de falar, nós, Presidentes de Câmara, fizemos questão de colocar lá as perdas e as afliências indevidas. Fizemos questão. Não podemos branquear as coisas quando não estão bem. E por isso cá estão, na página 35 e na página 36, as perdas e as afliências indevidas. Nós fizemos questão de elas estarem lá, mas dizer-lhe que isso nada penaliza a Guarda ou deixa de penalizar. Não. As contas estão bem feitas, nos termos daquilo que é o contrato que foi firmado entre os municípios, o contrato de concessão, digamos assim, e por isso a Guarda tem que pagar aquilo que é seu e os outros municípios têm que pagar aquilo que é seu, também tendo em conta os rácios

que estão perfeitamente plasmados. E isto é o caminho que nós temos que fazer. Mas vejam só, no caso da Guarda, a Guarda já vinha fazendo um trabalho profícuo ao longo dos últimos três anos. Deputado Miguel Borges, lembra-se dos 40% de perdas, que o senhor aqui bem falou em 2022? As perdas estão em 27%. Já baixaram 13%. Ainda têm que baixar mais, claro que sim. Mas vamos chegar a um ponto, agora dou aqui uma explicação técnica, muitas destas perdas que aqui estão, ou uma parte delas, são roubos que ainda podem acontecer nos concelhos, são ruturas que existem e que não são detetadas, são contadores obsoletos e dá estas perdas. Depois de se fazer esse trabalho, que vai durar muito tempo, aliás, estão a ser constituídas equipas absolutamente dedicadas só a esta matéria, para tratar das perdas e das afluências indevidas, vamos chegar a um ponto que não vamos conseguir baixar mais e vai ser necessário investimento forte. Lá chegaremos a esse tempo para que isso possa ser feito. Para já, ainda há muito trabalho técnico que tem que ser feito ao longo dos próximos anos. Senhor Deputado, falou também nos documentos. Não devem confundir uma coisa com a outra. Não confundam. Uma coisa é a senhora Vereadora, legitimamente, pedir alguma documentação. Outra coisa é falar sobre as contas e misturar alhos com bugalhos, até porque nós temos a certificação do revisor oficial de contas, que decorre da lei. Um revisor oficial de contas que se preze, como é o caso, olha as contas de uma instituição pública de fio a pavo. E, portanto, aqui estão elas, sem mencionar reserva alguma e por isso elas falam por si. Mas dar apenas aqui duas ou três notas. Bom, o resultado líquido positivo é o que é, são 5 mil euros de resultado líquido positivo, mas podiam ser 20 mil negativos. Enfim, a criança está a crescer, desculpem a expressão. A criança está a crescer e por isso tem dores de crescimento. E, como tal, nós temos que ir fazendo esta gestão financeira do deve e do haver, e com os débitos que os municípios estão a fazer, como a Câmara da Guarda, à entidade, devido às mais diversas despesas, e o contrário também, para podermos ir afinando esta gestão ao longo deste tempo. Bom, as taxas de execução são o que são, para o primeiro ano de atividade deste novo sistema intermunicipal Águas Públicas em Altitude. Depois temos aqui o passivo que tem a ver com os fornecedores e as outras contas a pagar aos municípios, para se pagar a médio e longo prazo. A conta caixa e depósitos não é relevante... relevante é, porque são 643 mil euros, mas para a análise per si, porque as contas estão feitas efetivamente de acordo com aquilo que são as regras contabilísticas em vigor. Depois, rapidamente

falar sobre os outros pontos. A revisão do orçamento é motivada por uma candidatura que fizemos ao Fundo Ambiental e não estava inscrita essa receita no orçamento e tem que estar inscrita no orçamento e daqui têm que existir pequenas correções nas mais diversas rubricas. Sobre a primeira alteração ao mapa de pessoal, o número de colaboradores mantém-se, mas tendo em conta o número de colaboradores que já transitou e está a transitar dos municípios para esta nova entidade, houve a necessidade de fazer alterações em algumas tipologias, sejam técnicos superiores, assistentes técnicos, assistentes operacionais, em função das mais diversas divisões. Portanto, teve que ser esse afinar, digamos, destas tipologias, já contando com os colaboradores que transitaram. Setenta e dois colaboradores que já transitaram do Município da Guarda para a APAL. Setenta e dois, em setenta e nove possíveis, devo dizer. No Sabugal também já estão a transitar catorze trabalhadores para a nova entidade e estamos a trabalhar também com Manteigas e com Celorico da Beira. Depois, já mesmo a terminar, falar sobre o último ponto que tem a ver com a adenda ao protocolo de cooperação. É a necessidade de dar continuidade a esta integração, digamos, dos serviços na APAL-SIM e os débitos entre entidades. O erro foi nós termos colocado, quando aprovámos este protocolo de colaboração, que se extinguiria ao fim de um ano. Não faria sentido, tem que haver renovações constantes, até que as partes considerem que já não há necessidade de mais protocolo de colaboração. Senhor Presidente, eram estas notas breves, explicações mais técnicas do que políticas, que eu queria dar e, naturalmente, pedir a todos que possam votar favoravelmente estes pontos. Muito obrigado.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.3 - Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos APAL - SIM, Exercício de 2024 - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e seis votos a favor e onze abstenções. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Declaração de voto? Peço, desculpa.” -----

- Miguel Borges, Deputado (PS): “Dizer-vos que, neste caso, a minha abstenção não tem tanto a ver com a abstenção do Partido Socialista também, mas sim por questões profissionais e por isso a minha abstenção. Dizer claramente que sim, senhor Presidente, eu estou de acordo com a criação da APAL. Sempre estivemos os dois nesse lado, relativamente ao SMAS, portanto, dizer-lhe que sim, estou de acordo com a criação da

APAL.” -----

Ponto 2.4 - Aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano dos APAL - SIM para o ano de 2025 - discussão e votação. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.4 - Aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano dos APAL - SIM para o ano de 2025 - discussão e votação. --

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e onze abstenções. -----

- Declaração de Voto do Deputado Miguel Borges expressa no final da votação do Ponto 2.3. -----

Ponto 2.5 - Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano 2025 dos APAL - SIM - discussão e votação. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.5 - Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano 2025 dos APAL - SIM - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e onze abstenções. -----

- Declaração de Voto do Deputado Miguel Borges expressa no final da votação do Ponto 2.3. -----

Ponto 2.6 - Adenda ao Protocolo de Cooperação dos APAL - SIM - discussão e votação.

- Resultado da votação do Ponto 2.6 - Adenda ao Protocolo de Cooperação dos APAL - SIM - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e onze abstenções. -----

- Declaração de Voto do Deputado Miguel Borges expressa no final da votação do Ponto 2.3. -----

Ponto 2.7 - Declaração de Utilidade Pública com Carácter de Urgência para Expropriação dos Terrenos Necessários à Concretização da Unidade de Execução da SUOPG5 do Plano de Urbanização do Cabroeiro - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está o ponto colocado à discussão. Se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Senhores Deputados, peço que sussurrem pouquinho, senão nós não conseguimos. Penso que não há nenhuma inscrição. Se o senhor Presidente da Câmara desejar dar algum esclarecimento... Inscreveu-se? Senhores Deputados, um pouco de silêncio.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É aqui. É aqui que vamos falar de empréstimos, não é? Pois é, tem que ser. E tenho a certeza absoluta que todas as bancadas quererão dizer qualquer coisa. Estávamos todos ali a ver quem vinha primeiro e, portanto, todos nós temos qualquer coisa para dizer acerca disto. Mas falando daquilo que nos traz aqui, que é a DUP, a Declaração de Utilidade Pública, em junho de 2024 estivemos aqui todos reunidos no sentido de aprovar a primeira DUP. Foi aprovada por unanimidade. Nessa altura, tivemos aqui o senhor Presidente, do ponto de vista técnico, a dizer-nos para que é que servia uma DUP, de que maneira é que se servia uma DUP, porque é que aquela DUP tinha que ser aprovada e que aquela DUP não tinha nada a ver com a SUOPG 5. Penso que era mais ou menos isto que tinha a ver, ou seja, não estava dentro da parte urbanizável, estava fora da parte urbanizável, porque, garantia o senhor Presidente, que depois a seguir com os outros proprietários, dentro da parte urbanizável, o senhor Presidente conseguiria, de alguma forma, contratualizar. E, portanto, não precisava de uma DUP. Mas eu passo à intervenção propriamente dita. A primeira Declaração de Utilidade Pública cumpriu a sua função, senhor Presidente, segundo aquilo que nos parece. Foi legítima. Na altura, quando aqui a trouxe, foi bem fundamentada, foi operacionalizada com rigor técnico, permitiu avançar no processo sobre os terrenos fora da SUOPG 5. E, por isso, nós votámos favoravelmente. E hoje aqui estamos com a mesma responsabilidade a votar a favor desta segunda DUP, porque sempre dissemos isto: quando todos os terrenos estivessem garantidos para o município, aprovaríamos todos os mecanismos para que a obra avançasse. Mas é precisamente por termos sido coerentes que não podemos deixar de assinalar as contradições, a falta de estratégia e

a viragem de discurso do executivo. Recordemos: em junho de 2024, o Presidente veio a esta Assembleia dizer que a SUOPG 5 não entraria numa DUP, garantiu que a via negocial era suficiente, acreditava-se na perequação, falava-se de diálogo, de vontade dos proprietários, de tempo útil para se resolver tudo. Hoje, menos de um ano depois, ouve-se o oposto: agora, afinal, há urgência; agora, afinal, é preciso expropriar; agora, afinal, a via negocial falhou e não há outra solução senão forçar o processo. O que mudou senhores Deputados? Nada de novo. O que havia a prever já era previsível. O que falhou foi a estratégia. O executivo confiou apenas numa hipótese, não preparou um plano B. Não acautelou juridicamente nem financeiramente a possibilidade de parte dos proprietários não cederem. E agora, a seis meses do fim do mandato, quer resolver tudo de uma vez e de forma apressada. Não é a obra que está errada, é o caminho que foi mal planeado. Nós sempre estivemos disponíveis para viabilizar o essencial, mas nunca para legitimar um processo governado à vista, sem antecipação nem responsabilidade orçamental. Sim à DUP, sim à obra, mas não ao improviso, à inversão do discurso sem assumir os custos políticos desta mudança. O povo da Guarda merece esta obra, mas também merece respeito institucional, clareza política e planeamento competente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre este ponto 2.7? Presumo que não. Senhor Presidente da Câmara, se desejar intervir, faça favor.” --

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu peço aos serviços do município que passem a apresentação, por favor, que pedi para que os serviços técnicos preparassem. E, por ora, vou falar tecnicamente. Senhor Vereador, senhores Chefes de Divisão, se eu disser alguma coisa que tecnicamente não seja a mais correta possível, façam o favor, estejam à vontade, eu peço ao senhor Presidente da Mesa que me possam corrigir. É assim, com humildade, que se deve fazer na governação. Bom, esta apresentação pretende explanar, com total verdade, aquilo que se passa no que diz respeito às expropriações amigáveis ou litigiosas, no que diz respeito ao Plano de Urbanização do Cabroeiro, concretamente à Variante da “Ti Jaquina”, à Variante dos F’s, em toda a sua plenitude: a espinha dorsal principal e os seus capilares de ligação aos bairros adjacentes e ao parque industrial, tal qual foi aprovado na

segunda reunião de Câmara do mês de março, salvo erro, o lançamento do concurso da empreitada de cerca de 10 milhões de euros. O restante é para aquilo que nós já sabemos: para as expropriações, para a fiscalização, enfim, tudo isso. Eu peço para passarmos ao slide seguinte: esta é a área da intervenção, que todos nós conhecemos, paredes meias com o parque industrial e os bairros adjacentes. Podemos passar ao slide seguinte: ali, a verde, já temos aquilo que serão as ligações de toda a Variante. Temos a espinha dorsal a começar na rotunda dos F's até à rotunda da VICEG. Depois temos a ligação para norte em direção à Póvoa do Mileu, que vai ao cemitério da Póvoa do Mileu. Temos ali, à direita, para nascente, uma ligação para o Parque Industrial e depois, para poente, temos ali as ligações ao Bairro da Senhora dos Remédios e ao Bairro da Luz que ficam, cada um dos bairros, com três ligações distintas. E esta é a obra que nós pretendemos efetuar. Podemos passar ao slide seguinte. Aquilo que estamos aqui a falar hoje tem a ver com a DUP sobre a SUOPG. A SUOPG - Subunidade Operativa de Planeamento e Gestão número 5, é assim que ela está designada no Plano de Urbanização do Cabroeiro, naquele pedaço de duzentos e cinquenta hectares que já alterámos do PDM. Há pouco mais de um ano que aqui o fizemos. Aquelas manchas amarelas é a área da SUOPG 5. Depois de nós termos consultado várias vezes (foi por três ou quatro vezes, já não sei) os proprietários de toda a Variante, os proprietários que estão na mancha amarela disseram: sim senhor, estamos disponíveis para assinar um contrato com vista à urbanização futura de toda aquela área. Os restantes que não estão ali incluídos (esta área, exatamente, muito obrigado), nesta área a azul são todos aqueles que disseram que não queriam. Porque se todos dissessem que queriam, então, a SUOPG era tudo. Os que disseram que queriam estão a amarelo, os que disseram que não queriam são os que estão a azul. E, por isso, nós temos ali (se repararem, lá em cima no título) parcelas da DUP 1: aquela que aprovámos aqui o ano passado, em junho de 2024, que correspondem a 80% dos terrenos necessários para a Variante. Está lá em cima, é o que está a azul. A DUP que hoje nós aqui vamos fazer ou que nós pretendemos fazer com a aprovação da Assembleia Municipal, corresponde a 20% do total da obra, que é a zona que está a amarelo e que circunda, digamos, a Variante e aquelas acessibilidades, ora ao Bairro da Luz, ora ao Bairro de Nossa Senhora dos Remédios. Só para percebermos o impacto da percentagem dos terrenos, total e totais da obra: 80% foram resolvidos com a DUP 1 e os restantes 20% têm que ser resolvidos através da

unidade de execução, seja de uma forma amigável (que já lá vamos), seja de uma forma litigiosa. Podemos continuar. Só tirar aqui o meu apontamento. Esta, efetivamente, é a área da expropriação da DUP 1, só para lembrar. Aquela mancha vermelha é a que é necessária para podermos fazer a obra, fora da tal subunidade da SUOPG 5. Podemos passar ao ponto seguinte. Continuamos ainda na DUP 1, que foi aquilo que nós validámos em junho do ano passado. Expropriação amigável: chegámos a acordo com 22% dos proprietários, que está a verde. O restante, que está a vermelho, expropriação litigiosa: 78%. E por isso é que é preciso a DUP (estamos a falar da DUP 1, que foi aprovada em junho do ano passado), 22% conseguimos de uma forma amigável, 78% foi com base nessa DUP que nós avançámos com o processo. Podemos continuar. DUP 2, que é aquilo que hoje nós estamos aqui a discutir, 59% dos proprietários manifestaram adesão ao contrato de urbanização da SUOPG. 59%. Quase 60% dos proprietários. No início, todos eles estavam interessados na SUOPG, por isso é que as suas parcelas de terreno lá foram integradas. Bom, não sei porquê, mas cada um sabe de si, naturalmente, seja com influência de um, seja com influência de outro, 41%, que é o que está a vermelho, acabaram por não assinar o contrato de urbanização de todo aquele espaço. Podemos passar à figura seguinte, por favor. Aqui, neste slide, fala na percentagem dos terrenos disponíveis para execução da obra: 80% após depósito bancário no caso da expropriação litigiosa. Porque a expropriação amigável já está. Já passei umas dezenas de cheques, correto, senhora Chefe de Divisão? Já os assinei, lá saiu da conta. Mas esse aí nem foi muito. É muito, mas, tendo em conta a dimensão...! Portanto, nós, para termos a expropriação litigiosa, (já tivemos todo o processo, já houve vistorias para memória futura) para tomarmos a posse administrativa, temos que depositar o dinheiro na conta do Tribunal à ordem dos proprietários. É assim que se faz. 80% após depósito bancário, no caso da expropriação amigável da DUP 1. E isto representa a totalidade daquilo que são as parcelas que estão disponíveis, mais os 6% da SUOPG que são as tais que chegámos a acordo e que já assinámos contrato. Ou seja, se nós tivéssemos agora, neste momento, o dinheiro para pagar a expropriação, tínhamos a posse administrativa. Era só enviarmos ao Tribunal o comprovativo. Mas nós não temos dinheiro. Nós estamos a falar nas expropriações litigiosas da DUP 1 e da DUP 2, bem acima de 1 milhão de euros. A Câmara da Guarda não tem dinheiro para isso. Não tem dinheiro em caixa, em tesouraria, tendo em conta os compromissos todos que

nós temos assumidos. Ou seja, nós, neste momento, estávamos ou podíamos estar na posse de 86% dos terrenos da Variante. Podemos passar ao slide seguinte. Neste slide, as parcelas com acordo amigável a verde e contrato de urbanização e as parcelas em processo litigioso (57% na DUP 1 e 14% na SUOPG). É um pouco a repetição daquilo que há pouco já tinha falado nos outros slides. Podemos passar à frente. Em síntese, aquilo que falta neste momento e que precisamos com esta DUP 2, são 14% dos terrenos da Variante. Mas nós vamos fazer o caminho das pedras. Quando eu digo o caminho das pedras, é no bom sentido, porque é o processo burocrático, tal como fizemos na primeira DUP. Recordando: o processo veio à Assembleia Municipal, em junho de 2024; publicação em Diário da República; vistorias com os peritos nomeados pelo Tribunal da Relação; e a posse administrativa após depósito bancário. É neste pé que nós estamos. E, tudo isto, demora este tempo todo, vejam só. Porque há prazos que nós não conseguimos controlar, naturalmente. Na DUP 2, na SUOPG, fizemos a negociação com 59% dos proprietários. Assinámos o contrato, o contrato está assinado. E, restam, neste momento, 41% da parte urbanizável da SUOPG, que correspondem aos tais 14% da totalidade dos terrenos da empreitada. E, portanto, a partir de agora, com esta aprovação, o processo vai ser publicado em Diário da República, lá vamos pedir aos peritos da relação, vamos pedir tudo isso, marcar as vistorias e, tomar a posse administrativa. Mas, sem dinheiro, não há vícios. É um valor bem acima de 1 milhão de euros que nós precisamos, seja para a primeira DUP, seja agora para a segunda DUP. O processo fica todo em stand by. Mais: há prazos legais para concluirmos uma DUP, senão a DUP cai e volta tudo à estaca zero. E essa é a responsabilidade de quem tem que decidir, nomeadamente nas reuniões de Câmara, quando chumbaram, por duas vezes, os empréstimos. E nós bem avisámos em setembro do ano passado, que atrasaram o processo meio ano. E, ao terem feito isso agora, atrasam mais meio ano. Sim, porque nós não temos 1 milhão ou 1 milhão e meio, algo do género, para podermos pagar os terrenos. E, por isso, é que nós afirmámos, categoricamente, que o chumbo do empréstimo, por duas vezes, foi uma irresponsabilidade política. Atrasou todo o processo. E, agora, como já vimos que há para aí uns discursos de campanha eleitoral, vão passar a campanha eleitoral, aí nos Bairros da cidade, a dizer que ele não fez, que ele não fez, que ele não fez... É isto que se está a preparar. É este tapete. Só o pisa quem quer. É este tapete que está a ser preparado, tapete de espinhos. Já passámos agora a

Páscoa, já ressuscitou, já acabaram os espinhos. Mas, infelizmente, esta é a realidade nua e crua. E, por isso, aquilo que nós podemos dizer, podia voltar a referir aquilo que eu já disse há pouco, mas nunca é demais realçar, que aquilo que pagámos em empréstimos bancários da Câmara da Guarda, nos últimos seis anos, dos empréstimos contraídos há quinze anos, já sobrava para pagar a Variante da “Ti Jaquina”. Mas, na altura, uns podiam fazer empréstimos. Agora, os outros já não podem fazer empréstimos, porque somos nós. Somos nós, o Movimento Independente Pela Guarda. Somos nós. Se fossem eles, já se podia. Infelizmente, é este o estado da arte e aquilo que pedimos às senhoras e aos senhores Deputados é que aprovem esta segunda DUP, para podermos fazer o processo dos tais 14% que falta no total da empreitada e, depois, quando houver dinheiro, logo se vê. É mais ou menos isto. Porque a irresponsabilidade política levou a isto. A Câmara da Guarda não tem 1 milhão ou 1 milhão e meio de euros para depositar no Tribunal para poder completar as DUP’s. E todas as consequências que possam advir deste atraso, terão que ser assacadas aos responsáveis pelo chumbo político na reunião de Câmara. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para, senhor Deputado? Pedido de esclarecimento? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, do ponto de vista técnico, estamos os dois totalmente de acordo e acho que gastou foi um bocadinho mais tempo do que aquilo que eu gastei para dizer exatamente o mesmo. Do ponto de vista político, aquilo que eu desafio o senhor Presidente é para levar a uma próxima reunião de Câmara um pedido de empréstimo no valor de 1 milhão e meio de euros, que nós votaremos favoravelmente. 2 milhões de euros, nós votaremos favoravelmente, que é aquilo que precisa para uma DUP.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedi um esclarecimento, enfim. O senhor Deputado pediu um esclarecimento e disse o que disse. Acho que tem direito a responder.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Embora não seja um esclarecimento, mas este processo, que já decorre há mais de trinta anos na Guarda, merece, naturalmente, que eu fale sobre isso. Bom, já ganhámos alguma coisa.

Senhor Deputado, ainda bem que já aprendeu. Já aprendeu alguma coisa com isto que aqui está, com os números que aqui estão. E o senhor agora já percebeu, os senhores agora já deram a mão à palmatória: pois, sem dinheiro não tomam a posse administrativa dos terrenos. Mas, olhe, o simples facto de fracionarmos empréstimos, a Câmara, o erário público municipal, vai perder dinheiro. Vai perder dinheiro, porque uma coisa é fazer um concurso na banca da praça, são não sei quantos bancos na praça da Guarda, para 12 milhões de euros, outra coisa... e, só para termos noção, o empréstimo que se decida hoje, daqui a meio ano, com sorte, está cá. Com sorte, daqui a meio ano está cá. Já estão a ver onde é que isto vai bater, não já? É assim! Mas é assim! Porque, dizia eu, uma coisa é um empréstimo, a vinte anos, para 2 milhões de euros, outra coisa é um empréstimo, a vinte anos, para 12 milhões de euros. Porque as taxas, os spreads e os outros custos serão sempre... (correto, senhor Deputado? O senhor não pode falar, em razão da matéria, para evitar esses conflitos de interesses que às vezes andam por aí. Tal como fez, e bem, o senhor Deputado Miguel Borges. Assim outros o tivessem feito.), mas o que é facto é que há perdas financeiras para a Câmara da Guarda. Bom, nós iremos reavaliar este processo, em função das vossas declarações. E estou certo, não sei, o Partido Social Democrata falará por si, também, sobre essa matéria. Iremos fazer a reavaliação... desta telenovela. Isto é uma telenovela. Esperemos que tenha um fim agradável e não um fim triste. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.7, à votação. Ó senhor Deputado, por amor de Deus! Estou a dizer que vou pôr o ponto à votação e o senhor levanta-se! Vem para aqui, depois, conferir os votos. Vou colocar o ponto 2.7 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.7 - Declaração de Utilidade Pública com Carácter de Urgência para Expropriação dos Terrenos Necessários à Concretização da Unidade de Execução da SUOPG5 do Plano de Urbanização do Cabroeiro - discussão e votação. ---**

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A senhora Secretária passa folhas a somar mais um, a tirar mais um, a pôr mais um, a tirar mais dois, para podermos ter uma votação realista. Declaração de voto?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, não tem nada a ver. É só para vir em defesa daqueles que, de vez em quando, se ausentam. Eu não me ausento. Quer dizer, de vez em quando tenho que me ausentar. Mas, é assim: hoje tivemos uma novidade, ainda bem, dar os parabéns à Assembleia pelo facto de estarem a ser distribuídos copos à entrada, em vez de estarem a ser distribuídas garrafas de água. Mas a verdade é que o dispensador está fora daqui. Portanto, de vez em quando, quem quer beber água, tem que ir lá fora para trazer cá para dentro. Portanto, só para pôr aqui... não, não, acho que, para já, é um passo. Futuramente, é terem aqui para os Deputados poderem ir. Mais nada, era só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O grupo municipal do PSD votou a favor, porque, efetivamente, hoje, o senhor Presidente da Câmara, ao contrário daquilo que é costume, foi bastante esclarecedor na apresentação da matéria. Olhe, posso dar apenas uma sugestão: dos 6 milhões de euros que lá tem do saldo de gerência, pode já começar a aproveitar para pagar as expropriações e, entretanto, faça o empréstimo de 1 milhão e meio que o PSD cá está para assegurar que ele seja feito. Portanto, há aqui um delay.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... senhores Deputados, estamos no ponto 2.7, são vinte e um. Não se esqueçam.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente e quem me ouve, é só dizer uma coisa muito simples. Todos queremos a obra e a oposição conseguiu o que queria que é atrasarmos a obra. E nós garantimos a vocês que vamos fazer a obra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Presumo que não há mais declarações de voto. É para uma declaração de voto?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “Muito boa tarde a todos. Novamente os meus cumprimentos, na pessoa do senhor Presidente. Não é propriamente uma declaração de voto, é mais um lamento. O lamento tem a ver com um projeto que foi feito aqui em 1998 e que conferia à cidade da Guarda um projeto e uma obra completamente diferenciadora. Era uma verdadeira Alameda, com noventa metros de largura e com um

quilómetro e cinquenta metros de comprimento. O nó, tanto à rotunda no topo da Alameda, como na do fundo, e as ligações aos Bairros seriam ligeiramente diferentes. Mas era, efetivamente, um projeto muito diferente do que é um perfil rural. Porque isto é um projeto sem passeios, sem estacionamento, numa via urbana. Era só isso, é um lamento. Não é propriamente mais do que isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Presidente da Câmara, dado as duas intervenções de agora, pediu para dar um esclarecimento.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu peço desculpa e agradeço muito este breve momento, para dar um esclarecimento em termos financeiros. Bom, em primeiro, senhor Deputado, o dinheiro da autarquia não anda aí nas ruas da amargura. O senhor sabe bem, ainda há pouco frisei, os compromissos que esta Câmara tem assumido ao longo dos últimos dois anos, as obras nas Freguesias e as obras na cidade. Sim, porque os senhores também chumbaram... olhe, chumbaram o empréstimo para a Variante, duas vezes, conforme já aqui falámos. Chumbaram o empréstimo das obras para as Freguesias, onde se incluíam os estaleiros municipais novos e também o parque infantil do Parque Urbano do Rio Diz, do Polis. E já chumbaram outro empréstimo no que diz respeito à habitação. Sim, porque nas cinquenta e uma habitações sociais, nas Lameirinhas, a Câmara da Guarda vai ter que pôr do seu bolso, da nossa tesouraria, 2 milhões e meio a 3 milhões de euros, que não temos. No final da obra, vamos ver quem é que paga. Tal como na residência de estudantes, que vai a adjudicação à próxima reunião de Câmara, serão algumas centenas de milhares de euros que também lá teremos que colocar da nossa tesouraria. Foi assim que as coisas foram aprovadas. Não podemos ser irresponsáveis, senhor Deputado. E os compromissos financeiros (correto, senhora Chefe de Divisão?), os cabimentos orçamentais e tudo isso são coisas muito sérias, em função da Lei. E ainda bem que essa Lei existe e que está em vigor. As obras do PRR que nós estamos a desenvolver, têm os compromissos financeiros assegurados. Não se pode desviar daqui para além, quando as coisas estão adjudicadas. Não se pode fazer isso, de todo. E há outra questão também que eu quero aqui dizer: quando a obra for para o Tribunal de Contas, vamos ver o que é que o Tribunal de Contas diz. Aguardaremos o que é que o Tribunal de Contas vai falar sobre toda esta matéria. E

por isso é que há uma coisa que já foi conseguida, conforme disse, e bem, o Deputado José Valbom: já nos atrasaram a obra. Muito obrigado.” -----

Ponto 2.8 - Concurso Público Internacional de Concessão de Uso Privativo do Domínio Público do Município da Guarda para Instalação e Exploração Publicitária nos Abrigos dos Transportes Urbanos, Mupis (Digitais ou Não), Painéis Digitais e Placas Direcionais - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está aberta a discussão. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Só assim, em jeito de anedota. O que me aconteceu há bocado é o que costuma acontecer àqueles bons alunos na sala de aula, estamos tão fartos de aturar os outros e, depois, de repente, o desgraçado levantou-se, leva na cabeça e vai para a rua. É só isso, mais nada. Ora bem, o que temos aqui é o seguinte: a Câmara é dona do espaço público, precisava de renovar quarenta e nove abrigos dos transportes públicos e, em vez de estar a fazer despesa, vai concessionar os mesmos aos privados para publicidade e assim substituir o mobiliário sem custos. Como isto não é suficientemente apetecível, porque quem vai investir precisa que alguém lhe pague esse investimento e ter algum lucro, como é lógico, vão ser adicionados MUPI’s, que é mobiliário urbano para publicidade e informação, placas direcionais e painéis digitais, para que seja mais apetecível. Estima-se que, tirando os custos de instalação dos quarenta e nove abrigos, a quinze anos, são 588 mil 650 euros. Portanto, acho que é de saudar e de aprovar. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Permita-me, porém, que com toda a liberdade lhe diga que até Jesus Cristo um dia pegou numa vergasta e expulsou os vendilhões do Templo. Até um dia ele perdeu a paciência. Senhor Deputado, pediu para falar? Não há mais nenhuma inscrição? Senhor Presidente, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Isto refere-se à utilização, à rentabilização dos recursos existentes no município, também, de certa forma, para podermos aumentar as receitas do município e regular o uso do espaço

público. Estas placas que nós vemos colocadas de uma forma indiferenciada, é para regular, também, digamos, a sua colocação e a sua utilização. É importante dizê-lo que nós colocámos (quantos abrigos novos, senhor Vereador?) quinze abrigos até agora. E nós agora vamos colocar muito superior a isso, vamos substituir os restantes à luz deste novo concurso. Quem ganhar a concessão, para além de ter que dar alguma receita ao município, também vai ter que investir. E, de facto, achamos nós que é um bom negócio para o erário público municipal. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.8 - Concurso Público Internacional de Concessão de Uso Privativo do Domínio Público do Município da Guarda para Instalação e Exploração Publicitária nos Abrigos dos Transportes Urbanos, Mupis (Digitais ou Não), Painéis Digitais e Placas Direcionais - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto, senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Apesar de votar favoravelmente, é bom que exista um Regulamento, seja nesta cidade, seja em todas as cidades deste país, que, de alguma forma, controle a quantidade de publicidade que existe neste momento, porque é demasiado. Foi feito aquele mural, lá em baixo, junto da UEPS. Sabemos que a Câmara pediu ou fez com que fossem retirados esses outdoors, no entanto, nós achamos que deviam ser retirados todos os outdoors que estão naquela rotunda e não só aqueles que foram retirados. E, por isso, apesar de concordarmos e acharmos que é uma receita para o município, achamos que deve haver um Regulamento que seja cumprido. Eu falo por mim, aqui não estou a falar pelo partido, custa-me muito aquilo que vejo na nossa cidade e em várias cidades deste país. Em países mais desenvolvidos, isso não acontece.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. Presumo que não haja mais declarações de voto.” -----

Ponto 2.9 - Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) – Delegação de Competências na ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior – discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estão abertas as inscrições para alguma senhora ou algum senhor Deputado se pronunciar sobre este tema. Não há nenhuma intervenção dos senhores Deputados. Senhor Presidente da Câmara, deseja intervir sobre este ponto? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Apenas para dizer, que é um processo similar a tantos outros que já aqui vieram a esta Câmara e visa, precisamente, a redução de custos com as contratações em grupo, neste caso, através da ENERAREA, para podermos baixar este custo pesado que é o da energia na esfera municipal. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhores Deputados, vou colocar o ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.9 - Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) - Delegação de Competências na ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior - discussão e votação.**

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos.” -----

Ponto 2.10 - Acordo de Cedência de Parcela de Terreno para Alargamento das Ruas Almeida Garrett e Mártires de Timor - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre esta autorização de cedência? Faça favor.” -----

- **Paulo Teixeira, Deputado (PG):** “Boa tarde. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e os que nos veem através dos meios de comunicação social. Hoje somos chamados a deliberar sobre a aceitação da cedência gratuita de uma parcela de terreno com 280,39 m², situada na confluência das ruas Almeida Garrett, Afonso de Albuquerque e António Sérgio. No âmbito do processo de licenciamento número 01 de 2024/62, referente à construção de um edifício de habitação coletivo e

comércio pela empresa José Monteiro de Andrade, Lda. Esta proposta reveste-se de particular importância por várias razões: melhoria da mobilidade urbana - o alargamento das referidas artérias permitirá uma circulação mais fluida e segura tanto para os peões como para os veículos, respondendo às necessidades de uma cidade em constante crescimento; valorização do espaço público - a criação de um espaço ajardinado entre o novo edifício e o passeio público, contribuirá para a melhoria do ambiente urbano, oferecendo uma zona de lazer e convívio para os munícipes; celebração público privada - a cedência gratuita de terreno pela promotora, demonstra um compromisso com o desenvolvimento harmonioso da cidade, evidenciando uma parceria eficaz entre o setor público e privado; planeamento urbano sustentável - a operação está inserida no Plano de Urbanização do Cabroeiro, aprovado e publicado no Diário da República nº 33 de 2024, série II, de 15 de fevereiro, garantindo que esta intervenção se enquadra na estratégia de desenvolvimento urbano, coerente e sustentável. Face ao exposto, apelo ao voto favorável desta Assembleia para aceitar a cedência da parcela de terreno de 280,39 m² e a sua afetação ao domínio público municipal e aprovar a minuta de acordo de cedência do terreno para o alargamento das ruas Almeida Garrett e Mártires de Timor. A aprovação desta proposta representa um passo significativo na melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos e no desenvolvimento equilibrado da nossa cidade. Muito obrigado, pela Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Este é um processo que nós vimos percorrendo, vimos negociando há alguns anos a esta parte. E, de facto, é muito importante para se fazer uma nova entrada para o Bairro Nossa Senhora dos Remédios, tal como disse o senhor Deputado e muito bem, que só é possível, naturalmente, procedendo à demolição daquele edificado. O projeto que já deu entrada na autarquia, é um projeto bonito, moderno, e bem merece todo aquele espaço, todo aquele gaveto daquelas três ruas que o circundam. E, naturalmente, nós, nesta negociação, conseguimos que os proprietários cedessem essa parcela de quase 300 m² para o domínio público, para se poder fazer ali um alargamento e voltarmos a

ter, no futuro, dois sentidos na entrada para o Bairro Nossa Senhora dos Remédios. O projeto está quase pronto. E, portanto, depois da assinatura deste contrato, da aprovação do projeto e quando tivermos financiamento para o mesmo... este também já lá estava, se bem se recordam há pouco. Eu falei em tantos, mas também lá estava no que diz respeito aos projetos. O projeto está quase pronto. Quando tivermos financiamento, iremos avançar com a obra para a sua execução. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente muito obrigado. Colocava o ponto 2.10 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.10 - Acordo de Cedência de Parcela de Terreno para Alargamento das Ruas Almeida Garrett e Mártires de Timor - discussão e votação. ----**

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos.” -----

Ponto 2.11 - Regulamento do Conselho Municipal da Cultura - discussão e votação. ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se olharmos para os pontos 2.11, 2.12, 2.13, 2.14 e 2.15, são vários Regulamentos. Os pontos 2.16 e 2.17 também estão interligados. Se o plenário aceitar, faríamos como fizemos agora para estes pontos: discutíamos todos, trazíamos os aportes que entendessem a todos estes pontos, desde o 2.11 ao 2.17, e, obviamente, a seguir, temos que os votar em separado. Faríamos assim, se não virem inconveniente. Se houver algum voto de oposição, teremos que discutir cada ponto per si. Pronto. Então, não há acordo, vamos discutir um por um. Contra factos, não há argumentos. Não há consenso, não vale a pena. Não vale a pena correremos riscos. Está à discussão o Regulamento do Conselho Municipal da Cultura. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Faça favor.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento toda a Assembleia e todos aqueles que nos seguem. Trazemos hoje à Assembleia uma proposta de um projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Cultura, projeto esse que esteve em consulta pública durante trinta dias e foram incorporadas algumas sugestões apresentadas. Recordando a Constituição Portuguesa que consagra no seu artigo 78º, o direito à fruição cultural, e, também, todos têm direito à cultura, artigo 73º ponto número 1, entendemos, pois, que a cultura se assume como

um setor estruturante de desenvolvimento económico e social do território, potencializador da imaginação e criatividade, unindo saberes e tradições numa reinvenção permanente da capacidade humana.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe, encarecidamente, que se aproxime mais do micro, porque eu penso que nem a senhora da Língua Gestual consegue ouvir nada para poder traduzir. Peço-lhe que não se afaste do micro. Muito obrigado.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Obrigada. A criação do Conselho Municipal de Cultura constitui uma oportunidade de gerar reflexão partilhada com os cidadãos e as suas instituições, no sentido de juntar esforços e competências no desenho de um projeto comum em torno da cultura, realizado a partir de forças e de marcas identitárias do concelho da Guarda. Os fins deste Conselho são: promover, acompanhar, analisar, debater e sustentar um processo de reflexão estratégico sobre o setor cultural, através da mobilização dos agentes culturais do concelho da Guarda; contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação da atividade cultural do concelho da Guarda, através da consulta às organizações e representantes que o constituem; promover o debate sobre a programação cultural no concelho da Guarda. Pela importância e relevância do documento no contexto do desenvolvimento cultural do nosso concelho, apelamos à aprovação do mesmo. Bem-hajam.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais alguma intervenção de algum senhor Deputado? Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja dizer algo? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Trata-se de um novo órgão, digamos assim, neste município. Um novo fórum que nós consideramos muito importante para a análise, para a discussão dos mais diversos eixos ao nível da cultura. Consideramos muito importante. Tal como na anterior Assembleia Municipal em que aprovámos também o do Conselho Municipal do Desporto, onde todos os players, desculpem a expressão, mais anglo-saxónica... e agora aprovamos o Conselho Municipal da Cultura. Pretendemos que seja um fórum de debate para juntar esforços e para a definição das estratégias de cooperação dos agentes culturais do

concelho. Por isso, consideramos de uma manifesta importância a criação deste Conselho Municipal da Cultura. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.11 - Regulamento do Conselho Municipal da Cultura**

- **discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e seis votos.” -----

Ponto 2.12 - Regulamento do Funcionamento do Centro Coordenador de Transportes do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está à discussão. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. Nós vamos votar a favor deste ponto, mas não posso deixar de reforçar a necessidade da requalificação da Estação Rodoviária. Temos ouvido falar sobre ela, mas ainda não a vimos, tal como também assistimos aqui a uma quantidade de projetos, tipo campanha, que poderiam ter sido feitos, mas, por uma série de vitimismos, não consegue levar a cabo. Portanto, o regulamento, nós vamos aprová-lo, mas precisa de ter uma estrutura que seja capaz de dar resposta à quantidade de transportes públicos e de pessoas que passam por lá. Portanto, reforçamos a necessidade desta requalificação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não havendo mais nenhum senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, muito obrigado pelas palavras, senhora Deputada. Neste ponto, estamos de acordo. Estamos de acordo, senhora Deputada. Porque, de facto, aquele equipamento sofreu uma intervenção há cerca de 10 anos e os problemas acabaram por aparecer outra vez ao nível das infiltrações de água. Aquele edifício padece de um grave problema de entradas de água, porque a obra, no seu início, naquele tempo, foi efetivamente mal feita, há muitas dezenas de anos. Mas ainda bem que foi feita, porque deu condições para a

cidade que não existiam à época. Bom, mas é o que é. Até porque ali, naquela zona, onde existia a Quinta dos Pelames, é uma zona de muita água. A água anda por ali e não é desviada daquelas paredes. Nós mandámos fazer um projeto. O projeto, só para fazer a drenagem perimetral daquela zona da pala, por trás de tudo aquilo, em todo o redor, digamos assim, da Central Camionagem, custará mais de meio milhão de euros. Só para abrir uma vala, impermeabilizar, fazer aquilo tudo. Não temos dinheiro para isso, nem financiamento ainda. Mas estamos a percorrer isso, para que possamos, efetivamente, resolver o problema, de vez, daquela Central de Camionagem. Não invalida que haja outras questões pontuais que possam ser feitas. Já fizemos melhorias ao nível do som, a outros níveis, enfim. Não quer dizer que não continuemos a fazer esses paliativos, até resolvermos a situação em definitivo. Mas dar também uma nota, já agora, de que havia um regulamento ou umas normas da Central de Camionagem, vejam só, que já não sofriam alterações desde 1996. E fez o seu tempo, fez o seu caminho. Bom, mas, neste momento, é necessário adaptar o seu funcionamento às novas realidades ao nível da mobilidade e do seu funcionamento, por isso este Regulamento aqui é proposto para ser aprovado. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava o ponto 2.12, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.12 - Regulamento do Funcionamento do Centro Coordenador de Transportes do Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos. -----

Ponto 2.13 - Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** Está à discussão. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Boa tarde a todos. Reporto-me à consulta pública anterior à elaboração deste Regulamento de Apoio ao Associativismo no Concelho da Guarda. Ao ler a justificação de inclusão dos contributos resultantes da consulta pública, deparei-me com o contributo do Aquilo Teatro CRL, que, na sua alínea f), sugeria, e passo

a citar: “em todo o Regulamento não encontramos nenhum artigo que se refira à obrigatoriedade, por parte do município, em tornar públicas as tabelas de avaliação e os valores entregues em cada associação. Consideramos imprescindível a introdução de um artigo que promova a transparência na distribuição de financiamento público a associações.” Fim de citação. Numa sessão da Assembleia Municipal como esta, em que se irá pôr à votação o Código de Conduta da Câmara Municipal, de onde ressalta uma cultura institucional pautada pelos mais elevados padrões de integridade, ética, transparência, responsabilidade e respeito pelos direitos dos cidadãos, a justificação dada para a não aceitação deste contributo em tornar públicas as tabelas de avaliação e os valores entregues a cada associação, é claramente questionável. Acrescento a necessidade de criação de comissões de avaliação especializadas em cada uma das áreas associativas e a necessidade de clarificação dos critérios para as próprias ponderações (portanto, existem critérios e existem ponderações desses critérios), quando elas são, por exemplo, se uma atividade tem pouca relevância, média relevância ou alta relevância. Ou seja, são avaliações qualitativas. Como se objetiva a relevância? Este regulamento não o explica e o fator transparência deveria ser melhorado. Obrigada.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Mais algum contributo? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Eu também li com atenção o documento e os contributos que foram dados e, de facto, também vi essa referência que fez agora do Teatro Aquilo. O senhor Presidente remete para os subsídios que são publicitados, que são aprovados nas reuniões de executivo. Eu acho que o mais importante aqui neste Regulamento é o mérito. Eu acho que, independentemente da fórmula dos pontos, que é um bocado complexa, digamos assim, tem muito detalhe, creio que, apesar dessa fórmula, eu concordo com o grau de exigência que o regulamento apresenta. Portanto, ele pretende premiar o mérito. E, portanto, também concordo com os critérios específicos, bem como com toda a documentação exigida. Não vejo aqui nenhum problema de maior. O regulamento está repartido em oito áreas de intervenção. Acho que devemos eliminar ao máximo aquilo que é subjetivo, portanto, isso tem que ser muito bem objetivado e acho que o regulamento faz isso. Não sei é quantas associações da Guarda são, neste momento,

apoiadas ao abrigo deste regulamento. Não sei, não faço a mais pequena ideia, uma vez que aqui pretende-se premiar, digamos assim, o mérito. Gostaria de saber se isso é possível, porque elas têm que apresentar uma série de documentos e, de facto, elimina muitas das associações. Eu não sei quantas é que temos no concelho da Guarda e quantas são. O movimento associativo é muito, muito importante e nós sabemos que as nossas Freguesias estão desertificadas. Grande parte delas, em termos demográficos, são o que são, e as associações têm um papel fundamental. Portanto, esta é a minha questão. Eu, já agora, gostava de falar também, e puxando a brasa à minha sardinha, como se costuma dizer, no caso da associação da minha aldeia. O caso da Associação Cultural e Desportiva da Vela. Tem um plano de atividades, eu tive acesso a todos os documentos. Creio que ela se enquadra, digamos assim, neste Regulamento. Acho que reúne todas as condições que vêm expressas no artigo 37º do Regulamento. Mas confesso-vos que há associações que, apesar de se enquadrarem no Regulamento, desenvolvem também muitas atividades. Acreditem que eu não vejo esta coisa da subsidiação, eu vejo isto como um investimento. A palavra subsídio para as associações, faz-me alguma impressão. Eu acho que isto é um investimento. Como disse, grande parte das nossas Freguesias, as pessoas que lá temos estão ocupadas. Na minha freguesia, a Associação Cultural e Desportiva da Vela, neste momento, tem duas peças de teatro, tem um grupo de cantares, tem uma oficina de formação que eu acho interessantíssima e é uma aldeia que está em perda demográfica. Portanto, as pessoas estão ocupadas. É a função, também, da associação, percebem? E, portanto, eu acho que devíamos ter também, para além do mérito, para além do enquadramento no Regulamento, senhor Vereador e senhor Presidente, acho que devíamos apoiar, suplementarmente, algumas das nossas associações. Na divisão que vocês fizeram em oito categorias, no teatro, a Vela é uma das que tem esse histórico e está a fazer um belíssimo trabalho. Pousade acho que também tem esse histórico. São duas das freguesias do concelho, tanto quanto eu saiba, que apresentam trabalho feito. E, portanto, a história do teatro, a demografia deve ser tida em conta. E dizer-vos que, no caso da minha freguesia, vinte crianças, neste momento, o que é muito (reparem que a taxa de natalidade, na Vela, deve ser zero ou zero vírgula qualquer coisa) e nós, para mantermos aquela gente ocupada, temos essa formação e vimos buscar pessoas à Guarda, a Gonçalo, às freguesias limítrofes e isso custa dinheiro. Eu acredito que a

Câmara faça esse investimento. Sei que o está a fazer, foi-me dito isso mesmo. Os pais dos alunos também dão uma ajuda para o transporte, pagam um montante. É muito pouco, mas ajudam. E temos lá a Joana Cavaleiro e o Pedro Ribeiro, que são dois jovens, de imensa qualidade, como formadores, e que dependem disso e trabalham quase que graciosamente. E eu pedia que, para além do mérito e para além do regulamento, houvesse, de facto, um apoio suplementar para este tipo de associações que fazem um belíssimo trabalho no nosso concelho. Não é a única, certamente. Eu sou um dos fundadores desta associação na minha aldeia, na altura em que era jovem, já tem muitos anos. Estes jovens aproveitaram o escopo da associação, e bem, e não deixaram cair o projeto. E bem. E, por isso, volto a dizer, senhor Presidente, senhora Vereadora (neste caso da cultura) reconheçam, para além do regulamento que está bem feito e é muito detalhado, também o trabalho e o mérito suplementar, digamos assim. Uma ajuda, pelo menos, para que as coisas possam andar para a frente. Porque, caso contrário, enfim, temos muitas dificuldades. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado João Vaz, faça favor. Estava primeiro? Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Votaremos, obviamente, a favor deste regulamento, até porque já o solicitámos demasiadas vezes. Peca é por tardio, não é? Podíamos estar a avaliar os apoios de uma forma muito mais justa e concreta, há muito mais tempo. Se as associações fossem realmente uma prioridade para este executivo, não teríamos tido a aprovação dos valores antes de termos um regulamento novo para utilizar. Se as associações fossem uma prioridade, este trabalho teria sido executado a partir de 2021. Fica registada, simplesmente, a boa vontade do senhor Presidente com a aprovação do documento que não terá tempo para cumprir. O contributo que solicita às tabelas de avaliação, tem sido também uma proposta do Bloco em vários momentos deste mandato e não percebemos como é que não é considerada, tendo em conta que as razões para se fazer um novo regulamento também têm a ver com a falta de especificidade e de transparência do regulamento antigo. Na justificação, dizem que os dados são de acesso público, mas, se são, onde é que estão as avaliações discriminadas de cada entidade e os relatórios de atividade? Não são só os valores finais, como é apresentado na ata da reunião de Câmara, mas o processo que levou à decisão. Não

sabemos onde está, não temos conhecimento do local, não o encontramos como de acesso público, como é descrito na justificação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado João Vaz, faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Boa tarde. Reforçar aquilo que a Luísa disse, porque eu recordo-me que nos apoios do ano passado a associações culturais, quando vieram decididos os valores (e eu vou aqui utilizar palavras que foram utilizadas pelos técnicos, não é a minha opinião, obviamente, porque não conheço os planos de atividades), mas estava lá, por exemplo, uma associação de uma freguesia e dizia: tem uma direção nova, estão a reativar, estão com um plano de atividades muito bom que vai permitir uma proximidade muito boa com a população - resultado: 300 euros; outra freguesia dizia (e eram estas as palavras): plano de atividades fraco - resultado: 2000 mil euros. Razão? Não consigo perceber. Portanto, acho que é mesmo importante haver essa transparência a nível dos resultados. Quanto à parte da juventude, uma das coisas que tinha sido sempre falado no Conselho Municipal da Juventude, quando houvesse esta alteração, é que era importante que houvesse uma ponderação para a participação nas reuniões e vejo como positivo ter sido acrescentado esse ponto. Infelizmente, as associações não vão poder usufruir dessa ponderação, porque desde outubro que continuamos sem convocatória do Conselho Municipal da Juventude. Não sei se a senhora Vice-Presidente continua com algum problema em encarar os conselheiros ou porque é que não marca a reunião como deveria. Devem haver quatro por ano e já estamos bem atrasados.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Rodrigues, tinha pedido a palavra? Faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Como diz a gíria popular, também: tarde é o que nunca vem. E, portanto, a minha função também é ver o lado positivo, reconhecer o trabalho extenso que este regulamento deve ter dado a quem o construiu, de um anseio grande, quer de quem está do lado político, quer das associações, em ter um regulamento único. Congregar, sobretudo, os apoios num único documento mais transparente e objetivo, mensurável e ambicioso, que é o que este regulamento dá.

Também da minha outra vertente, dizer aqui que agora entramos, como nos medicamentos, numa fase quatro que é preciso monitorizar. Porque isto parece muito bem, mas, se não cumprir e não ajudar as associações, temos de fazer alterações. E isso, depois de implementar, é possível que haja coisas que possam não estar totalmente enquadradas ou alinhadas com o que as associações necessitam e pode ser necessário alterar. E isso é que é importante testar e depois corrigir. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Não havendo, senhor Presidente da Câmara, se desejar intervir, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Em primeiro lugar, devo agradecer a todos os técnicos da autarquia envolvidos neste processo, que demorou muito tempo. Meu caro Deputado Luciano Calheiros, é um documento denso, conforme referiu. E, de facto, houve muita ponderação, muita análise técnica, que foram liderados por uma chefe de serviço da Câmara da Guarda. Elogiar esse trabalho muito meritório, que conseguiu congregar tudo o que são apoios às associações das mais diversas índoles do nosso concelho num único documento. Mas este documento também teve que olhar àquilo que é a proteção dos dados, a proteção dos dados não só individuais, mas das próprias associações. Teve a sua discussão pública, enfim, a análise técnica, a ponderação que os técnicos fizeram e que nós, naturalmente, aceitámos. E, para além disto, nós, a partir de agora, passamos a ter Conselhos Municipais que antes não tínhamos. Tínhamos o CLAS, o Conselho Local de Ação Social para as IPSS, que já existe há muitos anos (ainda bem que existe); tínhamos o Conselho Municipal da Juventude também já há alguns anos, que tem vindo a funcionar ao longo destes anos. E, agora, passamos a ter o Conselho Municipal do Desporto e o Conselho Municipal da Cultura. Fóruns de debate aberto, limpo, absolutamente transparente, para quem quiser, efetivamente, usar tudo isto (no bom sentido), quer no desenvolvimento e na verdadeira salvaguarda daquilo que é o associativismo no nosso concelho. Senhora Deputada Bárbara Xavier, no início, a senhora começou bem, até estava a concordar consigo. Depois, acabou mal. Descarrilou! Senhora Deputada: “as associações não são a prioridade deste executivo”. Pronto! E lança-se assim um bitaite, desculpe o termo, no bom sentido, sobre essa matéria. Senhora Deputada, se nós não estivéssemos

preocupados com o associativismo, não tínhamos feito este regulamento que demorou muito tempo a ser elaborado. Muito tempo. Desafio qualquer um dos presentes a fazer um documento igual. Olhe, eu não era capaz de o fazer, se calhar. Só com o conhecimento de causa dos técnicos da autarquia, dos que foram escolhidos para a comissão, naturalmente, é que isto foi possível. Olhe, senhora Deputada, sabe que este foi o mandato em que, nos últimos vinte anos, mais apoios foram dados às associações do nosso concelho? Se não sabia, fica a saber. Nos últimos vinte anos, foi o mandato onde mais apoios foram destinados às associações, todas, do nosso concelho. Pode ficar com esse apontamento que é, efetivamente, muito importante. E devo dizer, também, já agora, apesar da sua existência desde 2012, o Regulamento de Apoio às Associações Juvenis foi aplicado, pela primeira vez, por este executivo. E ele existe desde 2012. Fomos nós (correto, senhora Vice-Presidente?) que aplicámos, pela primeira vez, esse regulamento. Tal como aplicámos o Regulamento de Apoio às IPSS, cuja data da sua aprovação remonta a 2018 ou 2019, sensivelmente. Bem como o Regulamento de Apoio às Associações Culturais e Desportivas, que ainda está em vigor, que remonta ao ano de 2014. Porque antes de 2014 é que não havia transparência nenhuma, senhora Deputada. Aí é que não havia transparência. Porquê? Era uma qualquer esferográfica, não sei se era preta, se era azul, que ditava o valor. E passou a existir, em 2014, um regulamento. Se seria o melhor regulamento do mundo? Não seria o melhor regulamento do mundo, mas houve um regulamento e que versou durante dez anos. E, ao fim de dez anos, estamos aqui a fazer a revisão e a integração de todos os regulamentos. E tal como disse, e bem, o Deputado José Rodrigues, daqui a algum tempo, até poderemos estar aqui a propor uma qualquer alteração, conforme já foi feita noutros regulamentos, para adaptar à realidade. Porque, às vezes, ao fazer a análise técnica, depois, na realidade, há pormenores que podem ter que ser efetivamente afinados. E referir também que neste Regulamento introduzem-se as associações agrícolas, ambientais, florestais, do bem-estar animal, os atletas de alto rendimento, entre outras modalidades. E isso, de facto, é muito importante que todos possam estar agora a coberto deste regulamento, que tem, efetivamente, uma evolução dos critérios mais refinados, mais objetivos. Referir, naturalmente, que o apoio que nós este ano já demos às associações, excetuando as IPSS que ainda está em análise, já vamos em cerca de 582 mil euros de apoio às associações, só este ano. Excetuando, também,

naturalmente, os bombeiros voluntários e os sapadores florestais. Mas, de facto, isso diz muito, senhora Deputada, da preocupação do município com as associações deste concelho. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.13 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.13 - Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e três votos.” -----

Ponto 2.14 - Regulamento do Parque Municipal de Campismo da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está à discussão, se algum senhor Deputado desejar intervir. Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, importa referir, como dizia o senhor Vereador, que o parque de campismo nunca teve regulamento. Foi funcionando. Umas vezes melhor, outras vezes pior. Mas é mesmo assim, foi funcionando. Pela primeira vez existe um regulamento para, efetivamente, podermos regular (passe a figura de estilo) o seu funcionamento, em função das exigências da ASAE, do Turismo Portugal e dos novos tempos. E, por isso, este regulamento é absolutamente necessário para que o seu funcionamento seja absolutamente regular, de acordo com aquilo que são as instâncias inspetivas deste país. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava, então, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.14 - Regulamento do Parque Municipal de Campismo da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta votos. -----

Ponto 2.15 - Regulamento Municipal de Serviços de Partilha em Modos Suaves de Transporte - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está à discussão. Senhor Deputado, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Contar só uma anedota rápida, outra vez. No outro dia, vinha na circular de Nelas e havia um trânsito superlento. Quem é que vinha à frente? Dois miúdos, para aí com treze anos, ambos em cima de uma trotinete. Tiveram azar, chegaram à rotunda e estava lá a brigada de trânsito. Portanto, isto porque nós aqui também já vimos isto. Ou seja, este procedimento visa regulamentar realmente isto. O que tivemos, até agora, foi um projeto piloto. Toda a gente viu trotinetes em cima dos passeios e deixadas ao acaso, em cima de árvores, etc., etc. Em Lisboa, sabemos que essas bicicletas e essas trotinetas estão em pontos fixos. Só que, na fase inicial, é importante, para a empresa que está a explorar, saber quais são os principais locais onde vão buscar e onde vão deixar, para, agora, numa fase posterior, poderem arranjar os tais pontos de ancoragem (acho que é assim que se chamam), racionalizar e corrigir estas coisas. Em termos de dados, temos, até agora, treze mil e quatrocentos quilómetros, sete mil viagens, novecentos e cinquenta e três utilizadores registados. Portanto, parecem bons números, apesar de vermos vandalismo, como sempre. A empresa está satisfeita mesmo assim, com bicicletas partidas ao meio e trotinetas deixadas não sei onde. Este Regulamento vai ser utilizado e é fundamental para a fase seguinte do projeto, de forma a obrigar os operadores a cumprir as regras do regulamento e disciplinar a atividade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, começamos aqui pelo problema de uma expressão que usam, que é: a consolidação da imagem da Guarda como a cidade verde. Nós não podemos só querer dar uma imagem, temos que construir realmente uma cidade verde e isso passa por muitas das coisas que não existem na Guarda, que é: transportes públicos decentes, adaptados em horários, para pessoas com mobilidade reduzida e invisuais e intermodais, ou seja, que estejam articulados com os horários de

comboio e entre eles. Na nota justificativa, também reparámos que abordam a ciclovía como um marco importante, mas relembramos que esta estrutura não dá acesso ao centro da cidade e há zonas em que não está delimitado o trânsito automóvel com o pedonal, nem de bicicletas. Ou seja, ela não é segura em toda a sua extensão. Em relação à utilização de bicicletas e trotinetas, como já foi referido, temos reparado que elas têm sido abandonadas em qualquer ponto e achamos que os supostos pontos de partida e docas deveriam estar identificados no terreno e não só de forma digital. Gostaríamos também de saber, além deste regulamento, o que é que o município está a fazer para evitar estas ocorrências, porque só o regulamento não vai funcionar, obviamente. Se queremos uma cidade com mobilidade suave, também temos que dar condições para tal. E isto, lamento, senhor Presidente, não é uma realidade na Guarda, nomeadamente no que tem a ver com o pavimento. Vamos falar a seguir do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, em que falam das alterações do pavimento. Mas estamos a fazê-lo a três meses do fim do seu mandato, portanto, não vai conseguir cumpri-lo. Portanto, deixamos estas recomendações.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Nós estamos a dezasseis Deputados de perdemos a maioria... de quórum, que é a maioria, são quarenta e quatro. Portanto, eu peço aos senhores Deputados um esforço no sentido de, sem prejuízo, obviamente, de coartar qualquer intervenção, mas de fazermos um esforço nas nossas vidas privadas, porque viemos hoje para isto. Eu acho que temos que fazer um esforço por manter o quórum até ao final. Faltam cinco pontos. É este o apelo que a Mesa faz. Senhor Deputado José Rodrigues, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Este Regulamento é bem-vindo e esta iniciativa das trotinetas e das bicicletas que se mantenha para quem quer usufruir. É mais um meio de transporte que temos à disposição. Destacar aqui um dos contributos, que foi a utilização do capacete não ser obrigatório. Acho que o executivo devia fazer uma campanha de sensibilização para a utilização correta destes veículos, porque, quer seja traumatismo crânio encefálico, quer outras lesões, acontecem frequentemente. Já tratei algumas e as pessoas não ficam muito bem. Portanto, investir nessa sensibilização para evitar esses problemas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados! Senhor Deputado que está entre portas, não sei se sai, se entra. Já entrou. Senhor Presidente da Câmara, deseja falar? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Sobre transportes públicos, já hoje falei sobre isso na intervenção ao final da manhã. Portanto, reitero tudo aquilo que eu referi sobre transportes públicos, sobre mobilidade, sobre extensões de rede, sobre bilhética integrada, enfim, sobre tudo isso. Deputado José Rodrigues, muito obrigado pela intervenção. Essa campanha de sensibilização é sempre muito importante para que sejam bem utilizados estes equipamentos, sempre com absoluta segurança. Mas dizer aqui que o projeto que já foi implementado na cidade, é um projeto piloto, como o próprio nome o refere, que está em curso durante mais dez meses, sensivelmente. Os números, tal como bem foi referido, são muito interessantes, de facto. São números que ditam que temos caminho a trilhar para o futuro. Em breve serão marcadas as docas, já em função dos fluxos. O senhor Vereador Rui Melo tem aqui uns gráficos que mostram os fluxos principais da cidade e onde as docas irão ser marcadas para breve. E, naturalmente, o que importa é regular a utilização futura e daí este documento que está a discussão e adaptarmo-nos àquilo que melhor se faz pela Europa e pelo Mundo, preparando, assim, a concessão futura desta modalidade de transporte. Eu devo dizer que recentemente estive numa grande cidade do Mundo, curiosamente era a mesma empresa e os problemas eram exatamente os mesmos. E, nós nem nos podemos comparar. Até gostaria de me comparar com essa cidade, mas nem de perto nem de longe nos podemos comparar. Mas os problemas são exatamente os mesmos. E, portanto, eles estão sempre a adaptar a utilização em função daquilo que vão sendo as realidades locais e aqui os problemas também vão sendo regulados. Mas, naturalmente, importa fazer a regulação deste transporte de modos suaves para que, no futuro, naturalmente, as coisas corram da melhor forma possível. Muito obrigado.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, à votação, o ponto 2.15.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.15 - Regulamento Municipal de Serviços de Partilha em Modos Suaves de Transporte - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e três votos. -----

Ponto 2.16 - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade da Guarda - discussão e votação. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Está à discussão dos senhores Deputados. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- José Breia Lopes, Deputado (PG): “Para ser breve, como vocês têm no documento, este plano de mobilidade sustentável já existe desde 2020, mas nunca foi objeto de tramitação subsequente, o que condicionou a sua utilização e validade. No entanto, é um facto que, cinco anos depois, foram criadas condições para uma promoção da mobilidade pedonal e ciclável e um reforço e requalificação da rede de transportes públicos, entre outras melhorias. Findo o prazo da consulta pública, manteve-se o plano original e que agora se submete à aprovação desta Assembleia. Estas ações que estão na base deste plano, estão alinhadas com outras estratégias municipais, como seja a revisão do Plano Diretor Municipal, que prevê intervenções como a ligação entre a zona da Estação Ferroviária e a Plataforma Logística e Empresarial da Guarda e a melhoria da sinalização rodoviária também. Obrigado.” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se há mais intervenções? Não havendo, senhor Presidente da Câmara, tem a palavra, se desejar.” -----

- Sérgio Costa, Presidente da Câmara: “Obrigado, senhor Presidente. Bom, devemos realçar que este PMUS, Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que foi elaborado em 2019 e 2020, tem que efetivamente ser aprovado, independentemente de poder ser um plano muito ambicioso. É um plano muito ambicioso. Mas é importante que exista um plano e que seja ambicioso, para o adaptarmos à realidade futura da nossa cidade. Porque, no futuro, muitos fundos comunitários estarão dependentes dos Municípios terem ou não este tipo de plano. E, portanto, naturalmente, tem que existir a sua monitorização e ir adaptando à realidade futura, mas pode dar sustentação a fundos

comunitários no futuro, e, por isso, é muito importante que ele possa ser aprovado. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, à votação, o ponto 2. 16.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.16 - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos. -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Concordo com o que foi dito, é um plano ambicioso. Acho que tem aqui medidas bastante interessantes. A única questão é que é mais um plano que foi feito a três meses do fim do mandato. Portanto, era porreiro que ele tivesse sido feito de forma a poder ter sido, no mínimo, começado. Mas concordamos, gostamos das medidas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhores Deputados, é a opinião da senhora Deputada. Temos que a respeitar. Não é para esclarecer, não, só tem direito... não, não, desculpe...” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Não posso falar?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... declaração de voto, não é para...” -----

Ponto 2.17 - Plano Municipal de Ação Climática da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A Mesa coloca à discussão. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre este ponto 2.17?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Temos aqui só algumas questões, mas, novamente, é um plano que vamos aprovar. Quando falam de fitossanidade e sanidade animal, fala-se em redução da dependência de pesticidas e outros produtos nefastos para o ambiente. Ou seja, vão terminar o uso de glifosato? E que medidas é que irão aplicar para reduzir esta dependência de pesticidas? Não está explícito. É um controlo manual? Biológico? Integrado? Depois, em ações de vigilância, através de voluntariado e meios municipais para potenciar o sequestro de carbono, consideramos que não deveria ser

necessário prever aqui ações de vigilância através de voluntariado e aproveitamos para reforçar que está aqui mais uma justificação para que a equipa de sapadores, que foi aprovada nesta Assembleia Municipal, finalmente avançasse. Em termos da promoção da eficiência energética, era interessante, para sermos realmente exigentes, contemplarmos uma redução na taxa dos prédios urbanos com eficiência energética, principalmente quando estamos numa cidade com temperaturas médias tão baixas e está previsto no código do Imposto Municipal sobre Imóveis. Para implementação de uma rede de recolha de biorresíduos, só queríamos deixar aqui a necessidade de haver maior controlo sobre esta continuidade. Ou seja, nós temos conhecimento de entidades que aderiram, que divulgaram que aderiram, mas que deixaram de praticar esta recolha seletiva. Portanto, será necessário rever quem é que não está a cumprir. Temos também pena que a Câmara Municipal da Guarda só tenha pensado agora em eficiência hídrica, quando há tantos problemas e gastos de água desnecessários, até em rotundas e outras estruturas, de apenas, vista. Na questão de promoção e reforço da mobilidade sustentável, já que o Governo não quer aprovar um passe que ligue todos os tipos de transportes públicos (e, já agora, não quer este, mas também não quis o anterior, para não me acusarem de estar sempre a atacar o PSD. A verdade é que nenhum deles aceitou fazer uma proposta em que houvesse viagens intermodais), nós gostaríamos de ver a CIM a fazê-lo. Ou seja, criar um passe que permitisse circular por toda CIM, independentemente de se tratar de andar de comboio ou de autocarro. Também não nos podemos esquecer, novamente, que qualquer pessoa que tenha diversidade motora ou visual, só com apoio é que poderá circular em transportes públicos na Guarda, porque eles não estão adaptados. Pelo que temos conhecimento, há também muitos autocarros que necessitam de manutenção, principalmente troca de portas e bancos estragados. Depois, ficou-nos aqui uma dúvida que gostaríamos de ver esclarecida: qual é o interesse de haver empresas privadas de construção civil, arquitetura e afins, dentro do plano de adaptação às alterações climáticas? Porque é que não são apenas serviços contratados, mas sim entidades que estão envolvidas no acompanhamento deste plano? Especificamente, são sectores estratégicos, como é que elas foram escolhidas? Por fim, as barreiras acho que são assim um bocadinho generalistas. São de responsabilidade municipal, portanto, acreditamos que realmente elas facilmente serão colmatadas. E, já agora, relembro que foi aprovada nesta Assembleia Municipal, sem o

voto do Bloco de Esquerda, a cedência de utilidade pública num terreno de área rural, que era terreno fértil, para um suposto canil, que afinal é um hotel de animais domésticos e um espaço de criação para cães. Portanto, em termos das questões propostas para alteração do PDM, podíamos ter começado por não destruir este terreno fértil, que parte dele é considerada área agrícola, considerando de utilidade pública o que não é utilidade pública.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Penso que não haverá mais nenhuma inscrição. Senhor Presidente da Câmara, ponto 2.17, se desejar usar da palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Realçar aqui duas ou três notas. O trabalho profícuo que temos vindo a fazer desde o início do mandato: sempre que possível, substituir alguns campos de relva por outro tipo de vegetação, arbustos com rega gota a gota para diminuir a quantidade de água gasta. Temos vindo também a encontrar fontes alternativas de abastecimento de água, conforme foi feito no Parque Urbano do Rio Diz, que é hoje regado com água com ApR, água devidamente tratada da estação de tratamento de águas residuais local. Aqueles vinte hectares, já são totalmente regados com essa água, já não vamos à rede. Outros investimentos estão a ser planeados pela divisão de ambiente, precisamente para substituir as fontes de abastecimento de água, minimizando ao máximo o recurso à rede pública de abastecimento de água para consumo humano. Sobre a questão dos passes, viagens intermodais, senhora Deputada, já falei sobre isso de manhã e reitero tudo aquilo que eu disse sobre o projeto piloto onde a Guarda está integrada, juntamente com a AMT, a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. Bom, este plano municipal de ação climática, naturalmente que pretende melhor regular as atividades futuras do município, seja ao nível do ambiente, da energia, da água, dos resíduos, da mobilidade, da alimentação e para o qual estamos todos convocados. Toda a população, todas as empresas, todos os serviços públicos e privados estão convocados para a sua concretização. Dizer também que este plano é fundamental para sustentar também futuros apoios comunitários. Devo dizer que o Município da Guarda é dos primeiros municípios a ter este plano aprovado, conforme nós esperamos que seja feito a seguir,

e, naturalmente, já estamos a evoluir no bom sentido para consagrar o financiamento futuro nesta área do ambiente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.17 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.17 - Plano Municipal de Ação Climática da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos. -----

Ponto 2.18 - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está este ponto à discussão. Senhor Deputado João Vaz, faça favor.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Boa tarde. Em relação a este assunto, embora não fique muito claro no documento, parece-me a mim que isto é uma reanálise e uma nova versão do plano de gestão de riscos e infrações conexas que foi aprovado em fevereiro de 2023, que teve que ter algumas alterações, acredito eu, para se adequar melhor àquilo que é exigido no programa de cumprimento normativo. E há algumas coisas que não estão claras e que eu gostava que o senhor Presidente nos pudesse esclarecer. Em primeiro lugar, quem é que é o responsável pelo cumprimento normativo? Porque é outro dos pontos do programa de cumprimento normativo e que não consta no documento. Depois, no documento que foi aprovado em fevereiro de 2023, na parte da monitorização do plano, prevêem-se relatórios anuais. Já se passaram dois anos, estes relatórios existem ou não existem? Depois, o prazo para o envio destes documentos para o cumprimento do programa definido no regime geral da prevenção da corrupção era de 14 de fevereiro, o envio para o MENAC, para o Mecanismo Nacional de Anticorrupção. Foi enviada alguma coisa? Foram enviados os documentos antes de serem atualizados? Sim ou não. E, se sim, porque é que estas atualizações estão a ser trazidas em abril e não foram trazidas, atempadamente, antes do prazo de 14 de fevereiro de 2025?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Ricardo Neves de Sousa, faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, aprovou o Regime Geral de Prevenção da Corrupção e criou o MENAC, o Mecanismo Nacional Anticorrupção. E, já nessa data, em 2021, previa que todas as instituições, isto já vem de trás, que eram obrigadas a ter, entre outras coisas, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Antigamente, chamava-se Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. E, portanto, quando o plano atual que está em vigor, Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, foi apresentado no dia 28 de fevereiro de 2023, já na altura devia ter a designação Plano de Prevenção e não Plano de Gestão. Mas obviamente que esta minudência não desvirtua o documento em si. Não se deu conta, mas o documento continua válido. Aquilo que nós hoje somos aqui chamados a fazer, é dizer assim: tínhamos um documento que se chamava Plano de Gestão e agora passa a chamar-se Plano de Prevenção e não houve mudança rigorosamente nenhuma no teor do mesmo. Parece-me que, já que há esta obrigatoriedade desde 2021 de ter este documento com esta nomenclatura e hoje se deu conta e se trouxe a esta Assembleia para fazer essa correção, manda o bom senso que esse documento fosse revisto e que fosse incrementado com mais alguns pontos que ainda estão em falta, designadamente uma revisão e ampliação das áreas de risco e também um incremento das medidas mitigadoras do risco. Acho que fazia todo o sentido. Já que se está a trabalhar neste documento, fazia-se uma revisão profunda do mesmo, e hoje, para além da nomenclatura, aprovavam-se também as alterações, entretanto, feitas. Lembro também que a Recomendação n.º 7, de 28 de maio de 2024, do Mecanismo Nacional de Anticorrupção, obriga a que todas as entidades públicas tenham que submeter na plataforma própria um conjunto de documentos, onde está o Plano de Prevenção ou Código de Conduta, onde também seja dado conhecimento que estão a ser desenvolvidas ações de formação neste âmbito a todos os trabalhadores da entidade e também tem que estar designado, desde esta data, o responsável pelo cumprimento normativo. Eu associo-me também à questão que fez o senhor Deputado do PS, também gostaria de saber quem é que é o responsável do cumprimento normativo. Depois,

também dizer que há obrigatoriedade de todos os anos, até ao dia 30 de abril, se fazer o relatório anual do Plano de Prevenção de Riscos respeitante ao ano anterior, e, até ao fim de outubro, fazer-se o relatório intercalar relativamente ao próprio ano, só para os riscos elevados e muito elevados. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Presumo que não. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, já aqui foi citado o documento anterior e, portanto, ainda bem que foi feito. Fez o seu caminho e, agora, adapta-se, naturalmente, à nova nomenclatura, e com mais uma ou outra alteração que decorre da lei e que agora foi aqui plasmado neste documento e que foi submetido à discussão e à análise tudo isso. Ou seja, é a sua total adaptação àquilo que é a obrigatoriedade legal. É isso que está aqui a ser feito. É claro que se está a fazer o caminho, até porque é uma nova realidade para todos os municípios. Posso dizer que o Município da Guarda foi dos primeiros a querer fazer a implementação deste documento, deste normativo legal. E, agora, naturalmente, a seu tempo, iremos designar quem é que é o responsável do cumprimento normativo e que monitorização anual deve ser feita (porque não há dados dignos de registo em relação ao seu conteúdo e ainda bem que assim é) e, naturalmente, estas atualizações, que foram aqui versadas, para se continuar a fazer o caminho. Porque é muito importante nós termos este documento, o Plano de Prevenção de Riscos Contra a Corrupção e Infrações Conexas para que possamos ter, efetivamente, eu não diria mais transparência, mas mais regulação na atividade pública, seja ela política, seja ela técnica, ao nível da esfera do Município da Guarda. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Para? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Bem, senhor Presidente, o responsável do cumprimento normativo serve para garantir o cumprimento do programa normativo, da qual faz parte este plano, da qual faz parte o código de conduta. Portanto, esse deveria ser o primeiro passo. E já estava previsto também, já era do conhecimento do Executivo,

no plano que foi aprovado em 2023. Portanto, não percebo porque é que ainda não foi designado e gostava que esclarecesse porque é que ainda não foi designado. E também gostava que respondesse à pergunta que fiz, que é: até 24 de fevereiro, foi submetida alguma coisa ou não? E, se sim, porque é que estamos a fazer estas reavaliações, neste momento, que é extemporâneo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, não sei se deseja...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Deputado, eu vou ter de dizer aquilo que disse: o senhor, às vezes, ou não ouve ou não quer ouvir. Em função do documento que hoje é submetido à aprovação, será designado o responsável para o cumprimento normativo que já existe na Câmara da Guarda. Não lhe vou dizer o nome, até para proteger a pessoa. Já existe na Câmara da Guarda. E depois nós iremos avaliar se se mantém a mesma pessoa, que tem acesso a esses documentos e às plataformas que existem sobre essa matéria, ou se faremos essa alteração com o seu tempo. Os senhores estão preocupados, agora: quem é que é a pessoa! A Câmara da Guarda tem oitocentos e setenta funcionários. A seu tempo trataremos disso, o importante é ter o documento aprovado. E a outra questão que o senhor colocava, era relativo a... já não sei qual é que era a outra questão que o senhor Deputado falou. A segunda questão, qual é que era? (...) Os documentos foram submetidos, mas, tal e qual a explicação, e bem dada, que agradeço ao senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, ele disse exatamente o porquê desta atualização: para estar exatamente de acordo com as alterações legislativas. Tão simples quanto isso. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava, então, o ponto 2.18 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.18 - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos. -----

Ponto 2.19 - Alteração ao Código de Conduta - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estão abertas as inscrições para a discussão. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre a alteração ao código de conduta? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Bem, eu gostava de perguntar, então, se o código de conduta, tendo em conta que estamos a fazer uma atualização do documento, se o anterior antes da atualização foi submetido? E, tendo em conta que na plataforma pede para designar o responsável pelo cumprimento normativo, como é que ele ainda não está designado?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Parece que não. Senhor Presidente, se desejar usar...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, da mesma forma, é uma adaptação à nova legislação existente e, a seu tempo, naturalmente, será designado o respetivo responsável. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava, então, o ponto 2.29 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.19 - Alteração ao Código de Conduta – discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos. -----

Ponto 2.20 - Participação do Município da Guarda como Associado Aderente na APPE

- **Associação Portuguesa de Parques Empresariais - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma intervenção? Senhor Deputado, pediu a palavra, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Ora bem, sobre esta matéria, dizer o seguinte: eu acho que é importante, se nós tivermos uma agenda de empreendedorismo e se queremos o desenvolvimento do município, contactarmos com as boas práticas daquilo que se faz de melhor no país e não só. E, portanto, a informação e os eventos que vão sendo feitos e trocar experiências, é importante. Temos aqui uma entidade que está

ligada ao AICEP e ao TECMAIA. Eu conheço a parte do TECMAIA. Da AICEP também, ao tempo, tive algumas reuniões. Todos sabemos que é importante. E, portanto, para a captação de investimento e se o autarca tiver na sua agenda como prioridade a captação de investimento, obter informações, participar em eventos desta natureza, volto a dizer, é da maior importância. E, portanto, eu acredito que haja da parte da Câmara Municipal esse interesse e faz todo o sentido uma adesão a esta entidade, à Associação Portuguesa de Parques. Os territórios, como sabemos, competem. E, de facto, nós temos que estar onde está a informação, não há outra forma de fazer as coisas. Eu, se fosse autarca, e já estive muito próximo e já fui também... e, portanto, é por aí, se tivermos, volto a dizer, esta agenda. Ou seja, todos sabemos que o Fundo de Equilíbrio Financeiro é manifestamente insuficiente para o desenvolvimento do território. As candidaturas são importantíssimas, é um facto, mas temos sempre a componente nacional para pagar. E, portanto, nós temos que desenvolver o território, temos de captar investimento. E faz todo o sentido, volto a dizer, nós estarmos bem informados. A este propósito, eu gostaria aqui também de referir a conferência, que já foi aqui citada hoje, do dia 9. Eu acho que esta conferência e muitas outras deste género, lá está, são as boas práticas, é a informação, são pessoas qualificadas que vêm falar sobre temas da maior atualidade, da maior importância. Eu tive oportunidade de estar cá. Não ouvi todas as intervenções, não podia porque estava a trabalhar. Entretanto, houve um momento em que consegui deslocar-me à Câmara Municipal, durante a tarde, e gostei daquilo que vi e daquilo que ouvi. Aprendi, de certo, alguma coisa. E, portanto, nós aprendemos sempre com esta troca de experiências. Eu acho que foi muito importante, aliás, veio ao encontro daquilo que veio a seguir que foi a publicação do diploma, que também já foi aqui falado e ao qual também me vou referir já de seguida. Portanto, a este propósito, eu digo que esta conferência foi muito positiva. Vi aqui e ouvi a preocupação de muitos dos autarcas da nossa zona. Esta conferência podia ser noutro sítio do país, mas foi aqui na Guarda. E, senhor Presidente, nós devemos fazer mais iniciativas deste género. A troca de experiências entre autarcas, independentemente da cor partidária de cada um, e, aqui, a cor partidária não me interessa absolutamente para nada, zero. O que interessa é a mais-valia que possamos colher desta troca de experiências. E, portanto, a preocupação dos autarcas com o transporte ferroviário, foi aqui uma evidência, no corredor Atlântico. Foi um dia, de facto, muito, muito importante. Foi um encontro, foi assinado aqui o

Protocolo, tudo muito bem. Nós sabemos que estas coisas não se fazem no imediato. Mas, se não fizermos este caminho, então, não fazemos nada. Temos que fazer este caminho. Isto demora, é verdade que demora. Mas estas reuniões são importantes, marcam. E, às vezes, até nos ajudam a que o comboio não vá para Pinhel, por exemplo. Pare aqui na Guarda e que não pare em Pinhel ou noutro sítio qualquer. Eu sei o que estou a dizer. E, portanto, aliás, o senhor Presidente da Câmara, hoje de manhã, fez uma referência a isso, uma indireta que eu percebi. Ora bem, o Plano Nacional Ferroviário, que é um plano estruturante, já foi falado aqui e muito bem pelo meu colega de bancada também e outros, de manhã, é estruturante. É. Isto, em termos de timings, tem estimativas. Fala-se em 2050, é meramente indicativo. A Guarda tem as duas linhas, é um nó importante. A nossa posição é estratégica, já todos sabemos. Temos as duas autoestradas. Estejam adequadas ou não estejam. Ainda ontem vi uma notícia que não estariam muito adequadas. Mas são duas autoestradas que passam aqui e, portanto, é importante também. Portanto, a importância do Porto Seco, hoje foi aqui falado isso também. Eu estive com toda atenção, nessa conferência, porque o Porto Seco aqui é determinante para nós, é determinante. Eu volto a dizer isto, ando a dizer isto há não sei quanto tempo. O meu colega também, o Luís Soares. Um dia destes vou visitar o Porto Seco de Salamanca, já era para ter lá ido e ainda não pude. Ao de Valongo tenho ido, de vez em quando, e convidava alguns dos senhores a irem lá também. Aliás, já falei com o senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre isso, porque é muito importante que vejamos as boas práticas. É aí que aprendemos. Não é só teoria. Não é só estar aqui, mandar uns bitaites. Não. É preciso ter conhecimento das coisas, de facto. E, portanto, senhor Presidente, meus caros amigos, o Porto Seco tem tudo a ganhar. Mas tem a ganhar já com a linha da Beira Alta. E, aqui, senhor Presidente, deixe-me que lhe diga uma coisa. Eu sei que este projeto que foi aqui bem falado de manhã e que está bem estruturado no papel, para mim, tem uma garantia: é um desígnio, digamos assim, da União Europeia. Essa é a maior garantia. Leixões, Aveiro, alta velocidade para a Europa. E, naturalmente, por questões ambientais também, como lá está muito bem plasmado. Essa é a minha garantia, porque os governos portugueses demoram uma eternidade a fazer qualquer coisa. Se nós estivermos à espera, não é deste, é do que vem a seguir e do outro que vem a seguir: não há 2050 coisa nenhuma, nem 2100. Oçam: aeroporto e alta velocidade, eu acho que era miúdo e já se falava na alta

velocidade. Foi depois do Estado Novo, mas já se falava. Portanto, à espera dos governos portugueses, meus amigos... Senhor Presidente, os autarcas têm aqui um papel importante. Vocês têm que se unir e pressionar, como disse o Ribau Esteves. Eu ouvi a intervenção dele e eu concordo: os autarcas têm que pressionar o poder central, em Portugal. Isto não anda. Não anda, porque não há descentralização, coisa nenhuma, em Portugal. É uma falácia. Os senhores tiveram a descentralização, que passaram as responsabilidades para os Presidentes de Câmara e os Presidentes de Câmara para os Presidentes de Junta. E é isto. Foi isto que o governo fez até hoje. Nós não temos uma regionalização a sério no país e precisávamos de a ter. A Guarda precisava disso. Nós temos três “votitos” em Lisboa. Três! Lisboa, Aveiro, Braga e o Porto tem mais de metade dos Deputados deste país. E o poder está aí. E, portanto, senhor Presidente da Câmara, se não forem os autarcas a puxar pelo território, não é o governo central. Metam isso na cabeça. Mesmo que tenhamos muita influência. Neste projeto da alta velocidade e das mercadorias que é importantíssimo para nós, eu acredito na Europa, mas temos que ser ativos, não podemos ser só reativos, temos que ser ativos. É preciso pressionar o governo, seja lá qual for a cor política. E os autarcas têm aqui um papel determinante. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Presumo que não haja mais intervenções. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde, mais uma vez. E desculpem lá este minuto que vos vou tirar, mas, para mim, é muito importante. Assistimos aqui, durante a tarde, e a tarde vai longa, a um conjunto de regulamentos e isto é democraticidade. Democraticidade interna. Isto tem a ver com a qualidade da democracia...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, ouçamos quem fala.” --

- **José Valbom, Deputado (PG):** “... e tem a ver com clareza de propósitos. Estes regulamentos, como um todo, vêm nesse sentido: democraticidade, clareza de propósitos e, já agora, também, desculpem lá, acho que não é grande subjetividade dizer que até é estranho que seja um Presidente que é minoritário, porque, efetivamente, é prescindir de poder. No bom sentido, porque é a favor da democracia. Penso que isto é transversal a todos. Claro que, por exemplo, na cultura, tem que haver

sempre uma dose de subjetividade. Eu estive a ler um artigo, hoje à tarde, em que estava o Américo Rodrigues, o senhor Diretor-Geral, e a senhora Ministra, e estavam a falar de uma bienal de artes no âmbito da arquitetura. E eles têm que assumir os dois porque há sempre uma certa subjetividade. Como é que isto se resolve? Escolher os melhores. Quem estiver nestas áreas que são subjetivas devem obviamente ser escolhidos os melhores, os mais éticos. Isto vem no sentido das boas práticas. Eu quero dizer que isto não é só um problema do Executivo, é um problema dos senhores Deputados todos. Reparem que houve críticas, algumas até um bocado inventadas para se dizer aqui alguma coisa, mas, por unanimidade, passaram quase todos estes passos no avanço da democraticidade. Parabéns aos senhores Deputados todos, a maior parte foram aprovadas por unanimidade. É bom que nós tenhamos esta perceção do que é a qualidade interna de uma democracia. Por isso, é um voto coerente com a democraticidade. Agora, também só responder aqui ao meu amigo Calheiros: efetivamente, nós somos pequenos. O interior todo tem menos votos do que Braga. O interior todo. São 4/5 do país. Por isso, também devíamos ter muito cuidado com os Deputados que escolhemos. Deviam ser os melhores de todos. Porque nós também temos um problema. Vocês dizem: temos três “votitos”. Não, não é verdade. Dois já estão escolhidos em Lisboa. Nós vamos, no dia 18 de maio, escolher o terceiro, para onde vai o terceiro. Porque dois estão escolhidos, não tenham dúvidas nenhuma. Eu sei quais são e digo-vos o nome. Como é que isto se resolve? Com uma alteração à lei eleitoral. Quem tem coragem de a fazer? Não sei. Mas já está atrasada há muitos anos. Olhem, o Engenheiro António Guterres, um dos melhores de nós todos, disse, há trinta e um anos, no dia 25 de abril, faz agora trinta e um anos, neste 25 de abril, daqui a dois dias, tem lá o programa todo, vão ver as atas que estão publicadas da Assembleia da República e diz lá como é que se devia fazer uma reforma da lei eleitoral. Alguém teve coragem de a fazer? Era importantíssimo que se fizesse. Por isso, eu sublinho e digo que esta democraticidade que nós assistimos aqui, hoje, à tarde, é importante. Assim todos, depois, façam nas suas áreas de intervenção. Claro que a lei eleitoral é importante para nós nos sentirmos melhor, Calheiros. Mas é assim!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Só são quatro ou cinco segundos e se calhar é uma redundância. Eu participei no dia 9 também, assisti à conferência. E o que resulta dessa conferência é aquilo que todos nós sabíamos: nós podemos ser muito poucos, mas temos uma capacidade que muitos não têm e que significa da nossa localização. Quem interveio pela Câmara de Coimbra, explicou isso muito bem. Aliás, penso que ela é estratégia na área do planeamento. Este eixo transatlântico derivou de uma... já me faltam palavras (palavras e dinheiro) ... tenho esta dificuldade de comunicação, desculpem lá. Enfim, sei o que quero dizer, mas, se calhar, as pessoas não entendem o que eu quero dizer. Efetivamente, ela focou-se naquilo que eu gostava, por isso é que eu estava a dizer que é uma redundância. Ela explicou claramente que não podia haver outra solução que não fosse este eixo que nos colocou na Europa. Não centrou Portugal aqui, colocou-nos na Europa. Tanto assim é que tivemos aqui uma reunião internacional, definiram-se aqui desígnios. Integrámo-nos na Europa, na área da mobilidade e da centralidade. Há uns tempos, eu dizia que a última oportunidade que a Guarda tinha era mesmo esta e deriva, efetivamente, de uma consequência: nós somos poucos, mas temos esta centralidade e esta qualidade humana que nós temos de ser cativantes pelo território, pelo ambiente. E, enfim, é a tal localização geográfica. Não sei se entenderam muito bem o que eu quis dizer, mas eu acho que é isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, agradecer aos senhores Deputados que intervieram neste ponto. Num final de tarde, que bela reflexão aqui fizemos. É verdade! E é isto mesmo que é democracia, Deputado José Valbom. Estas palavras, Deputado Luciano Calheiros, Deputado José Valbom, Deputado do CHEGA, Luís Soares, de facto, isto é importante e é desta forma que nós preparamos o futuro. E essa conferência, meu caro Deputado Luciano Calheiros, foi fundamental para afirmar a capitalidade da Guarda. Foi muito importante, com os atores, no bom sentido, com os *players* que nós trouxemos à Guarda e que falaram todos a uma só voz. E vieram todos por vontade própria, como bem sabemos. Ninguém impôs o que quer que seja. Vieram cá a afirmar um território como um todo, a partir da Guarda, a partir da cidade mais alta. E, de facto, isso é fazer o caminho do futuro. Mas, já agora, também dar aqui duas ou

três notas. Alguns de vós já vão sabendo a minha opinião, aliás, é pública porque eu já o disse em vários fóruns de debate. A revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República, tem que haver essa coragem. Já houve uma tentativa, há uns anos atrás, mas não correu bem, parou. Tal como os círculos uninominais, que pode ter que ser colocado nessa lei eleitoral para a Assembleia da República. Parece que alguns têm medo. Não devem ter medo, quando é a democracia que mais impera, que mais ordena. Mas também a regionalização. Eu sou um regionalista cada vez mais convicto, porque, conforme bem disse o Deputado Luciano Calheiros, vão-nos deitando algum engodo para a frente. Lisboa continua a ser o grande centrão do país, onde tudo se discute, onde grande parte da fatia do orçamento de Estado é gasta. Depois vão dando algumas migalhas ao Porto para se irem entretendo e o resto do país é paisagem. E, por isso, essas leis, esperemos que, num futuro próximo... já estamos a fazer cinquenta e um anos de 25 de Abril. A nossa democracia já é madura. E, portanto, é o tempo de caminharmos para o próximo passo. Bom, mas voltando agora... e poderíamos estar aqui algumas horas a falar sobre isso. Eu acho esses temas muito, muito importantes, porque estamos a reformar o país e estamos a evoluir na nossa democracia. Sobre o tema em concreto deste ponto, esta associação é uma associação recente. Ela terá três anos, sensivelmente. Três ou quatro anos, é uma associação recente que nos fez despertar a curiosidade para a adesão à mesma, tendo em conta as parcerias que têm vindo a fazer com entidades públicas, designadamente a CCDRC. Ora, quando a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro faz uma parceria com esta associação, tem credibilidade. Portanto, é porque estará a fazer um bom trabalho. E, naturalmente, nós temos que nos associar. Até porque a Guarda, é bom recordar, a Guarda tem cinco parques empresariais, neste momento. A cidade da Guarda, concelho. Temos o Parque Industrial da Guarda, com aquela ampliação que, entretanto, já foi promovida por via da aprovação do Plano de Urbanização do Cabroeiro; temos a Plataforma Logística; temos o Parque Empresarial da Arrifana, na zona do Outeiro de São Miguel; temos o Parque Empresarial de Vale de Estrela; temos aquele Parque Empresarial na zona da Estação da Guarda. São cinco parques empresariais que nós temos no nosso concelho. Mas, como também na revisão do Plano Diretor Municipal... hoje não foi falado o PDM. Senhor Presidente da Assembleia, permita-me, já agora, fazer aqui um parêntese. A equipa projetista, esperemos que, mais mês, menos mês, tenha a

análise toda fechada (porque houve muitas reclamações, designadamente relativamente à REN e à RAN, e aí é um assunto que é difícil de ultrapassar) para poder ir à Câmara e à Assembleia Municipal, para fecharmos, de uma vez por todas, a aprovação do Plano Diretor Municipal. Mas, dizia eu, com esta nova versão do Plano Diretor Municipal, outras pequenas áreas empresariais... porque nós introduzimos no PDM um novo conceito que é um solo apto para investimento privado, para áreas empresariais. Por isso está lá plasmado uma nova área no Vale do Mondego, no Baixo Mondego (na envolvente daquele investimento que já falei de manhã, na reativação daqueles antigos aviários no Baixo Mondego), mas também na Freguesia de Pega, que também está no PDM, também está em Vila Fernando, também está na Benespera, está em Gonçalo, está nas Panoias, está nos Trinta. Enfim, são pequenas áreas, pequenos passos, que podem fazer toda a diferença, caso surja a oportunidade de um qualquer investimento nestes territórios. E, por isso, nós, ao aprovarmos esta adesão à Associação Portuguesa de Parques Empresariais, estamos, efetivamente, a querer estar dentro daquilo que possam ser as decisões futuras ao nível de financiamento, ao nível de outras informações, que serão sempre muito importantes para a nossa gestão municipal dentro do nosso território. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava à votação o ponto 2.20.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.20 - Participação do Município da Guarda como Associado Aderente na APPE – Associação Portuguesa de Parques Empresariais - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tal como é hábito nas outras sessões, para que as deliberações produzam de imediato efeito, colocava à votação a aprovação em minuta de todas as deliberações tomadas hoje até este ponto. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade, com setenta votos, a aprovação das deliberações em minuta.” -----

Ponto 2.21 - Informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado Miguel Borges e depois o senhor Deputado Luciano Calheiros. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É só para roubar-vos aqui um minutinho. É mesmo um minutinho. É assim, na candidatura ao PRR, (e estou a fazê-lo num ponto que não devia, deveria ter dito logo de manhã), tanto o Lar de Gonçalo, como o Lar de Famalicão da Serra que foram aprovados, neste momento, tanto a Associação Social e Paroquial de Gonçalo, como a Associação Social e Paroquial de Famalicão, necessitam de dinheiro para cobrir a parte que lhes compete relativamente à construção do Lar. Os Deputados do Partido Socialista aqui presentes vão doar a senha de presença desta Assembleia Municipal e convidamos, a quem se quiser juntar, a fazer exatamente o mesmo. Era só isso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Luciano Calheiros, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Ora bem. Só duas ou três questões. Eu tenho visto, senhor Presidente, algumas fotografias em jornais do senhor Secretário de Estado do Turismo, Pedro Machado, que conhece muito bem esta região e creio que é ele que está a conduzir o processo do Hotel Turismo. Eu espero que haja novidades. O senhor Presidente já falou hoje aqui neste assunto, pelo menos referiu-se a ele, e era bom que o Hotel Turismo, o mais rapidamente, tivesse um rumo, digamos assim. Depois, fiquei abismado com uma fotografia que também vi num jornal local, esse assunto foi falado aqui pela senhora Vereadora Adelaide Campos, que é a situação do edifício da administração da ULS e da biblioteca, que tem uma foto com um buraco. Não sei se foi algum míssil que veio da Rússia, um hipersónico, não sei! Agora, que aquilo é uma vergonha, é! Eu sei que isto não é da competência daqui da Câmara Municipal. Mas, pelo menos, haver esta denúncia e alguém chamar à atenção do poder, se é que já chamaram, porque está há muito tempo assim. Segundo creio, já há bastante tempo, enfim. Depois, para terminar, e deixei para último lugar, não queria deixar de fazer aqui

uma referência, já que falámos aqui em planos de transportes, planos ferroviários. Eu referia-me só ao plano rodoviário nacional, cujo autor, um dos grandes autores, faleceu a semana passada. Refiro-me ao Engenheiro João Cravinho. Foi um dos maiores quadros do Partido Socialista, um grande português, um homem que lutou muito contra a corrupção. Não foi mais além, porque o próprio governo onde ele estava não deixou fazer. Refiro-me ao Governo Sócrates. Percebe-se, talvez, porquê. E também dizer que foi daquelas pessoas, e eu falei com o José Luís Carneiro há uns tempos, sou amigo dele, e ele também se revê muito na personalidade do Engenheiro João Cravinho, e, de facto, ele trabalhou muito bem a questão do plano rodoviário nacional. Pronto, foi mais um dos grandes portugueses que morreu, e, portanto, deixava esta nota também. Embora seja do Partido Socialista, não tenho qualquer tipo de problema, era uma figura nacional. Muito obrigado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde, mais uma vez. Só para um pequeno acrescento. Este país deve muito ao Engenheiro João Cravinho, pelo que disse e por aquilo que não conseguiu fazer, principalmente na ética republicana. E a Guarda, especificamente, deve-lhe uma coisa muito importante: a VICEG é dedo, punho e assinatura de João Cravinho, com o Partido Socialista e com a senhora Presidente da altura.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, não sei se deseja falar? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Já mesmo a finalizar a tarde, senhores Deputados, bem-haja por fazerem aqui esta referência ao senhor Engenheiro João Cravinho. De facto, um homem que teve visões muito importantes para o desenvolvimento do país. E o plano rodoviário nacional, que está em vigor, tem as duas mãos dele, por assim dizer, tem toda a sua alma, todo o seu coração. Ele, muitas vezes, trabalhava também com o coração. Quem o diz foi quem lidou com ele, na primeira pessoa, várias vezes. E, de facto, devemos estar gratos ao trabalho que ele fez. E devemos estar gratos, também, a uma obra, uma estrada que falta fazer nesta região, que afeta muito a Guarda, e que ele lá deixou: é o IC7. Eu já falei, num passado recente, sobre o IC7, que é a ligação preferencial da Guarda a Coimbra, ligando até ao IC6 (que está em Tábua parado), ligando depois ao IP3 para irmos para Coimbra. Com essa

ligação, a Guarda estará a uma hora, no máximo, a cumprir todos os limites de 90 km hora, até Coimbra. E todos nós, seja da esquerda, seja da direita, seja do centro, todos nós devemos lutar por essa obra, que é muito importante, naturalmente. Não é só para a Guarda concelho, é para todo o distrito da Guarda, é para toda a Comunidade Intermunicipal e é para o nordeste transmontano, porque sabemos bem que temos o IP2 de ligação a Norte. Bom, e estamos mesmo a ver: Coimbra - IC7 até Celorico da Beira Celorico da Beira/Fornos de Algodres (algures por ali, era o que estava previsto), com ligação à A25 para a Guarda, à A23 para a Beira Baixa e ao IP2 para Norte. É muito importante que todos nós possamos caminhar para que, num futuro, seja ele qual for, este IC7 possa ser construído. Sobre o Hotel Turismo, senhor Deputado Luciano Calheiros, eu já falei hoje sobre isto e espero que, no mais curto espaço de tempo, possa ser anunciada essa decisão por parte do estado central. E mais do que isto não devo dizer por agora. Bom, senhor Presidente da Assembleia, se me permite, dar apenas aqui duas notas finais. Em primeiro lugar, um desejo, isto é um desejo: aquele plano de investimentos do Município que eu falei há pouco, há duas horas, sensivelmente, vasto, denso, feito com muita ambição, que todas as candidaturas autárquicas o possam “beber” (isto está gravado), possam “beber” para os seus programas eleitorais. E que não inventem. Não inventem, de repente, um qualquer coelho da cartola para dizer que agora vão fazer aí uma qualquer obra faraónica. Tudo o que a Guarda precisa está vertido naquilo que eu acabei de referenciar, mais um ou outro apontamento. E é aquilo que a Guarda deve lutar no futuro, porque nós estamos a fazer os projetos para tudo isso. E, por isso, é este pedido que eu humildemente, faço a todas as candidaturas autárquicas: que “bebam” toda essa informação. E, para finalizar, senhor Presidente, tenho que pedir desculpa à senhora Presidente de Junta de Freguesia do Porto da Carne, porque eu não me dirigi à sua intervenção, no final da manhã, peço desculpa, sobre a Extensão de Saúde do Porto da Carne. Há quatro Extensões de Saúde, neste momento, fechadas no nosso concelho. Há a do Porto da Carne, há a do Rochoso, e depois há a de Castanheira e há a de Vila Fernando. Esperemos... Desculpem, estão na iminência. Estão na iminência porque o médico vai para a reforma nos próximos dias. Esperemos que a administração do Hospital tenha o problema resolvido no mais curto espaço de tempo. Porque já chega de centralizar tudo e mais alguma coisa. Já chega! O país, a região, o concelho já centralizou demasiadas coisas. E, por isso, devemos continuar a permanecer

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Damos por encerrados os trabalhos e, se Deus quiser, sexta feira cá nos encontraremos de novo. Muito obrigado.” -----

This image shows a full page of white paper with horizontal dashed lines, typical of primary-ruled notebook paper. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.